

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Giovanni Biazzetto

JOVENS E POLÍTICA NA IMPRENSA ESTUDANTIL: O PERIÓDICO “O  
JULINHO” (PORTO ALEGRE/RS 1960)

Porto Alegre

2016

Giovanni Biazzetto

JOVENS E POLÍTICA NA IMPRENSA ESTUDANTIL: O PERIÓDICO “O  
JULINHO” (PORTO ALEGRE/RS 1960)

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Faculdade de Educação  
da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, como requisito para obtenção  
do título de Mestre em Educação.

Orientadora:  
Profa. Dra. Dóris Bittencourt Almeida

Linha de pesquisa:  
História, Memória e Educação

Porto Alegre

2016

## CIP - Catalogação na Publicação

Biazzetto, Giovanni  
NAS PÁGINAS DE "O JULINHO": PERCEPÇÕES E NARRATIVAS  
DE JOVENS ESCREVENTES SOBRE UMA HISTÓRIA DA POLÍTICA  
DO BRASIL, SOBRE HISTÓRIAS DE UM COLÉGIO PADRÃO (1960)  
/ Giovanni Biazzetto. -- 2016.  
126 f.

Orientadora: Dóris Bittencourt Almeida.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. História da Educação. 2. Periódico Estudantil. 3.  
Grêmio Estudantil. 4. Juventude. 5. Imprensa  
Estudantil. I. Almeida, Dóris Bittencourt, orient.  
II. Título.

Giovanni Biazzetto

JOVENS E POLÍTICA NA IMPRENSA ESTUDANTIL: O PERIÓDICO “O  
JULINHO” (PORTO ALEGRE/RS 1960)

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Faculdade de Educação  
da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, como requisito para obtenção  
do título de Mestre em Educação.

Aprovada em

---

Prof. Dra. Dóris Bittencourt Almeida – Orientadora

---

Prof. Dra. Carla Beatriz Meinerz

---

Prof. Dr. Alceu Ravello Ferraro

---

Prof. Dr. Maurício Perondi

Para minha família, primeiro espaço acolhedor que me formou e ainda me acompanha no caminhar da vida com seu carinho e seu zelo, com seus problemas e loucuras. Especialmente para minha mãe, Maria Tereza Biazzetto da Silva, que mesmo com seus medos sempre foi minha maior incentivadora.

Neste momento quero agradecer...

À Letícia, minha companheira, que acompanhou grande parte da caminhada para produzir esta dissertação. Agradeço a compreensão e o cuidado, o incentivo, o estímulo cotidiano.

À minha orientadora Dóris pelo acompanhamento dedicado.

Aos meus alunos que através da convivência diária, da partilha de vida, me incentivaram a querer mais.

## RESUMO

A investigação busca pensar na História da Educação através de um olhar voltado para narrativas produzidas por jovens estudantes, sujeitos históricos que atribuem significados às experiências escolares que vivenciaram. Através dos rastros deixados por estes escreventes no periódico estudantil “O Julinho”, produzido pelo Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos da cidade de Porto Alegre/RS nos anos 1960, este estudo visa compreender como os estudantes se relacionavam com as questões políticas de sua época. Assim, por meio do estudo de um periódico estudantil, a pesquisa tem como intenção conhecer melhor como esses estudantes participavam politicamente do cotidiano escolar, quais os seus questionamentos referentes à sociedade em que viviam, quais os discursos que os afetavam e analisar seus posicionamentos frente às instituições presentes em suas vidas, instituições governamentais e instituição educacional em que estudavam. O tema de investigação se inscreve no campo da História Cultural, nos domínios da História da Educação, particularmente no campo da imprensa de educação e de ensino e da cultura escrita. Por meio desses aportes, a pesquisa tem por objetivo decifrar realidades do passado por meio de representações pelas quais os estudantes expressavam a si e o mundo. Para o desenvolvimento do trabalho, foram analisados 21 edições de “O Julinho” da década de 1960 que contam com aproximadamente 540 textos publicados. Após a análise da materialidade do objeto de pesquisa e de seu conteúdo discursivo, os textos foram classificados por temáticas. Desta classificação, recorreu-se aqueles que tratavam das questões políticas governamentais e educacionais, utilizando os textos dos editoriais e também aqueles que abordavam a temática da politização. A pesquisa tem por temporalidade a década de 1960. As indagações realizadas, as inferências e análises estão contextualizadas neste período específico. Os anos 1960 foram anos de significativas transformações sociais, decorridas do período do pós-guerra que influenciaram acontecimentos no Brasil. A pesquisa não dá voz aos estudantes, nem mesmo tem a pretensão de expor a verdade. O que se faz, ao trabalhar com os textos impressos, é falar de verdades. O que aqui se produz é uma narrativa a partir de outras narrativas, a partir dos escritos em um periódico estudantil. A proposta do estudo segue a trilha das representações dos escreventes, buscando as percepções destes referentes ao contexto político em que estavam inseridos. Ao longo do estudo, foi possível perceber especificidades relevantes do objeto de pesquisa, de seus escreventes e da instituição de ensino, particularidades estas não distantes do contexto histórico. A análise promoveu uma reflexão acerca dos sentidos produzidos pelos estudantes, pensando no quanto expressam posicionamentos políticos de uma sociedade, ou de uma parcela da sociedade. Através de seus escritos, compreendem-se questões geracionais e características identitárias de uma juventude. Há vida naquelas páginas. Assim, fiz uma leitura possível quanto à percepção e apropriação dos jovens escreventes referente ao contexto político em que estavam inseridos. Desenvolvi uma percepção das leituras de mundo, formas de expressão de uma parcela da juventude da década de 1960.

Palavras-chave: Imprensa Estudantil; História da Educação; Cultura Escrita; Juventude;

---

BLAZZETTO, Giovanni. Nas páginas de “O Julinho”: percepções e narrativas de jovens escreventes sobre uma história da política do Brasil, sobre histórias de um colégio padrão (1960). Porto Alegre, 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2016.



## ABSTRACT

The research aims to think the Education History through a look focused on the narratives produced by young students, historical individuals who attribute meanings to school experiences they have lived. Through the trails left by these writers in the student newspaper "O Julinho", produced by the Student's Union of Júlio de Castilhos School, in Porto Alegre city, RS, in the 1960s, this study aims to understand how the students were related to political issues of their time. So by studying a student journal, the research intends to better understand how these students used to participate politically of the school routine, what were their questions about the society they lived, which discourses affected them and analyse their positions in the face of institutions present in their lives, government institutions and the educational institutions they have studied. The research theme signs up in the field of Cultural History in the area of Education History, particularly in the field of press of education and teaching and Writing Culture. Through these contributions, the study aims to decipher realities of the past through representations by which men express themselves and the world. For the development of the paper, were analyzed 21 editions of the "O Julinho" of the 1960s which have nearly 540 published texts. After analyzing the materiality of the research object and its discursive content, the texts were classified by theme. From this classification resorted to those that dealt with governmental and educational policy issues, using the texts of the editorial and also those that addressed the teme of politicization. The research's temporality is the 1960s of 20th century. The inquires made, the inferences and the analysis are contextualized in this specific period. The 1960s were years of significatives social transformations, consequences from the postwar period, that influenced happenings in Brazil. The research doesn't *give* voice to the students, not even has the pretension of expose the *truth*. What it makes by working with the printed texts is to speak of truths. What is produced here is a narrative starting other narratives, from the writings in a student journal. The study's proposal follows the trail of the representations of the scribes, looking for their perceptions about the political context they were inserted. Throughout the study was possible to perceive relevant specifics of the research objetc, of the scribes and of the educational institutions; particularities not distant of the historical context. The analysis promoted a reflexion about the meanings produced by the students, thiking in how much they express political positions of a society or of a society portion. Thorough their writings is possible to understand generational issues and identity characteristics of the youth. There is *life* in those pages. So I made a possible reading concerning the young scribes perception and apropriation about the political context they were inserted. I developped a perception of the world readings, expression ways of a portion of the youth of the 1960s of 20<sup>th</sup> century.

Keywords: Student Press; Education History; Writing Culture; Youth; Student's Union.

---

BIAZZETTO, Giovanni. Nas páginas de "O Julinho": percepções e narrativas de jovens escreventes sobre uma história da política do brasil, sobre histórias de um colégio padrão (1960). Porto Alegre, 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2016.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>APORTES TEÓRICOS .....</b>	<b>23</b>
2.1	OS LUGARES DA HISTÓRIA CULTURAL, DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DA IMPRENSA ESTUDANTIL .....	24
2.2	O LUGAR DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DA IMPRENSA ESTUDANTIL .....	28
<b>3</b>	<b>COLÉGIO PADRÃO, GRÊMIO PADRÃO: de onde falam os jovens escreventes.....</b>	<b>38</b>
3.1	COLÉGIO JÚLIO DE CASTILHOS: uma perspectiva histórica, suas memórias em um museu.....	39
3.2	JUVENTUDES: compreendendo a diversidade dos escreventes.....	45
<b>4</b>	<b>“O JULINHO”: espelho da vida estudantil.....</b>	<b>51</b>
4.1	FOLHANDO AS PRIMEIRAS PÁGINAS: um primeiro olhar para “O Julinho”.....	51
4.2	PERCEPÇÕES E NARRATIVAS SOBRE UMA HISTÓRIA DA POLÍTICA DO BRASIL .....	69
4.3.	A VOZ DO GRÊMIO ESTUDANTIL: o que dizem os editoriais.....	93
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>125</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>128</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar na História da Educação através de um olhar voltado para escritos de estudantes. Essa é a essência da pesquisa. Perceber que rapazes e moças escreventes de um periódico estudantil são sujeitos históricos de seu tempo e que, por meio do exercício de narrativas escritas, atribuem significados às experiências escolares que vivenciaram.

Esta investigação reflete sobre ações de estudantes em uma instituição de ensino pública da cidade de Porto Alegre/RS, o Colégio Júlio de Castilhos, popularmente conhecido como “Julinho”. É através dos rastros deixados por estes jovens estudantes em um impresso estudantil que se busca compreender como se relacionavam com as questões políticas de sua época, perceber suas posições quanto à política governamental no âmbito federal e regional, quanto as ações especificamente relacionadas às políticas educacionais.

Assim, por meio do estudo de um periódico estudantil, a pesquisa tem como intenção conhecer melhor como esses estudantes participavam politicamente do cotidiano escolar, quais os seus questionamentos referentes à sociedade em que viviam, quais os discursos que os afetavam e analisar seus posicionamentos frente às instituições presentes em suas vidas, instituições governamentais e instituição educacional em que estudavam.

De acordo com Fausto, o “[...] recorte do passado, seja ele qual for, obedece a um critério de relevância e implica o abandono ou o tratamento superficial de muitos processos e episódios (2003, p. 14). Neste sentido, a pesquisa elege como temporalidade a década de 1960<sup>1</sup>. As indagações que faço, as inferências e análises estão contextualizadas neste período específico. Foram anos de significativas transformações sociais, decorridas do período do pós-guerra que influenciaram acontecimentos no Brasil. No que se refere especificamente à juventude, uma parcela desta categoria foi afetada pelo *Maio*

---

<sup>1</sup>Este estudo refere-se, em sua temporalidade, ao tempo presente. Buscando algumas inspirações em Hartog (2013), que entente o tempo presente como um “motor” para as discussões referentes a memória. Esta pesquisa tem por perspectiva trabalhar com o tempo presente que se compreende ser responsável pela preservação da memória, pela conservação do passado. Importante ainda dizer que a temporalidade que compõem o trabalho encontra-se no contexto do mundo pós-guerra, marcado pelo fim das duas grandes guerras mundiais e o início da Guerra Fria. Um mundo carregado de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, um mundo bipolarizado.

de 68<sup>2</sup>. Este acontecimento situa-se muito próximo do fim da temporalidade deste trabalho, porém não deixa de ser relevante, pois o contexto histórico implicado no Maio de 68 relaciona-se diretamente com a temporalidade da pesquisa. Nos anos 1960, o país foi atingido por um Golpe Civil Militar, e no Estado do Rio Grande do Sul o Movimento da Legalidade<sup>3</sup> mobilizou uma parcela população.

O estudo do impresso “O Julinho” não pretende *dar voz* aos estudantes. Não é através dos materiais preservados no Museu do Colégio Júlio de Castilhos que se pode *dar voz* aos escreventes, reconstituir suas ideias. O que aqui se produz é uma narrativa a partir de outras narrativas, a partir dos escritos publicados em um periódico estudantil. A proposta do estudo segue a trilha das representações dos escreventes, registradas em seus discursos veiculados em “O Julinho”.

O conceito de representação é fundamental para este trabalho, pois é base dos aportes teóricos-metodológicos do campo da História Cultural, dos domínios da História da Educação. O conceito de representação como diz Pesavento (2012), reorienta a postura do historiador que adentra o novo campo da História Cultural. Sendo então um conceito ambíguo, a representação estabelece relações entre a presença e a ausência. “A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele” (PESAVENTO, 2012, p. 40). A produção do conhecimento histórico para a História Cultural passa pela busca em decifrar

---

<sup>2</sup> O Movimento de Maio de 68 teve início em Paris através da indignação de estudantes universitários quanto às ações conservadoras da Universidade em que estudavam (Universidade de Natterre). Ao passo que o movimento foi se ampliando a repressão policial também cresceu. As discussões foram tomando proporções maiores, partindo para a contestação das ações políticas do governo conservador francês. “Quando a repressão mostrou a verdadeira cara do governo De Gaulle – e, sem máscara, o que se viu foi estarrecedor –, os estudantes foram para as portas das fábricas pedir o apoio do proletariado.” (ARCARY, 2008, p. 206). Com o apoio do Partido Comunista Francês e de sindicalistas, uma Greve Geral foi convocada. Destaca-se a relevância da participação da juventude, do movimento estudantil, no Maio de 68. Um movimento que indicou mudanças de comportamento, que questionou o conservadorismo, o autoritarismo, o individualismo. Estas influências também chegaram aos estudantes do Brasil. Este país vivia sob o comando do Regime Militar. Estudantes brasileiros também manifestaram-se, **movimentos estudantis universitários e secundaristas, questionaram** as ações repressoras, conservadoras, ditatoriais do governo militar. Os estudantes seguiam em busca de liberdade de manifestação e de pensamento.

<sup>3</sup> As questões referentes ao Movimento da Legalidade serão discutidas de forma mais aprofundada quando nesta investigação se discutir o contexto histórico e as produções de “O Julinho”.

realidades do passado por meio das representações pelas quais os indivíduos expressavam a si próprios e o mundo.

Tendo então por base a noção de representação, afirma-se que a presente pesquisa não *dá voz* aos estudantes, nem mesmo tem a pretensão de expor *a verdade*. O que se faz ao trabalhar com os textos impressos é falar de verdades, em uma perspectiva de busca pela verossimilhança. Farge (2009), ao pensar sobre os arquivos, expressa a ideia de que talvez “[...] o arquivo não diga a verdade, mas ele diz *da verdade*” (p. 35). Partindo desta ideia que me coloquei como pesquisador no arquivo do Museu do Colégio Júlio de Castilho, e para o desenvolvimento desta pesquisa, investiguei uma materialidade, estudei uma discursividade presente nos registros do periódico estudantil, procurando reunir “uma exigência científica e uma argumentação na qual se introduzem critérios de veracidade e de plausibilidade” (FARGE, 2009, p. 93).

O tema de investigação se inscreve nos domínios da História da Educação, particularmente no âmbito da história da imprensa estudantil. Entre tantas alternativas possíveis, interessou-me investigar o impresso “O Julinho”, na década 1960. Em um primeiro momento, havia definido a temporalidade da pesquisa entre as décadas de 1950 e 1960. Porém, após um levantamento mais apurado, defini estudar com mais profundidade a produção da década de 1960. Algumas questões encaminharam esta decisão. Primeiramente percebi que os escritos da década de sessenta apresentavam ideias muito mais significativas com relação às discussões a que este trabalho se propôs, além de se mostrarem também em uma maior quantidade. Outra questão que direcionou a definição desta temporalidade, foi o momento histórico pelo qual passava o país nos anos 1960, em que uma ditadura civil militar estava instaurada no poder desde 1964<sup>4</sup>. Este contexto político do país vivenciado pelos estudantes figurava nas páginas do periódico, indicando a necessidade

---

<sup>4</sup> Até o momento da qualificação do projeto desta pesquisa, a proposta era trabalhar com dois periódicos estudantis – “O Julinho” e “O Clarim” (periódico estudantil produzido pelo Grêmio Estudantil do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS. Bem como havia a proposta de trabalhar com História Oral, buscando entrevistar alguns escreventes dos periódicos. Porém, após a banca, seguindo algumas sugestões dadas pela mesma, optou-se por tomar por objeto de pesquisa apenas o impresso estudantil “O Julinho” e não recorrer a História Oral para a continuidade do desenvolvimento da investigação. Além de acolher as sugestões da banca, estas decisões também estão relacionadas com o tempo dedicado para o desenvolvimento do estudo, pois se percebeu que trabalhar com os dois periódicos e com a História Oral exigiria um tempo de trabalho que muito provavelmente não seria alcançado.

de uma maior atenção para as edições de “O Julinho” publicadas na década de 1960.

Apresentadas, portanto, as intenções da investigação, as definições de temporalidade, aborda-se, a partir deste momento, a trajetória do meu ser pesquisador, as questões relacionadas ao campo histórico desta pesquisa e a relevância do objeto de estudo - o impresso estudantil.

Como pesquisador do campo da História Cultural, dos domínios da História da Educação<sup>5</sup>, meu percurso é recente. São ainda poucos os passos dados nesta travessia complexa. São passos que compõem uma caminhada diversa. Passos ora seguros, ora curiosos e indecisos. Imprecisos e investigativos. São, sobretudo, passos de um educador que busca se apropriar de um conhecimento e transformar tal apropriação em ações educativas que possam proporcionar aprendizagens e produções de conhecimento para outros sujeitos. Um trilhar de um professor pesquisador, pois um não deve estar dissociado do outro.

Nesta pesquisa, trabalho com três interesses que me constituem como pessoa: a história, a educação e a juventude. Nóvoa (2004) sugere que “[...] a inscrição do nosso percurso pessoal e profissional [...] permite uma compreensão crítica de “quem fomos” e de “como somos”” (p.11). Desta forma, apresentando um pouco deste meu percurso pessoal e profissional, busco uma compreensão crítica do meu eu pesquisador.

Meu envolvimento com questões relacionadas ao tema de juventudes é anterior ao meu envolvimento com a área da História. Como jovem, me aproximei da Pastoral da Juventude<sup>6</sup>, me envolvi, me engajei. Discuti as mais

---

<sup>5</sup>A definição da História Cultural como campo e da História da Educação como domínio está fundamenta na discussão teórica proposta por Barros (2012) que busca organizar, classificar, didaticamente os estudos da História. O autor trabalha com a ideia de que ao abordar o campo histórico, se esta abordando os estudos da história de uma forma ampla, abrangendo uma complexidade que engloba “teorias”, “métodos” e “temas”. Já quando se fala em domínios da história, se fala de um número indefinido de temas que podem ser associados a um campo histórico. Falar de domínios é falar de “agentes históricos” como a mulher, o jovem, massas anônimas, etc. Significa também falar dos “objetos de estudo”. A discussão de domínio da história se aproxima mais da delimitação do tema de uma pesquisa.

<sup>6</sup> Creio ser importante para a compreensão do leitor, elucidar o que é afinal a Pastoral da Juventude. Para tanto, recorri aos Marcos Referenciais da Pastoral da Juventude do Brasil e da Pastoral da Juventude Estudantil, documentos produzidos pelas próprias pastorais que servem como base para as ações pastorais, tendo estes documentos por objetivo também expor e debater questões referentes a sua história, suas crenças, seus princípios, seus sonhos e suas lutas. A Pastoral da Juventude é uma organização de jovens dentro da Igreja Católica que articula ações voltadas para as questões relacionadas à juventude, atuando na articulação e

variadas questões como identidade juvenil, participação social, engajamento, vida comunitária, políticas públicas para a juventude. Este foi e é um espaço que me formou e me forma ser humano, é o espaço que me proporcionou primeiro o encantamento pela educação e, posteriormente, pela história.

A Pastoral da Juventude me apresentou outra leitura de mundo possível, que veio completar as percepções que já havia construído como jovem, como cidadão<sup>7</sup>. Este processo de formação mexeu comigo e instigou-me a buscar mais possibilidades de conhecimento e de ação, possibilidades estas que busquei no trabalho com educação e história. Destaco tanto as experiências relacionadas à Pastoral da Juventude porque foi a partir das mesmas que fiz a escolha pela profissão de professor de História. Não encaro esta opção apenas como uma escolha profissional, pois fiz uma opção de vida.

Decidi seguir este caminho por acreditar que desta forma seria possível interferir na realidade de nossa sociedade, através da educação. Acredito que a educação cumpre uma função social essencial para a transformação da realidade, e isso motivou minha escolha. Queria poder agir mais, ser mais atuante, me sentir ativo quanto aos processos históricos que vivenciava e viria a vivenciar.

Vi na disciplina de História uma possibilidade maior de proporcionar aos educandos momentos de questionamentos acerca da realidade social e de suas próprias vidas. Sendo assim, pensei que poderia contribuir mais em sua formação de vida na integralidade do ser e, portanto, não apenas através de

---

acompanhamento de grupos de jovens de base nas diversas comunidades católicas, buscando promover o protagonismo juvenil. As ações da Pastoral da Juventude englobam atividades voltadas para a formação integral do jovem, buscando promover atividades relacionadas à diversas dimensões do ser humano como: personalização, integração, sociopolítica, teológica e capacitação técnica. A Pastoral da Juventude segue alguns princípios como: seguimento de Jesus Cristo, protagonismo Juvenil, formação na ação, método ver-julgar-agir-rever-celebrar, opção preferencial pelos pobres. A Pastoral da Juventude tem sua história inicial nos anos 60 do século XX com as Ações Católicas Especializadas: JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). São estas ações católicas que originam historicamente as pastorais específicas atuais: a Pastoral da Juventude, que atua em paróquias, comunidades, em geral do meio urbano; a Pastoral da Juventude Estudantil, que atua nas escolas; a Pastoral da Juventude Rural, que atua nas comunidades paroquiais de regiões rurais; a Pastoral da Juventude do Meio Popular, que atua em geral nas comunidades paroquiais e em outros espaços das regiões periféricas.

<sup>7</sup>Estas percepções que já havia construído têm origem na complexidade da minha história de vida, porém quero destacar a importância da formação que recebi no ambiente familiar, principalmente dos valores e princípios que me constituem e que foram estimulados pela educação proporcionada por minha mãe.

uma formação conteudista de História. Pensava e permaneço pensando em um processo educativo em que os conteúdos fossem recursos para uma reflexão pessoal e social, motivando estes educandos a perceberem-se, compreenderem-se, como sujeitos históricos com grande potencial de atuação no mundo.

No percurso de formação acadêmica, sempre me preocupei com questões relacionadas à educação, inspirado pela formação pastoral. Porém, tal preocupação não foi contemplada ao longo da maior parte dos estudos acadêmicos no curso de História. Mesmo tendo feito a opção por História Licenciatura, fui percebendo o quanto as leituras propostas, as discussões realizadas em aula, os trabalhos e avaliações solicitados, estavam voltados muito mais para os estudos referentes ao bacharelado. A universidade oportunizou raros momentos de discussão referentes ao processo de ensino aprendizagem em História, sendo que os mesmos ocorreram na Faculdade de Educação em momentos próximos ou concomitantes aos estágios.

A formação universitária, juntamente com experiências de vida, contribuíram para que os estudos que realizei na graduação e na especialização fossem direcionados para a área de Ensino de História. As pesquisas que desenvolvi para o trabalho de conclusão de curso da graduação<sup>8</sup> e da especialização<sup>9</sup> versaram sobre esta temática. Ambos envolveram reflexões referentes aos jovens enquanto estudantes, discutiram questões relacionadas ao conceito de memória e também acerca do patrimônio histórico cultural como espaço de memória, como espaço de ensino aprendizagem de história.

Porém, no momento do ingresso no Mestrado, fui desafiado a dar novos passos nesta travessia dos estudos, apropriação e produção do conhecimento. Confesso que tinha a intenção de permanecer com os estudos focados na linha do Ensino de História, porém fui instado a pensar em outras possibilidades. Considerei essa guinada como uma provocação que me desacomodaria, que

---

<sup>8</sup> BIAZZETTO, Giovanni. Patrimônio e memória nas práticas de educação patrimonial do Arquivo Histórico Moysés Vellinho de Porto Alegre/RS (1997 A 2005). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/36952>

<sup>9</sup> BIAZZETTO, Giovanni. Ensino de História e Educação Patrimonial: Jovens Interagindo em Lugares de Memória. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2013.



me tiraria de uma zona de conforto. Assim, saindo de uma situação em que já havia desenvolvido algum domínio, passei a dar alguns passos mais carregados de insegurança, de imprevisibilidade, mas também movidos pela curiosidade e descoberta.

Naquele momento, se colocou o desafio de trabalhar com os periódicos estudantis como objeto de estudo, e isso me conduziria aos domínios da História da Educação. Iniciei, então, uma aproximação desse novo campo, fui me familiarizando, me encantando com as possibilidades de trabalho e, assim, após um maior conhecimento das fontes, construiu-se a proposta desta investigação.

O desejo de trabalhar com questões relacionadas ao ensino público foi contemplado através da escolha deste periódico. Tal desejo é acompanhado da crença na importância de tornar mais *visível* este setor da sociedade que muitas vezes fica no esquecimento. A educação pública e a juventude se aproximam neste ponto, invisíveis e esquecidas tantas vezes. A juventude, muitas vezes lembrada apenas pelo viés mercadológico, do consumo, da estética ou, assim como a educação pública, somente pelas suas problemáticas sociais. E assim como a educação pública, como a juventude, podemos também perceber na história dos impressos estudantis uma certa invisibilidade e desvalorização. Nas palavras de Maria Teresa Santos Cunha:

Menos visibilizados que os livros e quase sempre destinados ao fogo e/ou ao lixo, materiais escolares e documentos produzidos no interior das instituições por alunos e professores são, ainda, mais raros de se encontrar e exigem que os pesquisadores, muitas vezes, adentrem porões e agucem o olhar à procura de vestígios de *guardar* memórias da educação escolarizada. (CUNHA, 2007, p.80)

Conforme a autora, estes materiais produzidos no âmbito escolar são guardados quase que secretamente e comumente pouco preservados, ganham estatuto de relíquia, carregando traços de práticas que se constituem como uma dada cultura escolar, disponibilizando ao pesquisador o reconhecimento de um sistema de regras culturalmente construídas. Infelizmente, constata-se uma preservação muito menor do que se deseja pela importância que têm os impressos estudantis. A imprensa escolar constitui-se em uma rica fonte histórica em que se encontram representadas instituições educacionais,

docentes e discentes, concepções referentes às políticas educacionais, e modos de pensar e agir no mundo. Através desta imprensa, é possível estudar sobre política, cultura, gênero, música, juventude, literatura, história, entre outros temas.

No caso deste trabalho, “O Julinho” foi produzido essencialmente por estudantes, o que acentua a sua *raridade*. Cumpre reforçar que as escritas juvenis durante muito tempo foram esquecidas pela historiografia oficial da educação que não enxergou tais sujeitos como sendo importantes para a História, seguindo o mesmo pensamento que tantas vezes torna a juventude invisível<sup>10</sup> perante os olhos de tantos em nossa sociedade. Portanto, significa dizer que este ainda não é um ponto superado em nosso contexto atual.

Ainda é preciso avançar no reconhecimento dos estudantes como construtores de, pelo menos parte, de seu processo educacional. Não só do seu processo educacional dentro das instituições educacionais, mas também de seu processo como sujeitos com representatividade na política, na cultura, na economia e em outras instâncias da sociedade.

A partir desses questionamentos, voltei o olhar para as narrativas juvenis presentes em “O Julinho”. Busquei refletir sobre as mesmas, estar atento ao que foi dito. Assim, fiz uma leitura possível quanto à percepção e apropriação dos jovens escreventes referente ao contexto político em que estavam inseridos. Desenvolvi uma percepção das leituras de mundo, formas de expressão de uma parcela da juventude da década de 1960.

Pensando na produção do periódico, destaca-se a importância do trabalho do Grêmio Estudantil<sup>11</sup> do Colégio Júlio de Castilhos (G.E.J.C), órgão atuante na instituição de ensino e na sociedade, responsável pela produção do impresso em questão, por manter uma relação direta com outras instâncias do

---

<sup>10</sup> Mesmo com o avanço das compreensões conceituais referentes à juventude, a categoria continuou enfrentando situações de invisibilidade. Refletindo sobre a participação do jovem na sociedade, percebe-se que “[...] mesmo quando a participação destes é considerada, muitas vezes não se percebe ou não há uma preocupação com os sentidos que os jovens atribuem a uma experiência” (PERONDI, 2013, p. 18).

<sup>11</sup> Neste momento, não estou fazendo um juízo de valor, questionando se o trabalho do Grêmio Estudantil era um bom trabalho ou não. Este é o momento para simplesmente reconhecer que havia um trabalho sendo desenvolvido em que, pelo menos, movimentou a imprensa escolar na instituição pesquisada e em outras instituições de ensino de Porto Alegre. Em um momento posterior desta dissertação que será discutido questões específicas do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

movimento estudantil, estando a sua história entrelaçada à dos movimentos estudantis estaduais e nacionais.

Ao longo do estudo, foi possível perceber especificidades relevantes do objeto de pesquisa, de seus escreventes e da instituição de ensino. Particularidades estas não distantes do contexto histórico. A análise pode promover uma reflexão acerca dos sentidos produzidos pelos estudantes, pensando no quanto expressam posicionamentos políticos de uma sociedade, ou de uma parcela da sociedade. Através de seus escritos, compreendem-se questões geracionais, características identitárias de uma juventude.

Estas percepções estão associadas ao olhar que o historiador da educação direciona a seu trabalho, olhar que o pesquisador direciona para os discursos representados nas páginas do periódico. O historiador não só está voltado para as discursividades dos textos, mas também para uma busca do que se vê na materialidade, o que se vê sobre a escola, sobre os processos pedagógicos. Como bem diz Nóvoa:

O mínimo que se exige de um historiador é que seja capaz de pensar a história, interrogando os problemas do presente através das ferramentas próprias do seu ofício. O mínimo que se exige de um educador é que seja capaz de pensar a sua ação nas continuidades e mudanças do tempo, participando criticamente na renovação da escola e da pedagogia. [...] Ao historiador da educação pede-se que junte os dois termos desta equação. Não há História da Educação sem a mobilização rigorosa dos instrumentos teóricos e metodológicos da investigação histórica. Mas também não há História da Educação sem um pensamento e um olhar específico sobre a realidade educativa e pedagógica. (NOVOA, 2004, p. 9)

Juntou-se portanto o ser pesquisador com o ser educador que me constituem. A partir desta junção mobilizou-se um pensamento teórico metodológico em torno da História Cultural e da História da Educação a fim de olhar para a realidade dos jovens escreventes de “O Julinho” e suas narrativas

Se até o momento, apresentou-se a pesquisa, falou-se acerca do percurso do pesquisador, ainda falta dizer mais sobre o objeto desta pesquisa, o impresso estudantil “O Julinho” ainda é pouco.

Seguindo os passos da história destes documentos, os mesmos foram encontrados no Museu do Colégio Júlio de Castilhos, um lugar ainda em construção, que está sendo estruturado tanto em suas concepções conceituais, como em seu espaço físico propriamente dito. Localiza-se no segundo andar

do prédio anexo<sup>12</sup>, ao lado da biblioteca logo em frente à sala de estudos da Língua Francesa.

No Museu, muitos materiais estão preservados, talvez não da forma mais apropriada, mas guardados com cuidado por Ana Julieta Gavião da Fonseca, professora que faz parte da Fundação de Apoio ao Colégio Júlio de Castilhos, e que lá trabalha de forma voluntária. Junto com ela, outros docentes aposentados do Colégio desenvolvem atividades de organização e higienização da documentação que compõem diferentes acervos memorialísticos.

Apesar do espaço do museu viver tempos de desestruturação, acompanhando a precarização histórica das escolas públicas na atualidade, encontrei no Colégio Júlio de Castilhos, representado pela professora Ana Julieta, uma boa receptividade e um interesse pela proposta de pesquisa. Naquele lugar, além dos periódicos estudantis estão salvaguardados outros artefatos. São antigas máquinas de escrever em outros tempos utilizadas por funcionários do colégio, troféus conquistados em torneios e outras atividades esportivas, livros e revistas doadas para escola de acervos pessoais de professores e outros doadores, placas de identificação de espaços internos do colégio, busto de Júlio de Castilhos, entre outros. Muitos destes ainda precisam ser catalogados, estão, em geral, dispostos pela sala por cima das mesas ou mesmo no chão. Alguns já se encontram guardados em armários específicos, como é o caso do impresso “O Julinho”.

Nestas idas ao Museu do Colégio Júlio de Castilhos, aproveitei para observar o espaço e conversar com Ana Julieta, momentos em que pude conhecer um pouco mais da história do colégio e da história do museu, momentos em que tive a oportunidade de realizar as primeiras leituras de “O Julinho” e que promoveram um encantamento pelo objeto de pesquisa. Ao ir folheando as páginas de cada edição, ao ir realizando os registros, fui percebendo que ali estavam registados muitos pensamentos de um outro tempo.

---

<sup>12</sup>Segundo reportagens analisadas no próprio periódico “O Julinho”, este prédio foi construído em anexo ao primeiro prédio da nova sede do Colégio Júlio de Castilhos, que estava sendo transferido do centro da cidade após sofrer com um incêndio.

É importante dizer que nas primeiras idas ao Museu, não havia ainda definido o tema da pesquisa, tudo se encontrava no campo das possibilidades. O movimento que realizei foi, primeiramente, conhecer o possível objeto de estudo, ir ao seu encontro, na instituição que o guardava e, ao mesmo tempo, local em que havia sido produzido. Então o conheci, observei sua materialidade, dei conta de ver suas quantidades, fiquei atento aos títulos dos escritos, as manchetes de capa, as questões de gênero, aos nomes dos escreventes, enfim, foram muitos os detalhes que aguçaram minha sensibilidade e despertaram o desejo de investigá-lo.

Entretanto, nessas buscas iniciais, o que mais me chamou a atenção foram as narrativas em que aqueles jovens escreventes *falavam* de questões políticas e sociais, a partir de seu microcosmos, a escola. Não só pensavam, mas escreviam sobre o que sentiam. Foi assim que se delinearam as trilhas que conduziram ao desenvolvimento da Dissertação de Mestrado.

Abordando mais especificamente o estado de conservação de “O Julinho”, percebeu-se que ainda não está em condições ideais de preservação. Até o momento, está acondicionado em um armário com outros papéis, incluindo um outro periódico produzido por professores<sup>13</sup>. Em geral, o material se encontra em boas condições, com a maioria das edições completas, sem riscos, rasuras ou rasgos. Algumas páginas amareladas pela ação do tempo, mas é possível realizar a leitura com tranquilidade. Entretanto, não há um padrão no arquivamento de “O Julinho”, algumas edições estão encadernadas em ordem cronológica, agrupadas por ano de publicação; já outras edições estão misturadas entre tantas edições do impresso localizadas, separas por uma espécie de papel manteiga que tem por objetivo preservar o material. Estão salvaguardados 53 exemplares que atravessam um período de 56 anos. Destes 53 exemplares, apenas 6 não estão completos. Na tabela, exponho dados das edições que contemplam a temporalidade deste trabalho, as edições dos anos 1960:

---

<sup>13</sup> Não encontrei indícios do nome deste periódico produzido pelos professores.

Dados Gerais							
Edição	Ano	Nº	Páginas	Fotos	Publicidade	Tiragem	Preço
mar/61	XV	1.	16	12	0	NC	NC
abr/61	XV	2.	16	10	0	NC	NC
set/61	XV	3.	12	7	3	NC	NC
mai/62	XVI	1.	8	5	0	NC	NC
jun/62	XVI	2.	12	2	0	4.000	NC
jul/62	XVI	3.	8	3	0	2.000	NC
set/62	XVI	4. e 5.	28	28	0	2.000	NC
out/62	XVI	6.	4	0	0	2.000	NC
abr/63	XVII	1.	8	5	2	4.000	NC
mai/63	XVII	2.	8	0	3	5.000	NC
jun/63	XVII	3.	8	2	3	6.000	NC
Ago/Set/ 63	XVII	4.	9	2	5	4.000	NC
out/63	XVII	5.	7	5	2	4.000	NC
nov/63	XVII	1.	8	2	6	4.000	NC
mar/64	18	2.	8	11	8	5.000	NC
ago/64	18	6.	15	16	11	4.000	CR\$ 20,00
set/64	18	7.	capa	2	1		CR\$ 20,00
mai/65	Extra	Extra	2	3	0	NC	NC
ago/65	19	4.	12	8	27		CR\$ 50
set/66	XX	4.	8	6	7		
mai/67	XXII	4.	3	3	2		

Ao lidar com todo esse material, ao manusear as diferentes edições, fotografar, ler trechos, reportagens inteiras, o processo de pesquisa foi se significando. O que aconteceu foi um processo de *dar-se conta*. Dar-se conta de que jovens escreventes da década de 1960 pensavam e escreviam sobre os momentos que estavam vivendo em seu colégio, sua cidade, seu Estado, seu país. Há *vida* naquelas páginas. Ao trilhar o caminho inicial de contato com o objeto da pesquisa, ao ler um editorial, um artigo publicado em uma edição, dava-me conta de que era sim possível, a partir daquele impresso, falar de

educação, de história, de uma juventude que se colocava politicamente perante o momento histórico que vivia.

O que vivenciei no contato com as fontes, certamente deu sentido para aquilo a que eu estava me propondo investigar. Como já dito anteriormente, educação, história e juventude são temas caros para mim, para aquilo que me constitui educador, historiador, pesquisador. Creio que tenha me exposto ao objeto, assim como diz Ribeiro (1999) que “o melhor mesmo, é expor-se ao que o objeto ou o *corpus* traga de novo, de inesperado.” O autor diz mais:

Por isso, se posso recomendar algo, é que o jovem pesquisador se exponha mais a seu objeto de trabalho. Lembre que, nas Humanas, *nada é apenas objeto*, por que sempre, de alguma forma, tem haver intimamente com o sujeito que o está estudando. [...] é preciso partir para o *corpo-a-corpus*, se me permitem a expressão. Mas isso significa ir a contracorrente de praticamente tudo o que se ensina na Universidade, de tudo o que pretendem as agências de fomento (RIBEIRO, 1999, p. 193)

Identifiquei-me significativamente com a sugestão do autor. Dentro do contexto de toda a adaptação que fiz, aceitei o desafio da desestabilização promovida pelo ingresso em um campo ainda não explorado, entendi que era importante ir ao encontro do objeto, explorá-lo e, a partir daí, pensar nas problematizações. “O Julinho” tem uma intimidade com este pesquisador<sup>14</sup>

Até aqui, colocaram-se as intenções e os encantamentos com a pesquisa. Essa abertura da dissertação é como uma espécie de *capa* ou *manchetes* de um periódico que expõe em grandes linhas o que virá no decorrer de suas páginas. Pode-se pensar também que uma introdução assemelha-se a um *editorial* de um jornal, anuncia os pensamentos postos que, na sequência, serão detalhados.

Nas próximas páginas, discutirei primeiramente os aportes teóricos que sustentam esta investigação, tratando dos conceitos e bases teórico-

---

<sup>14</sup> Até o momento de organizar este primeiro capítulo não havia me dado conta de uma relação direta da minha caminhada como educador com a ideia de periódico estudantil. Quando trabalhei na Escola La Salle Pão dos Pobres, iniciei juntamente com outros educadores, um projeto de comunicação intitulado Papo Reto. Este projeto tinha por objetivo promover um rádio escolar e também um jornal escolar. Até o momento de minha saída já haviam sido produzidos alguns programas de rádio e uma edição do Jornal Papo Reto. O projeto era coordenado por professores – coordenação da qual eu fazia parte –, no sentido de acompanhar e orientar os educandos, pois a ideia era de que o impresso fosse realmente uma produção dos estudantes. Não me estenderei nesta nota abordando outros tantos aspectos que vieram como lembranças neste momento, fica esta breve partilha.

metodológicas da História Cultural, História da Educação e História da Cultura Escrita. Posteriormente, tratarei de pensar sobre os lugares de onde falam os jovens escreventes e as implicações que estas instituições têm nas narrativas produzidas por estes jovens. Falando em jovens, a categoria juventude é o próximo ponto de discussão, buscando compreender que grupo social é este que se posiciona nas páginas do impresso estudantil.

Após estas questões de abertura, parto para o trabalho com o objeto de estudo. Primeiramente, apresento a materialidade do periódico, expondo um primeiro olhar para a fonte de pesquisa. Posteriormente sigo para o objetivo central da investigação, analiso as narrativas a fim de compreender os discursos políticos presentes nas mesmas, percebendo como os jovens escreventes faziam a leitura do mundo em que viviam e como se colocavam na sociedade.

## **2 APORTES TEÓRICOS**

A fundamentação da pesquisa foi construída a partir dos pressupostos da História Cultural, delineando, assim, algumas bases referenciais para o desenvolvimento do estudo. Destaca-se ainda a especificidade deste trabalho, que se insere nos domínios da História da Educação, particularmente no campo da imprensa de educação e de ensino e da Cultura Escrita.

Pensar a construção de uma pesquisa inscrita nesses campos teóricos, nesses domínios, é algo que exigiu uma imersão maior nas teoria da história. Em muitos momentos, me perdi e me encontrei nas diferentes leituras, nas discussões em sala de aula, nos arquivos. Ao longo do percurso os aportes teóricos foram dando base para as ideias que surgiam, sustentando a narrativa que se construía.

A aproximação e apropriação de conceitos da História Cultural e da História da Educação foram fundamentais para toda a investigação. Foi a História Cultural que apresentou as possibilidades de novos temas e objetos para a pesquisa, estendendo estas possibilidades para a História da Educação. Como pesquisador, caminhei por estas bases teóricas para construir os caminhos da pesquisa, realizando escolhas e desenvolvendo o processo da investigação.



Na sequência, se discute o lugar da História Cultural, um lugar que, após explorá-lo, me proporcionou transitar por outro: o da História da Educação. Seguindo o percurso, a discussão é referente ao lugar da Imprensa Estudantil nas interfaces com a Cultura Escrita.

## 2.1 OS LUGARES DA HISTÓRIA CULTURAL, DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DA IMPRENSA ESTUDANTIL

As proposições da História Cultural apontam para pressupostos teóricos que provocam uma reflexão quanto ao processo de *fazer história*, abrindo espaço para pesquisas que se apoiam em seus referenciais, em uma perspectiva de mudanças na historiografia.

Uma das significativas mudanças provocadas pela História Cultural foi a ampliação das possibilidades de fontes de pesquisa. Neste processo, as escritas de pessoas comuns, antes invisíveis para a historiografia passam a ser vistas com outros olhos. Pesavento (2012) afirma que os sintomas dessas mudanças podem ser localizados nos anos 1970 ou em algum momento um pouco anterior, tendo como emblema o “Maio de 68”. Segundo a autora, aquele foi um momento histórico em que se insinuou uma tão comentada crise dos paradigmas explicativos da realidade, provocando rupturas epistemológicas que questionaram os marcos conceituais até então dominantes na História.

Pode-se entender que esta ruptura epistemológica ocorre a partir do momento em que se identifica um “[...] esgotamento de modelos e de um regime de verdades e de explicações globalizantes, com aspiração a totalidade, ou mesmo de um fim para certezas normativas de análise da história, até então assentes” (PESAVENTO, 2012, p. 8). Não ocorre uma ruptura completa, porém fica marcada a crítica às posições interpretativas da história, uma crítica à corrente marxista, a questões específicas da Escola dos Annales, “denunciava-se o reducionismo das lógicas explicativas da realidade [...]” (PESAVENTO, 2012, p. 12). Portanto, a História Cultural é ela mesma fruto de um processo de guinada na historiografia, uma nova forma de escrever

a história que teve suas origens no movimento dos *Annales*,<sup>15</sup> porém se constituiu em postulados próprios.

É a partir desses postulados que estabelece seus conceitos essenciais como os de representação e de imaginário. Neste processo, os historiadores da História Cultural estabeleceram uma estratégia de captação de objetos de estudo. Nas palavras de Chartier:

Daí a emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc. — o que representava a constituição de novos territórios do historiador através da anexação dos territórios dos outros (CHARTIER, 1988, p. 14)

São esses territórios estabelecidos pela História Cultural que possibilitaram a utilização dos impressos como fonte de pesquisa, valorizando o escrevente como um sujeito importante para a história. A historiografia é construída também por questionamentos, por ações que desacomodam o estabelecido e propõe outras miradas para a história e seus fazeres. A História Cultural cumpre em seu momento este papel de apontar outros caminhos, e, assim, emergem outros anseios que possibilitam enxergar novos contextos ou reelaborar aquilo que antes era elaborado por uma perspectiva por vezes engessada.

---

<sup>15</sup> O movimento dos *Annales* emerge juntamente com a Revista dos *Annales*, sendo um movimento de oposição a forma de pensar e escrever a história existente, a uma forma considerada tradicional de escrever história. “Mais exatamente é a história associada à chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*. (BURKE, 1992, p. 9). O movimento dos *Annales*, ou Escola dos *Annales*, passou a interessar-se por toda atividade humana, enquanto a história tradicional interessava-se apenas pela política. Segundo Burke (1992) enquanto os historiadores tradicionais pensavam na história como uma narrativa dos acontecimentos e pensava em uma “história vista de cima” (p. 12), os historiadores ligados ao movimento dos *Annales* pensavam em analisar as estruturas e em uma história “vista de baixo” (p. 12). A história tradicional é pensada de uma forma objetiva, deve apresentar os fatos aos leitores, ideia questionada pela Escola dos *Annales* que surge de uma proposta interdisciplinar, sob forte influência das ciências sociais. Desta forma a história dos *Annales* renova o campo teórico-metodológico. A história mudou “[...] seus objetos, mudou os seus historiadores, mudou seus objetivos, mudaram-se os seus problemas disciplinares. [...] renovou-se teórico-metodologicamente de forma profunda a partir da reconstrução do tempo histórico pelos *Annales*” (REIS, 2000, p. 21). Reis (2000) segue sua reflexão referente a formação dos *Annales*, afirmando que esta surge sob a influência das ciências sociais, a partir de debates entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores, no início do século XX, “[...] e se corporificou na revista de história, *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, fundada em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch” (p. 65).

Chartier (1991) recorda que o desafio da mudança já havia sido instigado pelas disciplinas mais recentemente institucionalizadas e triunfantes intelectualmente, como a Linguística, a Sociologia ou a Etnologia. Passou-se a questionar a história atrelada ao estudo “das conjunturas, econômicas ou demográficas, e das estruturas sociais — e nas suas certezas metodológicas, tidas como pouco seguras à vista das novas exigências teóricas” (CHARTIER, 1991, p. 174). Essas indagações promoveram a ampliação de temas e renovação de objetos de estudo. A História Cultural através de seus “percursos e dilemas, desde o tempo em que se pretendia fazer a história das mentalidades, abriu caminho para a reflexão acerca do fazer do historiador, diante das novidades temáticas e metodológicas que se apresentam” (FONSECA, 2003, p.71 e 72).

Essas reflexões são geradoras de movimento, movimento que compõe a História. Uma história que está em transição. Transição que de fato encontra-se contextualizada, não estando desconectada de tempos e espaços específicos.

Busquei, a partir dos aportes da História Cultural, abordar as questões que se referem ao impresso estudantil estudado. O ato de pensar sobre o posicionamento político de jovens estudantes, através de seus textos ancora-se nos aportes da História Cultural. É desta forma que foi possível apropriar-se do impresso como um objeto de estudo e posteriormente buscar compreender sua materialidade, as representações que ali se encontram, a importância dos próprios escreventes como sujeitos históricos.

Esta pesquisa não tem a pretensão de descrever toda uma cultura juvenil da década de sessenta a partir dos estudos desse impresso, mas sim aborda uma perspectiva desta cultura juvenil. A intenção não é discutir a mentalidade do grupo de escreventes. O estudo trata de abordar práticas culturais específicas através de um objeto específico. No caso, a prática da escrita e os discursos produzidos em um periódico estudantil.

Compreende-se que, se por vezes a História Cultural ganha o adjetivo *nova*, é porque veio a apresentar inovações para a “forma de a História trabalhar a cultura. “[...] Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2012, p. 16). As verdadeiras mutações provocadas

pela História Cultural não são produtos de uma crise geral das ciências sociais, nem por uma mudança de paradigma. As mutações estão “ligadas à distância tomada, nas próprias práticas de pesquisa, em relação aos princípios de inteligibilidade que tinham governado o procedimento historiador há vinte ou trinta anos” (CHARTIER, 1991, p. 176). Há três deslocamentos realizados sob forma de renúncia essenciais para compreender tais mutações:

[...] o projeto de uma história global [...]; a definição territorial dos objetos de pesquisa [...]; o primado conferido ao recorte social [...]. Ora, este conjunto de certezas/abalou-se progressivamente, deixando o campo livre a uma pluralidade de abordagens e de compreensões. (CHARTIER, 1991, p. 176)

Partindo ainda das proposições de Chartier (1991), compreende-se que os historiadores, ao renunciarem à descrição da totalidade social, conceberam os funcionamentos da sociedade a partir de outros modelos que não se traduziram em uma “partição rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades (econômicas, sociais, culturais, políticas)” (p. 176). Os historiadores tentaram *decifrar* de outro modo as sociedades, “penetrando na meada das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas)” (p. 177). Desta forma, passaram a produzir a história a partir da compreensão de que não há “prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991, p. 177)

O debate historiográfico é permanente, a construção de uma operação historiográfica conectada com a História Cultural é ponto de reflexão. Ao pensar a história pelo viés da cultura, os historiadores fazem uma imersão em um campo diverso e cifrado. Pensando a pesquisa histórica também como um *ato de decifrar*, devemos ter consciência de que não há uma homogeneidade nas ações e nos pensamentos dos historiadores da História Cultural. A cultura como um fio condutor:

[...] é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam

de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2012, p. 15)

Estas posturas diversas que constituem a História Cultural não impediram a existência de uma proposta para a produção da História, pois, como ressalta Pesavento (2012), entende-se que todos historiadores trabalham com a ideia de reconstruir sentidos conferidos ao mundo. Estes sentidos estão expressos em palavras, discursos, imagens, práticas. Na construção de uma História Cultural, na busca em “[...] retrazar uma postura e uma intenção partilhada de traduzir o mundo a partir da cultura, é preciso descobrir os fios, tecer a trama geral desse modo de fazer história [...]” (PESAVENTO, 2012, p. 17)

Há uma ideia central que conduz o trabalho dos historiadores da História Cultural, o fazer história pensando nas relações e transformações humanas a partir de uma cultura. Depois de explorar este lugar de onde fala a História Cultural, estou preparado para partir para um outro lugar. Parto para lugar que tem seus domínios construídos a partir dos alicerces estabelecidos pela História Cultural, chegando até as discussões concernentes a História da Educação e ao lugar que as mesmas ocupam na historiografia. Este novo território de discussão ainda abre espaço para debates específicos como os que concernem à imprensa estudantil.

## 2.2 O LUGAR DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DA IMPRENSA ESTUDANTIL

Discutir as bases teóricas desta pesquisa através dos lugares que as mesmas ocupam na operação historiográfica é uma questão organizacional. Portanto, debater os aportes teóricos separadamente não significa que os mesmos estejam isolados no desenvolvimento do trabalho, pelo contrário, os diversos marcos conceituais das bases teóricas se entrelaçam no desenvolvimento da narrativa, em uma ação interdisciplinar.

Dando então continuidade às discussões teóricas da pesquisa, parto das proposições de Viñao Frago (1995), para dizer que a História da Educação constrói seu espaço a partir de um contexto um pouco mais abrangente, que diz respeito à História Cultural. Sob sua inspiração, busco ainda discutir as condições de emergência deste *novo* campo:

[...] además, en un momento de crisis epistemológica, de dudas e incertidumbres en la operación histórica, en la tarea de hacer historia. De dudas e incertidumbres que alcanzan tanto a la posibilidad de llegar a un conocimiento del pasado, como al discurso histórico encuanto forma de articular lingüísticamente dicho conocimiento (FRAGO, 1995, p.63).

É neste despertar carregado de dúvidas, principalmente referentes à operação historiográfica, que se potencializa uma ideia interdisciplinar que congrega uma diversidade de temas e de abordagens. “Esta nueva historia cultural es, desde luego, interdisciplinaria” (FRAGO, 1995, p.63) Portanto, neste contexto, podemos compreender a História da Educação em suas interfaces com a Nova História Cultural.

A História da Educação, inserida nos postulados da História Cultural, também reflete acerca de suas definições, explicações, sínteses, metodologias. Neste sentido, penso que a operação historiográfica da História da Educação amplia alguns horizontes no campo da História juntamente com as questões apontadas pela História Cultural<sup>16</sup>, tendo em vista que a especificidade metodológica da História da Educação é limitada, pois não “produz autonomamente seus pressupostos teórico-metodológicos e que, à parte a especificidade do seu objeto [...] obedece às tendências gerais da historiografia [...]” (FONSECA, 2003, p.72).

Uma História Cultural *renovada* avançou rumo a um novo processo de produção que hoje possibilita o desenvolvimento desta pesquisa com periódicos escolares dentro do campo da História da Educação. Portanto, o movimento que gerou mudanças na historiografia atingiu a História da Educação, que passou a legitimar o uso de outros objetos e a constituição de outros problemas, para muito além da história das ideias pedagógicas e história das políticas educacionais. Como explica Fonseca, atualmente “predominam a história da leitura e dos impressos, sobretudo os escolares, a história da profissão docente, os processos de escolarização, a cultura escolar e as práticas educativas e pedagógicas” (2003, p.61).

---

<sup>16</sup>Utilizo Nova História Cultural neste momento da discussão partindo das reflexões de FRAGO (1995) que busca o diálogo com a História da Educação, estando conscientes de que em muitos aspectos desta discussão poderia utilizar simplesmente História Cultural.

Reforça-se a ampliação das possibilidades de pesquisa que permite que hoje o historiador da educação possa se desafiar em arquivos antes desconsiderados e esquecidos, possa tratar objetos culturais antes classificados como inapropriados. Isso porque a História passa a interessar-se por aspectos culturais da sociedade, e, mais recentemente, pelos segmentos daqueles considerados *esquecidos* que passam a ocupar um lugar nas tramas da História (LOPES; GALVÃO, 2010).

É a abertura da história para sujeitos que antes não tinham as mesmas possibilidades de valorização, como os estudantes, e que, agora, podem contribuir na produção de questões relacionadas à História da Educação. São avanços na pesquisa que toma como documento as marcas escritas daqueles rapazes e moças, registradas em um produto cultural, um periódico estudantil. Isso é possível pois:

A incorporação das contribuições da história cultural torna mais produtivas as pesquisas cujo objetivo é compreender como determinadas visões de mundo – materializadas em produtos culturais – foram produzidas e disseminadas por diferentes grupos sociais. No centro desse debate está a tentativa de entender como (por meio de que processos e em que condições) os sujeitos atribuem significado ao mundo em que vivem (LOPES; GALVÃO, 2010, p. 33).

Para se pesquisar, por exemplo, a atribuição de significados dados ao mundo por sujeitos como estudantes, é necessário este alargamento das possibilidades de pesquisa em história. É neste alargamento que se projeta a pesquisa que se propõe a investigar as produções escritas realizadas por jovens estudantes.

Uma pesquisa acerca de um periódico estudantil não pode se furtar a estabelecer uma discussão com os estudos da História da Cultura Escrita. Importa refletir sobre este tema, notadamente pelas questões implicadas na atividade da escrita e na condição do sujeito escrevente.

A partir das reflexões de Gomez (2003), identifica-se que os estudos referentes à cultura escrita, no passado, se empenhavam em classificar e medir um instrumento de comunicação como um impresso estudantil. Desta forma, realizava-se uma análise deste objeto como se o mesmo estivesse livre de qualquer implicação social.

Esta ação inicial quanto aos estudos da escrita parece apresentar uma preocupação muito mais quantitativa, prática, do que uma reflexão contextualizada com tudo que possa envolver uma produção deste porte. Felizmente, este foi apenas o processo inicial dos estudos referentes à escrita. Atualmente, busca-se compreendê-la como uma categoria de análise histórica “[...] cuyo estudio debe atender a las consecuencias sociales y culturales derivadas de la implantación y extensión del código escrito (GOMEZ, 2003, p. 96), transcendendo a compreensão da escrita como um mero sistema gráfico, passou-se para um processo em que a escrita é objeto de estudo.

Há mais que significativo avanço na compreensão da importância desses estudos. O olhar para os documentos escritos agora é outro. O pesquisador passa a estudar a escrita se conectando a uma respectiva sociedade que se organiza em um específico espaço e tempo histórico. Há a intenção de perceber aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais envolvidos em uma determinada produção escrita. E é por esta multiplicidade de possibilidades de análises que a “[...] história social de la cultura escrita no es ni puede ser, además, un campo acotado por unos investigadores determinados. Nace con vocación interdisciplinar” (FRAGO, 1996, p. 42).

Nesta investigação, inserida no campo da História Cultural, é fundamental que as apropriações realizadas quanto à fonte de estudo estejam pautadas pelas proposições advindas da noção de Cultura Escrita, buscando:

[...] saber por qué razones se ha hecho uso de la escritura en cada momento y sociedad, conocer la distribución de las capacidades de escribir y de leer, las materialidades de lo escrito, y los distintos lugares, espacios y maneras en los que se há experimentado su recepción y apropiación (GOMEZ, 2003, p. 96).

Importa pensar que a escrita não está deslocada de um tempo, de um espaço. Não está deslocada das intenções conscientes e inconscientes de seus escreventes, estes que escrevem também a partir de suas próprias histórias de vida. Não está deslocada do material em que dá suporte para a mesma, nem mesmo das instituições em que são produzidas. Ao trabalhar com narrativas de jovens escreventes e fazer um estudo que tem por consideração o que foi dito acima, se faz História Cultural.



Esses escritos publicados nos impressos estudantis não são produções de profissionais, são escritos de pessoas comuns, que se envolvem com tal atividade. Portanto, escreventes. Nesta perspectiva Gomez (2003) reflete que:

De todos modos, lo más relevante es que las escrituras populares – en plural, para sugerir toda la diversidad de sus manifestaciones - se distinguen por la condición social de sus autores: escribientes antes que escritores, [...] personas para quienes la comunicación escrita representa una actividad y no una función. Es decir, escribientes [...] que comparten una cierta proximidad social y una similar experiencia escolar, fuera de ostentar una posición subalterna respecto al poder y al control de los medios de producción. [...] En consecuencia se trata de personas que no son profesionales del escribir en ninguna de las posibilidades que ello pueda adoptar (GOMEZ, 2003, p. 227-228).

Para fazer a história da cultura escrita de “O Julinho”, pensa-se em um *acordo básico* quanto ao objetivo da história da cultura escrita. Tal acordo, lembrado por Frago (1996), diz que “[...] el objetivo básico de una historia de la cultura escrita - o de una historia social de la escritura - sería el análisis de las funciones, usos y prácticas relacionadas con lo escrito, es decir, de los actos de lectura y escritura (FRAGO, 1996, p. 56).

Neste sentido, não se podem esquecer dos sujeitos que escrevem, nos usos e intenções que estes dão à atividade de registrar acontecimentos. Deve-se pensar também, além de suas condições sociais, outros tantos elementos de suas vidas que interferem diretamente nessas ações. Os sujeitos produzem escritas que “[...] emanan del deseo de articular la memoria de uno mismo (o de la familia), de estrechar el vínculo con la comunidad de pertenencia o de ir configurando la propia identidad [...] (GOMEZ, 2003, p. 228). O impresso estudantil tem como interlocutor a comunidade juliana. Os discursos que afetam cada escrevente se apresentam nos textos e os constituem como sujeitos. As experiências de vida dos escreventes de “O Julinho” estão implicadas nas narrativas que estes produzem, nos posicionamentos e leituras de mundo que os estudantes fazem.

Faz-se história com os impressos estudantis, com as narrativas de jovens, constrói-se história a partir da vida que se coloca em cada palavra que compõem um editorial, um artigo, uma seção de “O Julinho”. E como é importante dar destaque para esta história que se faz a partir de impressos estudantis, valorizar a cultura escrita. Neste caminho, recorda-se que as

escritas de pessoas comuns muitas vezes encontram-se perdidas em arquivos e bibliotecas, ou separadas em porções particulares, sendo assim castigadas com o abandono, com o desprezo. Reforça-se, portanto, a importância de se trabalhar com este objeto de estudo.

Estas reflexões acerca da História da Educação, da compreensão de cultura escrita, sobre a importância de se trabalhar com periódicos estudantis, transportam os pensamentos até uma questão pertinente para este estudo: afinal, como se relacionam as ideias abordadas até este momento com a escola, instituição que se constituiu na Modernidade como o lugar por excelência de aprendizado e exercício da escrita.

Neste sentido, os periódicos escolares não se constituem em práticas isoladas, estão inseridos em contextos históricos e escolares que permitiram sua produção. Considerando o periódico escolar como uma inovação, pode-se localizá-lo a partir do final do século XIX, quando o “[...] movimento educacional conhecido como Escola Nova surgiu para propor novos caminhos a uma educação que a muitos parecia em descompasso com o mundo das ciências e das tecnologias” (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006, p. 132).

O pensamento escolanovista propôs profundas discussões acerca do entendimento sobre educação por meio de proposições de novos modos de escolarizar. Para tanto, partiu de críticas a um modelo de escola tradicional, apresentando, em contraposição, a ideia de escola ativa centrada nos interesses do aluno. É nas proposições da Escola Nova fundamentadas em novos modos de escolarizar que, segundo Ermel (2013), “destaca-se o jornal escolar elaborado pelos alunos como atividade de aula ou extra-classe” (p. 10). Este jornal:

[...] desenvolve um “trabalho social em comum na Escola ou para a Escola”, orientando-se no sentido cívico-cultural de construção da identidade nacional pela formação de hábitos e atitudes: auto-educação, iniciativa, cordialidade, respeito mútuo, gosto pela vida ao ar livre, observação direta, pontualidade e assiduidade, dedicação ao trabalho, zelo pelos instrumentos de trabalho, sentimento de responsabilidade, de sociabilidade e de cooperação (ERMEL, 2013, p. 10)

A Escola Nova apresenta uma compreensão do processo educacional, ancorada em uma maior atenção aos estudantes e construção de suas

identidades<sup>17</sup>. Neste sentido, as noções gerais a abstração devem resultar da experiência do aluno, o processo de conhecimento é mais importante do que os resultados finais, busca a apropriação do conhecimento e não apenas o ensino por métodos mnemônicos. Aí se coloca o princípio do aprender fazendo. “Em um mundo de transformações, muitos sentiam que precisavam inovar, “aprender a aprender” (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006, p. 132).

A Escola Nova se consolida em um contexto marcado por transformações que ocorrem com uma rapidez ainda não experimentada. Desta forma, não se queria mais pensar em modelos e sim em se preparar para uma sociedade dinâmica e mutável. Para tanto, foi preciso mudar concepções educacionais, buscando não apenas fixar conteúdos, e sim ir além desta fixação, discutem-se métodos de ensino, com ênfase nos processos de conhecimento, ao invés da extrema valorização do produto final. Começou-se a pensar na promoção do acesso ao saber para todos, promovendo, pelo menos em tese, uma ampla democratização do ensino e, conseqüentemente a mobilidade social.

Assim, o professor *novo* tem seu papel redimensionado, passando a se preocupar em estimular o aluno, sendo percebido como um facilitador da aprendizagem. Como relacionar a produção de periódicos estudantis com o movimento da Escola Nova? Ermel ajuda a pensar nessas interfaces, explicando que “[...] em sua proposta, o jornal escolar busca dinamizar a ação educativa e estimular a participação do aluno” (ERMEL, 2013, p. 10).

Estas ideias pedagógicas estão ligadas as concepções de um dos pensadores que conceberam a Escola Nova: John Dewey (1859 – 1952), “[...] que acreditava ser a educação o único meio efetivo para a construção de uma sociedade democrática.” (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006, p. 134). Dewey reflete sobre o interesse da criança quanto aos estudos, sustenta que se forem descobertas as necessidades das crianças e se for oferecido às mesmas um ambiente com os recursos físicos, sociais e intelectuais, o interesse pelo estudo surgirá naturalmente. Para Dewey, o conhecimento está voltado para a

---

<sup>17</sup> Stuart Hall (2002) explica o conceito de identidade na pós – modernidade, “como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade para Hall torna-se uma “celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente.” (p.13)

experiência: vida experiência e aprendizagem não se separam. Outros autores que se destacam no pensamento da Escola Nova são Decroly e Freinet. Bastos (2013) esclarece que:

[...] a primeira experiência com jornal escolar data da década de 1910, no pós-guerra, na Escola Decroly, Bélgica, com o *Courrier de l'École*. Mas foi Celéstin Freinet, com suas experiências a partir de 1924, que ampliou a divulgação e utilização do jornal escolar como texto livre [...] (p. 7)

Portanto Decroly antecede Freinet no uso da imprensa escolar, porém este último destaca-se por tornar o impresso estudantil mais visível nos meios escolares, ampliando seus usos e sua divulgação.

A compreensão das proposições da Escola Nova é importante para entender as condições de emergência dos periódicos estudantis como produtos pedagógicos, e, hoje, objetos de estudos da História Cultural, da História da Educação. Assim como é importante compreender o processo pedagógico que deu base para o desenvolvimento dos impressos estudantis, é preciso também, afinal, historicizar os impressos estudantis. Inicia-se compreendendo que:

[...] entre as instituições complementares ou associações auxiliares à escola, estimuladas pelos protagonistas da Escola Nova desde as primeiras décadas do século 20, destaca-se o jornal escolar elaborado pelos alunos, como atividade de sala de aula ou extraclasse. Pode-se assinalar que, na segunda metade do século 19, já se encontram vestígios de jornais infantis e escolares no Brasil. (BASTOS, 2013, p.7).

É exatamente este material que se destaca nas primeiras décadas do século XX, o jornal escolar produzido por alunos. Aqui, o impresso “O Julinho”, fonte documental da pesquisa, produção do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos.

A história dos impressos estudantis inicia nos primeiros anos do século XX. Segundo Bastos (2013), a primeira experiência com jornal escolar acontece na década de 1910, no pós-guerra, na Escola Decroly, Bélgica, com o *Courrier de l'École*. Ainda afirma a autora que foi Celéstin Freinet que ampliou a divulgação e utilização do jornal escolar como texto livre, pois através destes textos as crianças puderam contar suas histórias de vidas, as histórias de seus bairros, de suas cidades, de suas escolas. Por estes fatores que:

Os jornais escolares, objeto de estudos no campo da história da educação, têm sido um importante instrumento para investigar a cultura escolar das instituições, em seus mais variados níveis de ensino. Com formas e conteúdos variados, o jornal escolar registra em suas páginas elementos do cotidiano escolar, tornando possível compreender os discursos e as relações estabelecidas entre os alunos, professores, comunidade e Estado (ERMEL, 2013, p. 1)

Penso que o envolvimento dos estudantes com a confecção de impressos estudantis proporciona a eles uma possibilidade de valorização de suas experiências pessoais. Seguindo as reflexões da Escola Nova, seria um aprender que não se associa diretamente a conteúdos tradicionalmente estabelecidos, mas sim a questões que atingem diretamente os interesses daqueles que escrevem o jornal. O estudante, ao se envolver com a produção de periódicos escolares, exerce um papel ativo, assim como propõe o escolanovismo.

Jornais e revistas não são obras solitárias; a produção de impressos agrupa indivíduos. Isso torna os periódicos uma produção coletiva, agregando diferentes sujeitos e suas diferentes ideias em um projeto coletivo, agrega valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. No caso desta pesquisa, são escritas produzidas por jovens, não por crianças. Preocupo-me justamente com as experiências dos jovens escreventes dos textos publicados no periódico que estudo. Porém, trazendo a reflexão do contexto da criança para o do jovem, posso contar com a ideia de que:

A elaboração de um periódico escolar busca dinamizar a ação educativa e estimular a participação do aluno. Como recurso de ensino ou instituição escolar, oportuniza grande número de atividades, oferecendo ambiente propício para a criança aprender fazendo [...] (BASTOS, 2013, p.7 e 8).

A produção de impressos estudantis possibilita que os jovens escreventes participem de um espaço em que possam ser atuantes em seu processo de aprendizagem, permite que se apropriem do conhecimento através do fazer, aplicando a proposta da Escola Nova. É um aprendizado dinamizado em que o estudante é ativo, é construtor. É por este motivo que estes impressos tornam-se fontes históricas riquíssimas para compreender ideias e concepções de mundo destes jovens estudantes. Enfim, os impressos

proporcionam um espaço para expressar além de ideias e concepções de mundo, sentimentos e valores.

Preocupei-me como historiador da área da História da Educação, como educador, quanto à relevância desta pesquisa para o domínio da História da Educação. Importa então dizer que:

Na historiografia da História da Educação no Brasil encontram-se vários estudos com impressos escolares ou impressos estudantis, mas são poucas as pesquisas que privilegiam aqueles produzidos por alunos, de diferentes níveis de ensino - ensino primário, ensino médio e ensino superior - que decorre da sua pouca conservação, pois muitos deles foram manuscritos. (BASTOS, 2013, p.9)

A partir destas informações, pode-se pensar sobre a importância deste estudo, sobre as dificuldades de se trabalhar com impressos produzidos por alunos. Os fatores para esta raridade podem variar desde a escassez das fontes até a pouca conservação das mesmas. Porém, registra-se que quando se observa a produção de estudos acadêmicos as produções já não são tão raras<sup>18</sup>.

Falta ainda compreender um pouco mais da fonte histórica desta investigação em uma perspectiva mais educacional. Freinet questiona: “O que é um jornal escolar? Quais são os seus princípios de base, psicológicos, pedagógicos e técnicos? Que serviços pode prestar-nos? Que caminhos pedagógicos nos abre ou nos promete?” (FREINET, 1967, p. 5).

Estes questionamentos de Freinet nortearam também os caminhos da investigação no sentido de compreender o impresso produzido no Colégio Júlio de Castilhos. Freinet vislumbrava que os impressos estudantis seriam “amanhã um dos principais elementos de uma pedagogia aberta para o mundo e para à vida, susceptível de dar um novo sentido à cultura, da qual a escola, a todos os

---

<sup>18</sup> Há pesquisas recentes que tomam como objeto de estudo os periódicos estudantis. A Revista História da Educação da ASPHE (Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação), primeira revista brasileira especializada na temática da História da Educação, publicou no ano de 2013, em seu número 40, um dossiê repleto de artigos referentes a pesquisas desenvolvidas com impressos estudantis. Pode-se ter uma visão sobre o trabalho de pesquisa que já está sendo realizado com periódicos produzidos por estudantes através destes artigos acadêmicos, que apresentam uma amostragem significativamente do trabalho com a imprensa estudantil, bem como se pode observar alguns dos pesquisadores que trabalham com esta temática.

níveis, deve estabelecer as bases e preparar o aparecimento” (FREINET, 1967, p. 5)

Através de seus textos os estudantes narram experiências escolares relacionadas com a instituição de ensino, com seus professores e com seus colegas, “os impressos de alunos, em diferentes níveis de ensino, são documentos importantes para analisar a cultura escolar e suas práticas”. (BASTOS, 2013, p.9) Enfim, os jovens escreventes *falam* sobre as experiências de seu tempo escolar. Estas narrativas estabelecem um relação, portanto, com uma cultura escolar e também com uma cultura escrita.

São estas as bases teóricas que sustentam a operação historiográfica realizada para construir a narrativa que segue. A discussão realizada neste capítulo quanto aos aportes teóricos da História Cultural, História da Educação e da História da Cultura Escrita, possibilitou a percepção do alargamento promovido por estas correntes historiográficas quanto aos temas e objetos de estudo da história. Foi através de um olhar interdisciplinar que se tornou possível visualizar o que antes não era visto e muito menos valorizado pela historiografia. As proposições até aqui discutidas permitem que no fazer história, o historiador possa trabalhar temas e objetos de pesquisa antes não trabalhados, valorizar lugares antes esquecidos. É nesta perspectiva que segue o estudo.

O próximo passo desta investigação trata de apresentar uma história do Colégio Júlio de Castilhos, instituição de ensino em que o periódico “O Julinho” foi produzido. Além desta história, trata de discutir uma história do Grêmio Estudantil, órgão responsável pelo impresso estudantil. São duas discussões que possibilitam compreender melhor o contexto de produção do periódico, os lugares de onde os escreventes falam, as instituições implicadas no periódico estudantil. Não basta olhar para o lugar de onde os escreventes falam sem pensar em quem são estes escreventes. Portanto, além das instituições envolvidas na produção do impresso estudantil, ainda discute-se quem são estes sujeitos escreventes. Mais especificamente, debate-se sobre a categoria social a qual integravam, a juventude.

### **3 COLÉGIO PADRÃO, GRÊMIO PADRÃO: de onde falam os jovens escreventes**

Periódicos estudantis são produzidos dentro de um contexto histórico específico, estando implicados por aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Portanto, compreender o tempo histórico, os espaços e os atores sociais envolvidos com o impresso estudantil é fundamental para que se possa realizar uma análise qualificada das narrativas, dos discursos, publicados nas páginas deste periódico estudantil. Em um primeiro momento, volta-se a atenção para os espaços institucionais em que o impresso estudantil foi produzido para em um segundo momento pensar nos sujeitos históricos envolvidos.

#### **3.1 COLÉGIO JÚLIO DE CASTILHOS: uma perspectiva histórica, suas memórias em um museu**

Este espaço da dissertação foi reservado para tratar de aspectos relacionados à história do Colégio Júlio de Castilhos. Busquei em alguns livros memorialísticos produzidos por estudantes que viveram essa história as informações que precisava para construir esta narrativa. Foi nesta instituição que o impresso estudantil, “O Julinho” foi produzido.

O Colégio Estadual Júlio de Castilhos<sup>19</sup> foi fundado em 23 de março de 1900 e, na época, levava o nome de Gymnasio do Rio Grande do Sul. Suas primeiras atividades educacionais foram promovidas no térreo do edifício-sede da Escola de Engenharia da UFRGS, instituição que mantinha um curso preparatório de apoio ao ensino de engenharia desde 1896. Cinco anos após a sua fundação, no ano de 1905, o estabelecimento passou a denominar-se Instituto Gymnasial do Rio Grande do Sul.

Desde então, o colégio passou por um processo de crescimento constante em número de alunos. Sendo assim, fez-se necessário realizar obras

---

<sup>19</sup> Para desdobrar esta apresentação da história do Colégio Júlio de Castilhos, pautei-me nos escritos de ex-julianos que participaram como escritores do livro comemorativo dos 100 anos do Colégio Júlio de Castilhos organizado por um ex-aluno e um ex-professor do colégio. LIMA, Otavio Rojas (ORG.); LEDUR, Paulo Flávio (ORG.). 100 anos de história. Porto Alegre: AGE, 2000.



para atender tal demanda. As obras para a construção de um novo prédio iniciaram-se em março de 1909 e tiveram sua conclusão no ano de 1910. Depois de 13 anos, o Instituto Gymnasial do Rio Grande do Sul passou “a chamar-se Instituto Júlio de Castilhos, com regulamento expedido pela Escola de Engenharia, em 24 de março de 1923” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 9). O Instituto veio a desligar-se da escola de Engenharia no ano de 1930.

A instituição educacional ainda passaria por algumas transformações em seu nome, além de outras estruturais e pedagógicas. “A partir de 11 de agosto de 1942, pelo Decreto estadual 588, passou a denominar-se Colégio Estadual Júlio de Castilhos, ao qual se incorporaram o então Colégio Universitário e o Gymnásio Júlio de Castilhos” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 9). A partir desse momento, foram ministrados o ensino das disciplinas do curso ginásial e dos cursos secundários, clássico e científico no Colégio Júlio de Castilhos.

Entretanto, ainda estavam reservadas algumas mudanças significativas em sua estrutura física. Em 15 de novembro de 1951, um incêndio que, conforme consta, não teve suas causas esclarecidas, destruiu o belo prédio do Júlio de Castilhos que nesta época se situava na Avenida João Pessoa. “Dele restaram os dois grifoleões, salvos das chamas por alunos, professores e populares, que até hoje estão no saguão do atual prédio da escola” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 12). Após o incêndio, as aulas foram transferidas para o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). “As obras do atual prédio, na Av. Piratini nº 76, começaram em julho de 1953, com projeto de arquitetos Demétrio e Enilda Ribeiro. A inauguração se deu em 29 de junho de 1958, em grande ato festivo [...]” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 12). O colégio ainda se localiza neste endereço, porém, infelizmente, é preciso dizer que se insere no contexto da educação pública atual. Sendo assim, apresenta necessidades de reparos, de investimentos estruturais.

Ao buscar essas informações, percebi a importância do Grêmio Estudantil. Encontrei no livro “Julinho: 100 anos de história”, organizado por Otávio Rojas Lima e Paulo Flávio Ledur (2000), alguns relatos significativos de estudantes que participaram do Grêmio Estudantil, tanto no período da temporalidade desta pesquisa, como em momentos anteriores ou posteriores. Destaco algumas *falas* presentes no primeiro artigo do livro, intitulado “Histórico do Colégio Estadual Júlio de Castilhos”:

Nesses 100 anos, o Colégio Júlio de Castilhos caracterizou-se por ser um centro gerador de cultura e formador de consciências, destacando-se iniciativas como: Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, criado em 1943, considerado um dos grêmios mais combativos, e que edita o jornal O Julinho até hoje (LIMA; LEDUR, 2000, p. 12)

O artigo não tem sua autoria registrada, podemos supor ser uma narrativa dos próprios organizadores do livro. Feita tal ponderação, o essencial é perceber a representatividade do Grêmio Estudantil para pelos menos alguns estudantes do colégio, bem como a importância do periódico “O Julinho” citado no relato. Segundo o autor (ou autores), o colégio é considerado um “gerador de cultura e formador de consciência” e, para tanto, é destacado o papel do Grêmio Estudantil, “um dos grêmios mais combativos” (p. 12), editor do jornal “O Julinho”.

Mesmo não sendo um relato de quem estudou no período referente à temporalidade desta investigação, é válido trazer para esta construção as memórias de Airton Santos Vargas<sup>20</sup>, que escreveu para o mesmo livro já citado, o artigo “Ao Centenário de Nosso Julinho”:

Como aluno do Colégio, no período de 1949 e 1951, tive a honra de integrar o Grêmio Estudantil. Foi um rico aprendizado de liderança, de democracia e de cidadania. Como dirigente estudantil ou como Diretor, aprendi o valor do diálogo, da solidariedade, do respeito mútuo. Aprendi a lutar, a ser perseverante, a jamais me afastar dos sonhos e dos ideais (LIMA; LEDUR, 2000, p. 13)

Percebe-se mais uma vez o valor do Grêmio Estudantil para os estudantes. Claro que é necessário fazer a ponderação que este último relato parte de alguém que teve relação direta com o órgão. É importante ter o cuidado com a contextualização das fontes, dos lugares de onde se fala, para quem dirigem seu discurso.

Também encontrei um artigo que trata da história do Grêmio Estudantil especificamente. Apesar de não aprofundar esta história, acrescenta elementos importantes. Escrito por Gustavo Py Gomes da Silveira<sup>21</sup>, presidente do

---

<sup>20</sup>“AIRTON SANTOS VARGAS é professor universitário aposentado, tendo ocupado diversos cargos públicos, como os de Secretário de Estado da Educação do rio Grande do Sul e de Delegado Regional do Ministério da Educação”. (LIMA; LEDUR, 2000, p. 14).

<sup>21</sup>“GUSTAVO PY GOMES DA SILVEIRA é Doutor em Medicina, Professor Titular de Ginecologia da Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, Chefe do Serviço de

Grêmio Estudantil em 1959, intitula-se “Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos: Berço de Líderes – Elementos para a sua história – 1943 a 1963”. Através deste relato, pude compreender um pouco do processo de formação do Grêmio estudantil da referida instituição.

Foi em 16 de Julho de 1943 que um grupo de julianos tomou a iniciativa de fundar uma agremiação estudantil no Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Antes havia uma entidade apenas dos alunos do ginásio. Com a finalidade de abranger todos os alunos da escola, nasceu o Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, que teve como idealizadores Bonorino Buttelli, futuro desembargador e seu primeiro presidente; Leonel de Moura Brizola, futuro governador do Estado e líder político nacional, vice-presidente; Alberto Flores, depois engenheiro de minas ligado à Volta Redonda, tesoureiro, Mercedes Norremberg, 1º secretário, e Zeno Martins, futuro advogado em Porto Alegre, 2º secretário (LIMA; LEDUR, 2000, p. 58)

Portanto, o Grêmio estudantil é constituído por iniciativa de um grupo de julianos, com a finalidade de abranger todos os alunos da escola, avançando perante a proposta da entidade existente que atendia somente aqueles do Ginásio. Dentre os fundadores da agremiação, destaca-se, Leonel de Moura Brizola,<sup>22</sup> que viria a ser governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto ao processo eleitoral realizado pelo órgão em seus primórdios, foi possível apurar que “[...] a primeira gestão, 1943-44, empossada a 16 de Agosto de 1943, foi eleita de forma indireta, pelos representantes das turmas, e

---

Ginecologia do Complexo Hospitalar Santa Casa e Titular da Academia Sul-Rio-Grandense de Medicina.” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 68).

<sup>22</sup> Leonel de Moura Brizola, nascido em 22 de Janeiro de 1922 em Carazinho/RS e falecido em 21 de Junho de 2004 na cidade do Rio de Janeiro/RJ, foi estudante do Colégio Júlio de Castilhos e um dos fundadores do Grêmio Estudantil. Entre 1945 e 1949 cursou engenharia na UFRGS, momento de sua vida que ingressou na vida política partidária, filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1945. Em sua carreira política Brizola foi eleito deputado estadual em 1947 e deputado federal em 1954, ambos mandatos pelo Rio Grande do Sul. Logo no ano seguinte se elegeu prefeito de Porto Alegre e no ano de 1958 foi eleito governador do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1962 foi eleito deputado federal pela Guanabara, sendo eleito posteriormente governador do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1982 e para um segundo mandato em 1991. Brizola, em sua carreira política liderou o movimento da legalidade, organizou “[...] demonstrações populares de apoio a Jango em Porto Alegre. Uma cadeia de estações de rádio intitulada “Voz da Legalidade” foi imediatamente mobilizada, a fim de galvanizar a opinião do resto do Brasil” (DEBERT, 2008, p. 145). No período da ditadura civil militar brasileira, Brizola teve seu mandato de deputado federal pela Guanabara cassado através do ato institucional nº1. Com seu mandato cassado, Leonel Brizola se exilou no Uruguai e posteriormente em Portugal, regressando ao país em 1979 após a decretação da anistia política. No ano seguinte Brizola fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

atuou em regime presidencialista”. (LIMA; LEDUR, 2000, p. 58). Alberto Flores – tesoureiro da primeira diretoria do Grêmio Estudantil – relata<sup>23</sup> ainda que:

“A diretoria foi eleita pelos representantes das diversas turmas do 1º e 2º ciclos (Ginásio, curso Científico e curso Clássico). O Professor Abílio Azambuja (de Química Orgânica) foi de sala em sala dirigindo as eleições dos respectivos representantes. A primeira atividade do Grêmio foi realizar um baile (no pavilhão de ginástica da Escola Normal General Flores da Cunha), para obter dinheiro. Todos os alunos eram sócios, e nada pagavam. Além de se organizarem os primeiros passos da entidade, foi criada a banda de música do Julinho, jogos esportivos, excursões, como uma a Cachoeira do Sul, e emissão de carteiras sociais.” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 58 e 60)

Percebem-se as primeiras atividades políticas do Grêmio Estudantil e as primeiras ações promovidas pelo órgão a fim de estabelecer um relacionamento com os estudantes e obter dinheiro para o funcionamento do Grêmio. Importante ressaltar que nenhum aluno pagava e que todos eram sócios, reforçando, é claro, que não é possível precisar a fidedignidade deste relato. Ao avançar na história do GEJC, pode-se observar que a organização política do órgão estudantil apresentou variações em sua estrutura política. A primeira gestão atuou de forma presidencialista, mas isso não significa que todas as gestões atuaram da mesma maneira, ou como se concretizava esta atuação presidencialista no cotidiano administrativo do órgão estudantil. Relatos de ex-alunos referentes aos anos 1950 e 1960 indicam que o Grêmio estruturou-se também pautado por uma ideia de parlamentarismo:

Mas o Grêmio Estudantil é um capítulo à parte. O GEJC tinha uma estrutura parlamentarista. Embora o presidente fosse eleito pelo voto direto, cada turma elegia um representante, que se reuniam todos os sábados e legislavam! Sim, legislavam. Ai do presidente que não respeitasse essa Assembleia de Representantes! (LIMA; LEDUR, 2000, p. 74).

As possibilidades de participação política dos estudantes no GEJC não se limitava ao cargo de presidente do Grêmio, pois a estrutura da organização política do órgão ampliava os espaços de atuação dos julianos. Outros relatos de ex-alunos da década de 1960 complementam esta discussão, ..... afirma que cada “Havia até um poder judiciário que era eleito à parte” P.99 Enquanto

---

<sup>23</sup>Este é um relato presente no artigo escrito por GUSTAVO PY GOMES DA SILVEIRA, porém o autor não especifica a origem deste relato.

....., que recorda ter participado ativamente do Grêmio Estudantil, diz lembrar de “[...] uma estrutura de governo, com Executivo, Legislativo e Judiciário e, acreditem, até Poder Moderador!” (P. 131). A organização política do GEJC parece que se pautava pela organização política governamental do país, mas além disso, também deixa indicativos de também pautar sua estrutura em outros períodos históricos do Brasil.

Discutir como o Grêmio Estudantil organizava-se, como pensava seus cargos administrativos não é foco desta investigação, mas estas discussões anteriores contribuem para se ter uma visão mais global do funcionamento do GEJC. Pensando mais especificamente na relação do Grêmio com a produção do “O Julinho”, destaca-se inicialmente a diretoria dos anos de 1944 e 1945, pois teria sido ela a responsável pela publicação do primeiro jornal do Julinho:

Para o biênio seguinte, 1944-45, foi eleita nova diretoria tendo como presidente Odemar M. Ferlauto, como vice Darcy Inda Pereira, secretário Luiz Iribeu Settineri, tesoureiro Mário E. de Mendonça e no Departamento de Teatro Ernani Behs. Esta gestão publicou o primeiro jornal do Julinho, [...]. A Assembleia de Representantes de turmas alterou os estatutos, mantendo o regime presidencialista<sup>24</sup>, mas instituindo o voto direto. (LIMA; LEDUR, 2000, p. 60)

Além disso, destaco o período desta gestão pelo fato da instituição do voto direto para as eleições do Grêmio Estudantil, decisão proveniente da assembleia de representantes de turmas. Não posso afirmar que foi nesta gestão do Grêmio Estudantil que foi criado o impresso “O Julinho”, pois o relato nos diz que foi publicado o primeiro jornal do Julinho, porém não diz se o jornal tinha um nome, não faz referência ao seu formato.

Além destas observações, outras complementam a análise, pois consta nos relatos que foi na “gestão 48/49 que [...] foi publicada a revista O Julinho” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 62). A questão agora é saber se o objeto apresentado como revista “O Julinho” é o mesmo objeto fonte desta pesquisa. Analisando a materialidade, o suporte dos textos, o periódico estudado possui muito mais características de jornal.

---

<sup>24</sup>“A gestão 58/59 atuou sob regime parlamentarista [...]”. (LIMA; LEDUR, 2000, p. 67)

Ainda considero válido ressaltar que “O Julinho”<sup>25</sup> era uma publicação que apresentava notícias do colégio, de caráter institucional, por exemplo: “O Julinho, órgão oficial do GEJC, publicado em maio de 1958, publica notícias importantes: a transferência do Colégio do prédio do Arquivo Público, na Riachuelo, para sua atual sede, na Azenha”. (LIMA; LEDUR, 2000, p. 67).

Registro aqui as observações finais do artigo escrito por Gustavo Silveira:

Observando os nomes de julianos ligados ao Grêmio Estudantil, de 1943 até 1963, impressiona o número de cidadãos destacados, tanto na política, quanto nas atividades científicas ou jurídicas, que aqui fizeram seu aprendizado de posições políticas e de convívio democrático com os antagonistas nas ideias de amigos e colegas no dia-a-dia (LIMA; LEDUR, 2000, p. 68).

Este registro apresenta indícios para pensar questões referentes aos jovens escreventes de “O Julinho”. Voltando a atenção para uma perspectiva histórica do Colégio Júlio de Castilhos e do Grêmio Estudantil da mesma instituição, foi possível identificar alguns elementos que contribuem nos esclarecimentos do processo de produção do periódico estudantil. Os sujeitos escreventes fazem parte desse processo, a compreensão da complexidade que forma esta categoria social é importante para se realizar análises das narrativas.

### 3.2 JUVENTUDES: compreendendo a diversidade dos escreventes

Falar de juventude é também falar de História da Educação. Este trabalho estuda periódicos estudantis produzidos por escreventes jovens. O conhecimento de memórias juvenis de outros tempos sugere inúmeras perspectivas de observação e de análise e provoca novas possibilidades investigativas no campo da História da Educação. Lopes e Galvão (2010) afirmam que “construir as histórias da educação de outros tempos e sociedades é, quase sempre, falar sobre crianças e jovens” (p. 52).

---

<sup>25</sup>Desta vez é possível afirmar que o relato faz referência ao periódico que estudo. Uma primeira confirmação é o ano de publicação que confere com o levantamento realizado dos impressos. A segunda confirmação de refere ao fato de fazer referência ao “O Julinho” como órgão oficial do GEJC (Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos).

Ao pensar sobre os escreventes e suas narrativas é importante ter essa compreensão da complexidade da categoria juventude. Os estudantes do Colégio Júlio de Castilhos representam uma juventude de Porto Alegre da década de 1960. Pensou-se, portanto, nesta juventude, nos diferentes discursos que os atravessam e em sua relação com a escrita.

Mas, o que se pode dizer sobre jovens e juventude? O que as pesquisas têm avançado nos últimos anos? Será que, considerando a temporalidade desta pesquisa, os escreventes de “O Julinho” eram percebidos de acordo com as compreensões atuais sobre juventude?

Discutir a temática da juventude é importante para que se possa perceber como questões geracionais se relacionam ao periódico em questão. Nas páginas do periódico, não faziam referências aos estudantes como jovens, quando falavam de sua própria geração recorriam a ideia de “mocidade”.

Contemporaneamente, ainda existe uma confusão quanto à ideia de juventude. Há quem a defina como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, pautada pelo critério de faixa etária. Há que a compreenda como um estado de espírito, sendo assim, *todos podem ser jovens*. Tendo em vista o significado deste conceito para a presente investigação, reservou-se aqui um espaço para a discussão.

Pensar em juventude é pensar em uma categoria complexa, “[...] permeada não por sua fixidez, mas pela possibilidade de seus arranjos, cada vez mais pluralizados” (AMARAL, 2015, p. 35). Os arranjos construídos pelos jovens estão sempre contextualizados em uma sociedade, em um tempo, em um espaço específico, elaborados através de critérios diversificados que perpassam as dimensões humanas do ser do jovem. As narrativas elaboradas pelos jovens escreventes também seguem esta perspectiva de pensamento. Os textos têm sentido quando associados ao momento histórico em que foram produzidos, estão portanto, contextualizados com sociedade de que *falam*, com quem *falam*.

Foi no advento das Revoluções Industriais, na transição de um sistema mercantilista para um sistema capitalista que a juventude como realidade social foi se desenhando:

A partir da revolução industrial, do surgimento das fábricas, da ampliação do comércio e, conseqüentemente, do crescimento das cidades, irrompe um modelo social onde se faz necessário melhor delimitar os períodos da vida – infância, adolescência e juventude -, buscando diferenciá-lo do “mundo adulto”, visto a necessidade de educar e socializar estes indivíduos e submetê-los a um rigoroso controle, afastando-os da delinquência e do acesso precoce ao trabalho. (AMARAL, 2015, p. 37)

Segundo Feixa (1999), na segunda revolução industrial ocorreram muitos avanços tecnológicos, o que foi afastando os “menores” do trabalho. O autor ainda afirma que por outro lado se buscava uma preparação técnica mais qualificada para desenvolver as atividades industriais complexas, assim “[...] requiriéndose una formación básica tanto para los jóvenes burgueses como para los obreros” (FEIXA, 1999, p. 38).

A juventude foi se reinventando, “[...] uma ‘geração’ de estudantes mal dura três ou quatro anos – suas fileiras estão sempre sendo reabastecidas” (HOBBSAWM, 1995, p. 318). Segundo Amaral (2015), foi a partir da segunda metade do século XX, principalmente, que ocorre esta “reinvenção” da juventude, produzindo um ideário que subsiste em nossos dias. Isso se deve ao crescimento econômico do pós-guerra que apresenta ainda outros fatores para esta maior independência do jovem:

[...] a difusão dos meios de comunicação em massa, o surgimento de uma sociedade de consumo, o aumento da escolarização, a ocupação dos jovens no mercado de trabalho (maior poder aquisitivo graças à prosperidade e ao pleno emprego) entre outros fatores, faz emergir a noção de *cultura juvenil* – revolução nos costumes e nos modos de ser – como uma categoria interclassista (AMARAL, 2015, p. 38)

Segundo Hobsbawm (1995), a juventude passa a não ser mais vista com um “estágio preparatório para vida adulta” (p. 318), mas sim como o estágio final do pleno desenvolvimento humano. Transportando esta ideia de Hobsbawm sobre a juventude para os escreventes de “O Julinho”, pode-se inferir que compreendiam a relevância de sua produção para o momento histórico em que viviam, entendiam seus escritos como importantes fontes de problematização da sociedade eu viviam.

A juventude como o estágio final do pleno desenvolvimento humano” seria a primeira novidade portanto. Logo após, como segunda novidade,



aparece a juventude como dominante nas economias de mercado, pois ela é uma massa de poder de compra, os produtos passam a ser projetados por jovens para jovens. O papel dos pais como referências na aprendizagem se modifica, os filhos também podem ensinar aos pais. A terceira novidade refere-se ao internacionalismo, fenômeno introduzido por esta nova cultura jovem nas sociedades urbanas, culturas jovens que se espalham em um mundo ocidental, produzindo estilos de vida.

Contemporaneamente, os estudos sobre juventude avançaram. Segundo Perondi (2013):

Os jovens passaram a ser pensados a partir da construção histórico e cultural que lhes constitui. DE um lado são considerados sujeitos de direitos, com atenção especial às políticas públicas para a juventude; de outro, é admitida uma cultura especificamente juvenil, com características próprias deste segmento de indivíduos. Tornou-se quase um consenso conceber a juventude em sua diversidade, tanto que a denominação deixou de ser usada no singular e passou a ser adotada no plural (juventudes). (PERONDI, 2013, p. 20)

Portanto, não se fala em *juventude*, mas sim em *juventudes*. As categorias e delimitações de classe social, etnia, gênero, entre outros, os sujeitos jovens produzem estilos, atitudes, comportamentos, expressões artísticas e culturais, não exprimem o que é juventude. Juventude, ou melhor, juventudes, transcende a essas categorizações, produzindo diferentes modos de ser e estar na sociedade.

Por vezes vistos como *rebeldes sem causa*, individualistas, aqueles que iriam acabar com as bases civilizatórias da sociedade. Outrora vistos como *revolucionários*, questionadores. Estas concepções são construídas em um momento que a sociedade se transforma rapidamente, os anos 1960.

Até o momento, pensou-se de forma mais ampla na categoria juventude. Porém, para esta investigação faz-se importante buscar compreender um pouco do universo específico dos jovens estudantes do Colégio Júlio de Castilhos e, assim, conseqüentemente também compreender um pouco melhor quem eram estes jovens escreventes de “O Julinho”. Buscaram-se então alguns relatos de ex-alunos do Julinho para se ter uma possível perspectiva de quem eram aqueles estudantes que compunham a classe estudantil do Julinho dos anos 1960.

Um primeiro ponto a ser abordado refere-se ao processo de ingresso no colégio, que selecionava os estudantes que iriam estudar no Julinho através de um exame de admissão. Compreende-se que este procedimento interferia consideravelmente na composição do grupo de estudantes do colégio. Segundo o ex-aluno Natale Ferrari, o exame de seleção poderia ser inclusive comparado a um vestibular: “encontre-me na Secretaria do Colégio Júlio de Castilhos para iniciar o primeiro ano Clássico, após o devido exame de ingresso, o que nós chamávamos de *vestibularzinho*” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 124). Esta não é a única menção do exame de admissão comparado a um vestibular, Otávio Gadret também recorda este ponto de sua vida de estudante do Julinho, e afirma que no “[...] ano de 1958, prestei o primeiro *vestibular* de minha vida. O Exame de Admissão era o passaporte entre o Primário e o Ginásio!!!” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 130).

Uma simples matrícula, uma busca de vaga na Secretaria de Educação, não era suficiente para ingressar no Julinho, era necessário transpor o exame de admissão. Renan Proença relata que havia “[...] um exame de seleção rigorosíssimo. Enviamos nossos currículos, eu e meu irmão Miguel. Fomos aprovados imediatamente, sem precisar prestar o temeroso exame, graças às excelentes notas” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 151). Muito além de ter ciência de que o exame de admissão realmente acabava por selecionar os estudantes que iriam compor a classe estudantil juliana por seus conhecimentos técnicos já construídos, haviam outras questões implicadas no processo de ingresso no Colégio Júlio de Castilhos.

Importante ressaltar que o exame sim era visto como rigoroso, temeroso. No entanto, para além desta memória, percebe-se que aqueles que comprovavam ter boas notas, conseguiam alguma vantagem no processo de admissão, o que deixa indícios de que havia sim uma preocupação em formar um grupo de estudantes que poderiam ser considerados uma elite intelectual da cidade, do Estado.

Não era somente o exame de admissão que instituía a formação da classe estudantil juliana. As memórias de afirma abrem outras perspectivas. “Minha condição de funcionário público federal [...] me assegurava matrícula em quaisquer estabelecimentos públicos de ensino, [...] Assim, pois, fui matriculado no Júlio de Castilhos, curso noturno” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 35).

E quanto ao turno do noturno o mesmo estudante afirma que “a turma da noite era constituída de pessoas mais maduras. Todos trabalhavam durante o dia, e procuravam a conclusão de curso superior para galgar melhores condições de trabalho” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 35).

O fato de que funcionários públicos federais compunham a classe estudantil juliana juntamente com outros trabalhadores é mais um indicativo de quem eram os estudantes do Julinho, estudantes que já estavam inseridos no mundo do trabalho com experiências de vida e responsabilidades significativas que muito possivelmente exerciam influências em suas leituras de mundo, em suas atuações no ambiente escolar. A característica de estudante trabalhador no turno do noturno ainda é uma colégios públicos atuais.

O processo de admissão do Julinho formava um grupo seletivo de estudantes, uma determinada elite intelectual. Ainda sobre o exame de ingresso, é possível que o mesmo pudesse significar uma forma de ascensão social:

Entrar para o Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Este era o sonho e o desafio de muitos estudantes nas décadas de 40 e 50. Um desafio que abracei com empenho e seriedade, estimulado por minha mãe, Conceição, desquitada, costureira, chefe-de-família. Os recursos eram poucos. [...] Esqueci as férias de verão e mergulhei fundo nas matérias para o exame de admissão do Julinho. (LIMA; LEDUR, 2000, p. 44).

Mais uma lembrança que reforça a ideia de que o ingresso no Julinho não era acessível, não era para todos. Desta forma, aqueles que não compunham a elite econômica poderiam enxergar no Julinho uma possibilidade de crescimento social. Estes formavam um grupo diferenciado dentre os estudantes julianos, um grupo que fugia do padrão da classe estudantil do Colégio Júlio de Castilhos. Esta é parte da trajetória de .....

Contudo, minha trajetória foi um pouco fora do padrão até então vigente. Adolescente de uma família humilde, de caráter tímido e reservado, jamais me envolvi com a mística elitista dos grandes nomes que frequentavam a instituição. [...] Ia para o colégio de bonde, desde o bairro Teresópolis, onde vivia, e o Julinho era o local mais imponente e importante que frequentara até então. O uniforme, que muitos detestavam, permitia que participasse da vida escolar de forma aparentemente igual à de meus colegas abastados. Apesar disso, estudei geralmente com livros usados, pois ainda que o ensino

fosse gratuito, meus pais tinham dificuldade em arcar com os demais custos (LIMA; LEDUR, 2000, p. 140).

A mística elitista faz parte da história dos estudantes julianos, no entanto é importante lembrar também destes casos que poderiam ser considerados exceção no meio de estudantes abastados que compunham uma certa elite intelectual. No Colégio Júlio de Castilhos, não apenas o exame de admissão estabelecia os critérios que estabeleciam a formação do seu grupo de estudantes, mas no decorrer do processo educativo os estudantes continuavam a passar por ações seletivas. O Julinho estabelecia uma “[...] uma exigência muito grande. Quem não aproveitasse não permanecia” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 152). Aqueles estudantes que por ventura fossem considerados não aptos para manter o padrão de qualidade pelo qual o colégio era reconhecido, poderiam já não estar mais inclusos neste ambiente educacional.

Algumas articulações foram realizadas até o momento. Discutiu-se a proposta da pesquisa, seus objetivos e bases teóricas que sustentam o estudo. Entrou-se em contato com elementos que compõem o contexto histórico no qual esta pesquisa está inserida. Estabeleceu-se uma ligação com os espaços, as instituições envolvidas com a produção de “O Julinho” e os sujeitos também envolvidos. Há base suficiente, portanto, para se iniciar uma análise referente ao que os escreventes do impresso narravam nas páginas do periódico estudantil. Quais eram as ideias, os discursos que podem ser identificados. Tudo se encaminha para o momento de se debruçar sobre o objeto de pesquisa.

#### **4 “O Julinho”: espelho da vida estudantil**

É através do periódico estudantil “O Julinho” que busco compreender como os jovens escreventes se relacionavam com questões políticas dos anos 1960. Esta relação é perceptível na leitura do impresso estudantil, suporte através do qual os estudantes do Julinho se posicionam frente às instituições presentes em suas vidas, instituições governamentais e instituição educacional. Neste momento a discussão passa a se concentrar no objeto de estudo deste trabalho, o periódico estudantil “O Julinho”.

#### 4.1 Folhando as primeiras páginas: um primeiro olhar para “O Julinho”

“O Julinho” é um impresso estudantil definido pelos próprios escreventes como jornal. Seu suporte, as características de sua impressão contribuem para esta definição. As narrativas, as fotos e os anúncios eram publicados sempre em preto e branco. Deste jornal, foram analisadas 21 edições, todas da década de 1960.

O nome/título do periódico “O Julinho” está posicionado, na grande maioria analisadas, na parte superior da capa, de forma centralizada e com bastante destaque. Em apenas em três destas edições, as capas não apresentaram o título na disposição referida: edições de agosto e setembro de 1964, e a edição extra de maio de 1965.



Capa da edição de março de 1961



Capa da edição de setembro de 1964.

As imagens ilustram as duas formas de destaque do título do periódico. A capa de março de 1964 representa a disposição padrão, enquanto a capa da edição de setembro de 1964 apresenta o título do periódico em um quadrado

preto, representando como era disposto o título nas 3 edições que saíram do padrão.

Em todas as edições, dados referentes ao impresso como o ano de publicação do periódico e o número da edição naquele ano são apresentados. Além desses dados, constam a cidade de publicação, mês e ano correntes. Estes dados são encontrados logo abaixo do título do jornal. As capas apresentam *chamadas* para os textos publicadas no interior do jornal e, por vezes, há indicação da página em que estavam publicados, mas também se encontram narrativas publicadas em sua íntegra na própria capa. Das 21 edições, apenas 7 apresentam fotografias na capa.

Todas as edições apresentam paginação, que pode ser tanto localizada no canto inferior das páginas como no canto superior. Nas páginas do periódico, grande parte dos textos está organizada em colunas, em um número mínimo de 3 e máximo de 5 colunas. Algumas narrativas não são concluídas na mesma página, mas a continuidade não necessariamente é publicada na página seguinte. Essa continuidade pode ser encontrada tanto em algumas páginas à frente quanto em páginas anteriores.

A edição especial de setembro de 1962 registra o maior número de páginas, enquanto a edição extra de maio de 1965, o menor. Excluindo as duas edições referidas e as edições incompletas (setembro de 1964 por encontrar-se apenas a capa preservada e a de maio de 1967 por ter-se o registro de 3 páginas somente) tem-se uma média de 10 páginas publicadas em cada edição de “O Julinho”.

Não há como afirmar com exatidão a periodicidade com que “O Julinho” era publicado, pois o fato de não se ter preservado todas as edições de cada ano de publicação do impresso estudantil dificulta tal tarefa. Porém, nota-se através de alguns vestígios, uma tendência de publicação mensal, em pelo menos dois anos da temporalidade estudada.

No ano de 1962, de maio a outubro, as edições são publicadas em sequência. Inicia-se com a edição de número 1 em maio e vai até a de número 6 em outubro. O único mês que falha é agosto, porém ressalta-se que a edição de setembro foi publicada com caráter especial e acumulou, em uma única publicação, as edições de número 4 e 5, ou seja, contabilizou o mês de agosto que havia falhado. No ano de 1964, a edição de março é registrada como a de

número 2 e as próximas que se encontram preservadas são as de agosto e setembro, que são registradas como as de número 6 e 7. Analisando esta numeração das publicações, é possível pensar que no ano de 1964 a periodicidade de “O Julinho” também tenha sido mensal.

Os anos de 1961 e de 1963 não acompanham esta tendência. Já quanto ao ano de 1965, encontram-se arquivadas apenas duas edições de “O Julinho”, sendo uma delas de caráter extra. Nos anos de 1966 e 1967, há apenas uma edição de cada ano arquivada, e estas ainda não registram o número de edição, o que impossibilita qualquer inferência sobre a periodicidade.

Foi possível identificar a tiragem de “O Julinho” em 12 das 21 edições que se trabalhou, estando as mesmas publicadas no expediente do periódico, sendo que este espaço está organizado em 18 edições. As tiragens apresentaram variações, sendo que as menores tiragens foram de 2.000 exemplares e a maior foi de 6.000 jornais impressos, conforme se observa na tabela a seguir:

Dados Gerais		
Edição	Nº	Tiragem
jun/62	2.	4.000
jul/62	3.	2.000
set/62	4. e 5.	2.000
out/62	6.	2.000
abr/63	1.	4.000
mai/63	2.	5.000
jun/63	3.	6.000
Ago/Set/63	4.	4.000
out/63	5.	4.000
nov/63	1.	4.000
mar/64	2.	5.000
ago/64	6.	4.000

A tabela foi organizada a partir das edições que apresentaram registro de sua tiragem, e contribui para que se tenha uma noção geral das tiragens de “O Julinho”. Através da maior tiragem, 6.000 exemplares, pode-se perceber a circulação que “O Julinho” atingiu em outras instituições de ensino, sendo lido também por outros estudantes além dos julianos. Esta penetração em outras instituições foi celebrada pelos escreventes no editorial da edição de junho de

1963. Já as tiragens de 4.000 exemplares indicam os momentos em que “O Julinho” era impresso em número aproximadamente suficiente para atingir cada um dos estudantes julianos, pois este também era o número aproximado de estudantes do colégio neste período histórico.<sup>26</sup>

Através do expediente, também foi possível perceber como se organizava a estrutura de produção de “O Julinho”, pois, neste espaço, registram-se os nomes dos estudantes que compunham a equipe do impresso estudantil. Cada estudante, ou um grupo deles, tinham seus nomes atrelados a algum departamento, algum cargo pelo qual ficavam responsáveis. Identificaram-se as seguintes atribuições: diretor/direção; redator geral; redatores; reportagem; departamento cultural; departamento fotográfico/fotografia, revisão ortográfica, publicidade distribuição.

O cargo de diretor foi identificado em todas as edições que possuem expediente, apresentando mais de um responsável pela função em três edições. Ao todo, foram 8 jovens que ocuparam esta função ao longo do tempo, nenhuma delas mulher. Em 3 oportunidades o cargo foi ocupado por mais de uma pessoa e nas edições de setembro e outubro 1962 e de setembro de 1966 a função foi exercida em duplas.

Já na função de redator foram 26 pessoas envolvidas. Destas, destaca-se a participação de 3 mulheres: Jussara Cardona Machado, Marilena Martins e Ruth Thereza Bier. Eis um indício da participação das mulheres no impresso estudantil, interferindo diretamente na produção do mesmo ao ocupar funções que poderiam ser consideradas importantes. Além destas escreventes, na edição de novembro de 1963 registra-se a participação de Sandra Alvares na equipe responsável pela publicidade.

Sendo estas mulheres ocupantes de cargos da equipe editorial do impresso estudantil, infere-se que elas também faziam parte do Grêmio Estudantil. Fato que indica que não havia nenhum tipo de impedimento para a participação das mulheres no Grêmio Estudantil. Dizer isso, é dizer muito em

---

<sup>26</sup> Os números que apoiam esta reflexão encontram-se nas páginas de “O Julinho”, mais especificamente em um texto publicado em junho de 1963, em que os estudantes afirmam que o “[...] Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, órgão de coordenação e representação de 4500 secundaristas do Colégio Padrão do Estado [...]” (n.3, junho, 1963, capa). Portanto, através deste trecho do periódico estudantil fica registrado um indício do número aproximado de alunos do Colégio Júlio de Castilhos.



tempos que a participação da mulher da sociedade ocorria de forma limitada e em muitos casos era vista com maus olhos. A participação das jovens como redatoras no jornal deixa rastros de que havia, no mínimo, um respeito quanto as questões de gênero.

Ainda quanto a questão das mulheres escreventes, não foram apenas estas já citadas que participaram do periódico estudantil. As 21 edições de “O Julinho” da década de 1960 contaram com a participação de 11 mulheres escreventes. Dentre elas destaca-se Jussara Cardona Machado – uma das citadas anteriormente - que escreveu 8 narrativas, sendo então quem mais publicou textos na temporalidade estudada dentre todos e todas escreventes. Depois apresentam-se Vera Lúcia de Freitas, Marilene Froés e Dilma de Souza com 2 textos, e logo Maria Helena Pires, Zenai P. Viegas, Marisa Severo, Marisa M., Carmem Fisher, Eleonor Gastal, Cristina Alves e Selda Maria Pinto com a publicação de um texto. Apresento em uma tabela os textos escritos por estas estudantes:

Textos de escreventes Mulheres				
Edição	P.	Título	Assunto	Autor
mar/61	5	O que é o “Nosso Cantinho”	Algum espaço organizado por estudantes.	Selda Maria Pinto
mar/61	5	Variedades: pensamentos sobre a mulher, o amor ao próximo e os grandes homens	Coletânea de trechos de livros.	Jussara Cardona Machado
mar/61	6	Gente Nova no Colégio	Estudantes novos.	Jussara Cardona Machado
mar/61	6	“Mulheres Célebres na América”	Mulheres que se destacaram na história.	Não consta.
mar/61	7	O Julinho” e a Rainha – mensagem e confiança	Mensagem da rainha para os alunos do colégio	Vera Lúcia de Freitas
abr/61	2	Separação Amarga	Falecimento da mãe.	Marilene Froés
abr/61	5	Diga Alguma Coisa Sobre sua Terra: Minha Cidade	Apresentação da cidade de origem: Passo Fundo	Jussara Cardona Machado

abr/61	5	Nós e o Mundo: papel do estudante no mundo	Papel do estudante no mundo	Dilma de Souza
abr/61	5	Amanhã Será Tarde Demais	Reflexões sobre a vida no presente e no futuro.	Maria Helena Pires
abr/61	6	A Necessidade de uma Crença	Importância de ter fé.	Jussara Cardona Machado
abr/61	8	A. J. Cronin	Informações sobre a vida do autor Conin.	Zenai P. Viegas
set/61	9	Minha Aula	Perspectivas de uma aula.	Jussara Cardona Machado
set/61	9	Nós e o Mundo	Jovem e o mundo.	Marisa Severo
set/61	9	Chuva, melancolia, Chopin, Lágrimas	Escritos que tratam da vida de jovem	Marisa M.
ago/set/63	6	Vera Lúcia Schneider, rainha da UGES: "somos privilegiados e devemos lutar pelas autênticas reformas!"	Papel da mulher	Não consta.
set/66	11	Página feminina:	Questionário sobre a namorada ideal. Dicas de moda.	Eleonor Gastal
set/66	11	Mensagem:	Reflexões sobre a vida.	Cristina Alves

Além dos textos escritos por mulheres, na tabela também constam dois textos não escritos por mulheres, que foram incluídos por estarem relacionados ao universo feminino. As narrativas publicadas pelas escreventes apresentam diversidade em suas temáticas, pois abordam assuntos específicos do colégio, tratam da forma de pensar a vivência dos jovens no mundo, discutem questões de religiosidade, além de tratar de questões específicas do universo feminino.

Ao tratar de questões pontuais do universo feminino, tanto apresentam um olhar machista da mulher - ao discutir, por exemplo, o modelo de namorada ideal - como apresentam discussões referentes ao papel da mulher na sociedade e seu envolvimento com debates políticos referentes ao momento

pelo qual passava o país. Em um dos textos de escreventes mulheres, a narrativa busca valorizar o papel das mesmas na história. Isso ocorre através de um texto que fala de mulheres que teriam desempenhado um papel de destaque na história. Se ainda hoje encontramos algumas dificuldades para que as mulheres sejam valorizadas na história, fazer esta discussão nos anos 1960 ganha, no mínimo, as dimensões significativas de um ato politizado.

Quanto às escritas de mulheres em “O Julinho”, também há uma seção publicada no ano de 1961 intitulada “O Julinho Social”. A amostragem desta seção encontra-se na seguinte tabela:

Seções				
Edição	P.	Título	Assunto	Autor
mar/61	6	“O Julinho” Social: Alô Colega! Lê com atenção, pois isto é para ti	Função de um jornal estudantil.	Jussara Cardona Machado
abr/61	6	O Julinho Social: Aceitação de “O Julinho” nos colégio de nossa capital	Divulgação de “O Julinho” em outras instituições de ensino.	Jussara Cardona Machado
abr/61	7	O Julinho Social: Garota Simpatia	Concurso de Garota Simpatia.	Não Consta

Nesta seção identifica-se duas publicações em que há uma escrevente identificada, Jussara Cardona Machado, e outra publicação em que não consta autoria. Nos escritos de Jussara Cardona Machada, a escrevente tem como mote o próprio periódico estudantil, tratando de promover o jornal no meio dos estudantes e valorizar a produção do Grêmio Estudantil. O texto sem autoria identificada trata de temática relacionada com a beleza e simpatia das mulheres. Parece haver uma diversidade na temática da seção, ou ainda é possível pensar que a publicação que trata da beleza e simpatia da mulher é uma narrativa extra da seção, visto que na edição que foi publicada há duas publicações da seção “O Julinho Social”.

Reforço que há tantos outros textos em que os autores não foram identificados. No entanto, isso não diminui a importância da participação

feminina no impresso estudantil, muito menos a de ter sido uma mulher a escrevente mais recorrente nas páginas do periódico.

Justamente por valorizar estas mulheres escreventes, buscou-se avançar na compreensão da importância das mesmas como escreventes do impresso estudantil. Para tanto, buscou-se, através do contexto histórico, compreender algumas mudanças que contribuíram para que as mulheres ganhassem espaço na educação. Alguns grupos, a partir de seus ideais, contribuíram com iniciativas na virada do século XIX para o século XX que tratavam de refletir sobre as questões da educação feminina:

Essas iniciativas foram especialmente significativas entre os anarquistas, que ainda davam atenção às questões relativas à educação feminina. Nos jornais libertários, eram freqüentes os artigos que apontavam a instrução como uma "arma privilegiada de libertação" para a mulher. Além da imprensa e dos encontros que, à noite, reuniam mulheres e homens em prolongadas palestras e discussões — entre outros temas, tratavam da educação e da participação feminina no movimento operário e na sociedade —, as escolas libertárias também se preocupavam com a instrução das meninas (LOURO, 2000, p. 446).

Pensar na educação para mulheres era realmente pensar em uma ação libertadora. Estas proposições que surgiram na virada dos séculos demoraria ainda para chegar de fato na realidade educacional de Porto Alegre. Então, discutir e propor uma educação para mulheres nos anos 1960 em Porto Alegre era uma questão que se apresentava de fato como um diferencial do Colégio Júlio de Castilhos. Historicamente, ainda era recente este movimento realizado para que as mulheres pudessem acessar os espaço educativos, para que pudessem ir além de uma educação que as preparasse para serem donas de casa, mães de família, chefes do lar. Ainda havia um discurso hegemônico quanto a educação das mulheres:

Sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as "mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas", ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução (LOURO, 2000, p.446)

O pensamento quanto à educação das mulheres era ainda caracteristicamente conservador. Muitos pensavam que “[...] não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu domínio primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios” (LOURO, 2000, p. 446). A compreensão do papel da mulher na sociedade refletia-se no pensamento educacional de forma geral. Se a educação nos anos 1960 não era oferecida e muito menos obrigatória para todos, para as mulheres esta situação se colocava de forma mais excludente. O Colégio Júlio de Castilhos acabava se apresentando como um espaço diferenciado dentro desta lógica dominante, pois justamente proporcionava um ambiente mais diverso aos seus estudantes:

Havia naquela época, em Porto Alegre, três tipos de escolas: colégio de freira (mulheres ensinando a mulheres), colégio de padre (homens ensinando a homens) e o Julinho. Nem os metodistas e os luteranos (nossos aliados nos congressos estudantis) ousavam misturar moça e rapaz na mesma aula (LIMA; LEDUR, 2000, p. 51).

As lembranças de Flávio Tavares indicam que realmente o Julinho de alguma forma se apresentou como vanguarda quanto à educação de mulheres. A prática não era misturar homens e mulheres em um mesmo colégio, em uma mesma sala de aula. O Colégio Júlio de Castilhos transpôs estas barreiras e foi um pouco mais além, abrindo espaço para que mulheres escrevessem em um periódico estudantil. Neste aspecto, realmente podemos refletir sobre o quanto o Julinho poderia estar à frente de seu tempo. “Estudar no Julinho era uma iniciação à democracia: tanto entre professores como entre alunos, não havia preconceito de sexo (à época, era um dos poucos colégios mistos) [...]” (LIMA; LEDUR, 2000, p. 43), afirmou o ex-aluno Dagoberto Lima Godoy.

Faz-se necessário ponderar primeiramente que este é o posicionamento de um dos estudantes do Julinho que vivenciaram os anos 1960 no colégio. Feita a ponderação, é importante observar que o estudante afirmou não haver preconceito de sexo entre alunos e professores do Julinho, não na sociedade. Mesmo assim, é muito provável que houvesse sim casos de preconceito no colégio. Porém, o que se destaca neste momento é a conquista de espaço das estudantes julianas, é o avanço na questão de gênero que ocorria no Julinho. O que se torna importante é ter discernimento que, naquele momento histórico,

o Colégio Júlio de Castilhos estava se abrindo para novas possibilidades de organização da sociedade, para uma nova mentalidade.

Dentre os escreventes masculinos, quem apresentou um maior número de narrativas publicadas foram Paulo Luiz da Silva e Telmo Borba Magadan, ambos com 5 textos publicados. Logo após vem Airton Sergio Barnasque com 4 textos e para fechar os destaques, Valnei Focchi, Jorge Luiz Marroni e Dionisio Moraes e Jesiel de Marco Gomes com 3 narrativas publicadas.

Em 4 edições, haviam pessoas responsáveis pela publicidade no periódico estudantil, isso não significa que apenas nessas 4 edições se divulgassem anúncios publicitários. Na verdade, das 21 edições registradas, encontra-se publicidade em 13 edições delas, somando um total de 80 registros. A partir desses números, observa-se que a média de publicidade registrada por edição é de 3,8 aproximadamente. A edição que apresenta o maior número de publicidade é a de agosto de 1965, com 27 registros e em apenas 3 capas publicou-se alguma publicidade. Quanto à sua posição nas páginas do impresso, observou-se que as publicidades eram publicadas geralmente do meio para baixo das páginas, sendo mais recorrentes nos cantos, tanto o inferior direito quanto o inferior esquerdo. A próxima tabela apresenta as publicidades que eram publicadas em “O Julinho”:

Publicidade	
Edição	Anunciante
set/61 - mai/63 - jun/63 ago/set/63 - out/63 - ago/65	Joalheria Paulo L. da Silva
set/61 - mai/63 mar/64 - ago/65	Pré-Vestibular Mauá
set/61	A nova Confeitaria Matheus
out/62 - abri/63 - ago/set/63	Orbiphon Visomatic Imcosul s.a
out/62 - abri/63	Banco da Província do Rio Grande do Sul
mai/63	Curso de Dissecção (grátis)
mai/63 - jun/63 ago/set/63 - out/63	Ibraco
jun/63 - nov/63 - mai/67	Casa Masson
ago/set/63	Gravação em disco: cerrão vieira
ago/set/63 - nov/63 - mar/64	INAI instituto de aprendizagem de idiomas
nov/63	Livraria Continente
nov/63	Palácio dos Enfeites

nov/63 - ago/65	Banco Nacional do Comércio
nov/63 - ago/65	Livraria Sulina
mar/64 - ago/64	Malhas Hering, Garema S/A
mar/64 - ago/64 - set/64 set/64 - ago/65	CEPAL
mar/64	Panifício Avenida
mar/64 - ago/65	Yázigi
mar/64	VIP's Bar
mar/64 - ago/64 ago/65 - set/66	Casa Louro
ago/64	Ferragem Kircher Hillmann
ago/64	Casas Carvalho
ago/64	Livraria do Globo
ago/64	Panambra
ago/64	Livraria e Editora Magister
ago/64 - ago/65	Curso Pré-Universitário Piratini
ago/64	Associação de Cultura Franco Brasileira
ago/64 - ago/65	Cine-televisão Cinetel s/a
ago/64	Windmüller S.A. – importação e comércio – Monark brasileira
ago/64	Salão Mercy
ago/65	Banco Agrícola Mercantil
ago/65	Kasebre Chopp
ago/65	Casa Cerlus
ago/65	Confeitaria Schramm
ago/65 - set/66	Livraria e Papelaria Aurora
ago/65	Dimaciclo
ago/65	Casa Vitória
ago/65	Supermercados Mentz
ago/65	ITD desenho e datilografia
ago/65	Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano
ago/65 - set/66	Yeda Roesch da Silva – Gabinete de Orientação Educacional
ago/65 set/66	Óptica Léo
6 em ago/65	Refeição Rocco
ago/65	Companhia Editora Nacional
set/66	Martins Livreiro
set/66	Vestibulares de Economia e Direito
mai/67	Padaria Europeia

Percebe-se uma grande variedade de anúncios publicitários ao longo das edições dos anos 1960. As publicidades que foram mais recorrentes são as da Joalheria Paulo L. da Silva e da Refeição Rocco com 6 anúncios cada

uma. O detalhe é que a das Refeições Rocco foram 6 publicações em uma mesma edição de “O Julinho”. Não há apenas um tipo de anúncio, encontra-se publicidade de lojas, padarias, joalheria, curso pré-vestibular, livrarias, etc. Não é possível identificar algum tipo de padrão nas publicidades. O que se pode dizer é que geralmente elas não eram publicadas de uma forma que chamasse mais atenção que os textos publicados.

O periódico estudantil não apresenta preço na grande maioria das edições pesquisadas, o que leva a crer que era distribuído geralmente de forma gratuita. As exceções foram duas edições, em 1964 e em 1965, que apresentam o valor monetário registrado em suas capas, juntamente com os demais dados do jornal. Nas edições de agosto e setembro de 1964, o preço é de CR\$ 20,00 (vinte cruzeiros) por edição, e na de agosto de 1965 o preço é de CR\$ 50 (cinquenta cruzeiros). Os escreventes não deixaram indícios que permitam compreender melhor esta questão do custo do periódico. Fica a dúvida se este valor era cobrado dos próprios estudantes julianos ou somente de leitores de outras instituições de ensino. Ou se era cobrado de ambos. Nas páginas do periódico esta questão não se esclarece.

Ao longo das edições da década de 1960, são publicadas um total de 132 fotografias nas páginas do periódico. Na edição especial de setembro de 1962, encontra-se o maior número de fotos (28 fotografias para 28 páginas da edição), em compensação nas edições de outubro de 62 e maio de 63 não consta nenhum registro fotográfico. Com estes números, chega-se a uma média aproximada de 6 fotos por edição do periódico. E, se contabilizarmos todas as 282 páginas que foram registradas para a pesquisa, conclui-se que há uma foto publicada para cada duas páginas do impresso.

Todas as fotografias são impressas em preto e branco, sendo registradas tanto na capa e contracapa quanto nas páginas internas de “O Julinho”. São 25 fotos publicadas em capas e 19 em contracapas. Das 132 fotografias publicadas, 104 possuem uma legenda explicativa ou ilustrativa e apenas 19 dessas fotos registram autoria. O posicionamento e tamanho de cada fotografia é bem variado, não sendo possível identificar um padrão em suas publicações.

A maioria das fotos está diretamente associada aos textos, posicionadas junto aos mesmos. Porém não se identifica referências às fotos ao longo das



narrativas. Em geral, retratam pessoas individualmente, grupos de pessoas ou espaços do colégio. Encontra-se um maior registro de fotografias associadas a narrativas que abordam assuntos relacionados com as atividades pelo colégio e/ou Grêmio Estudantil.

Percebeu-se também em “O Julinho” a organização de algumas seções. Nem todas foram recorrentes ao longo da temporalidade estudada, mas pode-se, da mesma forma, observar que marcavam espaço no periódico com o objetivo de tratar de questões específicas. Portanto, apresento as seções que foram identificadas na leitura dos periódicos:

Seção	Edição	Assunto	Autor
Mensagem da Presidência!	mar/61	Esclarecimentos do trabalho do Grêmio	Paulo Luiz da Silva
	set/61	Realizações do G.E.J.C.	
	mai/62	Realizações do G.E.J.C.	Airton Sérgio Barnasque
	abr/63		
	out/63	Saudações do Grêmio aos professores	Jesiel Gomes e Telmo Magadan
	nov/63	Transformação social e o contexto do Brasil	Telmo Magadan
	mar/64	Perspectiva do ano e a situação política do país	
	ago/65	Confusões da renúncia do presidente do G.E.J.C.	Pedro Borba Neto
Cinegrafando.	mar/61	Melhores filmes nas telas 1960	DY
	abr/61	Montagem: edição de filmagem	
	set/61	Análise de “De repente no último verão”	
“O Julinho” no cinema nacional:	nov/63	Lampeão, o rei do cangaço: a epopeia autêntica da terra, do homem e da luta no sertão	Roberto Farias de Oliveira
	mar/64	Evolução do cinema nacional	
“O Julinho” Social	mar/61	Importância do jornal “O Julinho”	Jussara Cardona Machado
	abr/61	Aceitação de “O Julinho” em outras instituições	
	abr/61	Concurso da Garota Simpatia	
Aumente seus	mar/61	Perguntas e respostas de	

conhecimentos:	abr/61	conhecimentos gerais	Jussara
Secção do C.C.C.C. (Clube de Ciências Carlos Chagas)	mar/61	Notas:	
		O que é o clube de ciências	César M. B. Gomes
		Elogio ao C.C.C.C	prof. Lahyre Ceroni
	abr/61	Concurso de trabalhos científicos	
		Notícias do CCCC	
		IV Exposição Científica	
	set/61	Aspectos Humanos e Sociais do C.C.C.C	
	mai/62	Notícias do C.C.C.C.	
	mai/63	Nova diretoria do clube	
	out/63	Exposição organizada pelo clube de ciências	
	nov/63	Exposição promovida pelo C.C.C.C.	
mar/64	a) a sede b) a diretoria c) os concursos mensais d) a 7ª exposição científica e) os cursos práticos f) cooperação didática		
O Julinho no Ginásio	abr/61	Notícias do Ginásio	Hélio Wolfrid
	set/61	Excursão da 4ª série	
G.E.J.C. em ação	jun/63	a) III concurso cultural; b) intercâmbio; c) palestras; d) descontos; e) hora do Julinho; f) III olimpíada interna; g) teatro; h) ginásio;	
	ago/set/63	a) "O Julinho" premiado; b) expediente; c) c.p.c.; d) Sônia na presidência; e) ginásio; f) hora do Julinho;	
	mar/64	a) restaurante do Julinho b) discoteca juliana c) credenciais d) expediente do Grêmio	
Trajano ribeiro na UBES	ago/set/63	a) juliano eleito para UBES b) CPC secundarista c) reformas de base d) chapa eleita e) programa de ação	Trajano Ribeiro

	out/63	“UBES prepara um filme”: Filme a ser produzido sobre o estudante perante a realidade brasileira;	Trajano Ribeiro
Ora! Padrão	out/63	Notícias do Julinho	“LEGALLO”
	nov/63		
	mar/64		LALAU
Balancete do Movimento Financeiro do Grêmio Estudantil Júlio de Castilho	abr/61	1º de Novembro de 1960 a 31 de Janeiro de 1961	
	set/61	31 de Março de 1961	Hermes Loss
	set/61	31 de Julho de 1961	Evandro Pugina e Hermes Loss
	mai/62	Movimento financeiro até 31 de Dezembro de 1961	Marco Aurélio Andrade
		Movimento financeiro de Dezembro de 1961 até 28 de Fevereiro de 1962	
		Movimento financeiro de 28 de Fevereiro a 30 de Abril de 1962	
	abr/63	Extrato de balancete em data de 31 de Dezembro de 1962.	Hermes Loss e Odilon Carpes "Moraes"
	mai/63	Balancete de Março	
ago/set/63	Balancete de Junho	Paulo Roberto Koetz e Hermes Loss	
out/63	Balancete de Setembro		

A seção “Não leia/Mensagem ao Juliano” se caracterizava por ser uma mensagem direta do executivo do Grêmio, geralmente escrita pelo próprio presidente da entidade para os estudantes julianos. Encontraram-se 8 mensagens destas ao longo das 21 edições. A seção “Cinegrafando” destinava-se a tratar de assuntos relacionados com o cinema, falar sobre os filmes e os atores, sobre este universo. Foram encontradas 3 “Cinegrafando” somente no ano de 1961.

Outra seção é “O Julinho Social” que busca promover através de seus textos a integração dos estudantes julianos como Grêmio Estudantil, além de abordar assuntos relacionados às atividades sociais que poderiam perpassar

desde a relação com outros colégios como a organização do “baile da rainha”. Foram 3 aparições de “O Julinho Social”, todas no ano de 1961.

“Aumente seus conhecimentos” é uma seção de perguntas e respostas, de charadas, curiosidades. Foram 2 registros no ano de 1961. A “Seção do Clube de Ciências Carlos Chagas (C.C.C.C)” aborda questões relacionadas ao clube de ciências e teve 8 publicações entre 1961 e 1964. Também são publicados os “Balancetes do Movimento do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos”, a fim de expor para os estudantes a contabilidade do órgão estudantil, apresentando seus gastos e as entradas de recursos por exemplo. Foram apresentados 8 balancetes entre 1961 e 1963.

A seção “O Julinho no Ginásio” tem o objetivo de contemplar os estudantes do Ginásio, são 2 seções no ano de 1961. Outra seção é a “G.E.J.C. em ação”, que abordava as ações promovidas pelo Grêmio, expondo as lutas e conquistas da entidade estudantil através de 3 seções entre os anos de 1963 e 1964. “Trajano Ribeiro na UBES” se configura como uma seção para tratar dos assuntos relacionados a políticas educacionais e ações dos movimentos estudantis. Foram duas publicações em 1963. E a seção “Ora! Padrão” apresenta assuntos gerais do Colégio Júlio de Castilhos. Nos balancetes o setor financeiro do Grêmio Estudantil recorre às páginas de “O Julinho” para prestar contas à comunidade juliana”.

São aproximadamente 540 textos publicados nas 21 edições de “O Julinho”. Destes, 119 estão assinados por alguns escreventes e outros 314 não apresentam autoria. Somam-se as 47 narrativas das seções, mais as 16 dos editoriais e ainda 44 textos que defini como literários – são poesias e contos publicados por estudantes, podendo estar identificados com autoria ou não.

A partir dos textos que apresentaram seus autores, destaquei os escreventes que publicaram de forma mais recorrente no periódico, escrevendo de 2 textos para mais. Também chamei atenção para as escreventes mulheres<sup>27</sup>, e neste caso, inclusive para aquelas que publicaram apenas um texto.

---

<sup>27</sup> As questões de gênero não fazem parte dos objetivos centrais desta pesquisa, porém é uma temática que merece destaque a partir do momento que as mulheres são silenciadas historicamente. Portanto, valorizar estas vozes torna-se importante quando as mesmas se destacam no meio de um ambiente ainda majoritariamente masculino.

Em “O Julinho” ainda encontram-se textos escritos por professores, que aqui estão apresentados:

Edição	Matéria/Notícia/Reportagem	Assunto	Autor
mar/61	Escreve o professor: Artigo do Diretor	Mensagem do Diretor aos estudantes	prof. Werner Kiel (Diretor do Colégio)
mar/61	Ofício da Assistência da Direção	Mensagem sobre aproveitamento escolar	prof. Osmar Rodrigues (assistente da direção);
mar/61	Secção do C.C.C.C. (Clube de Ciências Carlos Chagas)	Elogio ao clube de ciências Carlos Chagas	prof. Lahyre Ceroni
abr/61	Escreve o professor: Cinema e Cultura	Cinema e Cultura	Renato A. Gianotti
abr/61	O Ensino da História	Importância do Ensino da Disciplina de História	colaboração: prof. Hugo Ramirez
set/62	Ubaldo Moura: 41 anos dedicados ao Julinho	Homenagem ao ex-diretor do Colégio	Percibal Puggina
set/62	Algumas palavras com o diretor	Declarações do diretor Werner Kiel sobre o colégio	Não Consta
mai/63	Gabinete de Orientação Educacional:	Dificuldades x Atividades – eis o Dilema	prof. Walter R. Spies – orientador educacional
jun/63	Gabinete de Psicologia Informa	Informes do Gabinete de Psicologia	prof. José Nicanor Pérez – encarregado do gabinete de Psicologia

Na tabela, há textos escritos por professores e também outros que fazem referência aos professores, como alguma homenagem, entrevista, etc. O óbvio é afirmar que os professores tinham algum espaço para publicações em “O Julinho”, difícil é conseguir analisar se, além deste espaço, o corpo docente interferia no periódico em algum outro momento e, em acaso afirmativo, como ocorriam estas interferências. Só o fato de se ter textos de professores

publicados no periódico deixa pistas que os posicionamentos do corpo docente também chegava aos alunos pelas páginas de “O Julinho”. Nos textos destacados, nenhum deles aborda questões de política governamental por exemplo, mas questões relacionadas ao colégio, à educação.

Um panorama geral dos assuntos e temáticas de que tratam os escreventes nas páginas de “O Julinho” foi apresentado nesta exposição acerca da materialidade do impresso. Dar conta da materialidade significa compreender o suporte das narrativas dos escreventes do impresso estudantil, um suporte que é carregado de representações, de intenções, que também dizem sobre o conteúdo dos discursos publicados em suas páginas.

Um olhar ampliado para o periódico estudantil possibilita a construção de uma noção do todo que o compõem, uma diversidade de elementos que, para além dos textos, encontram-se nas fotografias, nas publicidades, nas disposições dos textos, nos layouts, etc. Os textos que discutem questões políticas não estão isolados no suporte, estão inseridos em um conjunto de questões do impresso estudantil. Tendo-se noção então deste conjunto, pode-se pensar nas questões específicas das narrativas publicadas em “O Julinho”, aprofundemos, então, estas especificidades, tratemos dos discursos presentes em “O Julinho”.

#### 4.2 PERCEPÇÕES E NARRATIVAS SOBRE UMA HISTÓRIA DA POLÍTICA DO BRASIL

O objetivo da discussão anterior referente à materialidade de “O Julinho” consistia em possibilitar uma maior apropriação quanto ao suporte em que os discursos dos escreventes estão publicados. Passada esta etapa, parto para uma análise focada nas narrativas dos escreventes que tratam da temática da política nas páginas do periódico estudantil. Porém, antes de realizar esta discussão, observo que estes textos estão carregados de sentidos que só podem ser compreendidos no contexto do tempo histórico em que foram produzidos.

Portanto, ao analisar estas narrativas que tratam de temáticas políticas, procurei articular as mesmas ao contexto histórico em que foram escritas, a fim de compreender como aquela conjuntura estava implicada nos discursos

produzidos no impresso. Tal articulação possibilita uma percepção de como estes escreventes se colocavam no mundo em que viviam.

A história do Brasil neste período estava atrelada às grandes disputas entre as potências capitalista e socialista - Estados Unidos e União Soviética - que buscavam exercer suas redes de influência e dominação no território mundial. A juventude também foi afetada por essas disputas, considerando que as transformações juvenis estão contextualizadas nas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais deste período do pós-guerra.

Os anos 1960 no Brasil foram conturbados politicamente, e para compreender de forma mais consistente este momento histórico desde seu início, será importante voltar um pouco mais no tempo. O objetivo é ter consciência do processo de transição dos anos 1950 para os 1960.

Getúlio Vargas era o presidente do país desde o início dos anos 1950. Em seu mandato Vargas sofria uma forte oposição. Dentre os civis, pelo “[...] seu radicalismo e poder verbal, destacava-se Carlos Lacerda. [...] O comunismo e o populismo eram os alvos preferenciais” (FAUSTO, 2003, p. 414), da UDN. Já entre os militares, os opositores eram “[...] oficiais anticomunistas, inimigos do populismo, alguns identificados com a UDN [...]” (FAUSTO, 2003, p. 415). Estas oposições também afetariam de alguma forma os anos 1960.

Getúlio Vargas tomou medidas que se chocava com os interesses dos setores conservadores da sociedade. Seguiu na sua linha nacionalista e acusou o capital estrangeiro pelos problemas pelos quais passava o país e, assim, sofria forte pressão. Percebe-se que este não alinhamento com o capital estrangeiro que tanto prejudicou Vargas é um elemento que se faz presente também nas discussões políticas dos anos 1960. “Faltava à oposição um acontecimento suficientemente traumático que levasse as Forças armadas a ultrapassar os limites da legalidade e depor o presidente” (FAUSTO, 2003, p. 416). Neste momento o golpe civil-militar já se articulava, golpe que veio somente acontecer em 1964.

Acontecimento traumático que finalmente se concretizou quando Carlos Lacerda sofre um atentado em que levou apenas um tiro no pé, porém o major Rubens Vaz da Aeronáutica, que o acompanhava, foi morto. “O atentado contra Lacerda era de um desastre para o governo, tinha potencial para desencadear

uma crise militar sem precedentes na história da República, acelerar a perda de autoridade do presidente e isolar Getúlio na solidão do catete” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 407).

Lacerda ficou obcecado em responsabilizar Vargas pelo atentado. Tese em que explorou fartamente antes mesmo da apuração policial. O momento era muito mais que complicado para Getúlio Vargas e em “[...] algum momento entre 8h30 e 8h40 da manhã de 24 de agosto de 1954, Getúlio encostou o cano da pistola no lado esquerdo do peito e apertou o gatilho. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 410)

Schwarcz e Starling (2015) afirmam que neste momento a oposição teve seus planos frustrados e o golpe então foi adiado, mas mesmo assim o clima de instabilidade política se manteve. Uma instabilidade duradoura que adentrou os anos 1960, transportando o golpe adiado para o ano de 1964, praticamente no meio da temporalidade desta pesquisa. Mas, antes disso, Juscelino e Jango, vitoriosos nas eleições realizadas após o suicídio, assumem o poder em Janeiro de 1956.

O suicídio de Vargas deixou uma marca de insegurança política no país, mesmo que no governo JK não tenha sido tão evidente. Após o mandato de JK, Jânio Quadros foi eleito em 1960 para a presidência da República, estando apoiado por alguns partidos pequenos e pela UDN. Já para vice-presidente, foi eleito João Goulart, representado principalmente o PSD e o PTB. Nas atuais eleições era permitido votar em um presidente de uma chapa e em um vice-presidente de outra chapa, por este fator, este resultado foi possível. “Em pouco tempo, os acontecimentos políticos iriam demonstrar os riscos dessa combinação inesperada” (FAUSTO, 2003, p. 437), tornando a instabilidade política evidente novamente.

Schwarcz e Starling (2015) afirmam que Jânio chegou a conduzir bem a política externa independente que propunha, reformulando o alinhamento com os interesses norte-americanos, buscando uma terceira via para o Brasil que ficaria situada entre o capitalismo e o socialismo. Porém, Jânio “[...] conhecia mal as lideranças partidárias nacionais”. O presidente não negociava com a oposição e conseguiu criar diversos atritos que lhe trouxeram complicações:



Bateu de frente com o Congresso, com a imprensa, com o funcionalismo, com o vice-presidente da república. E acabou rompendo com a UDN, injuriada com os rumos da política externa – que, em tempos de Guerra Fria, o partido entendia como uma guinada do governo para a esquerda. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 431)

Esta conjuntura levou Jânio a renunciar, acontecimento noticiado em “O Julinho”: “Quando explodiu a notícia da renúncia [...] criou-se um clima de expectativa e surpresa, diante de uma situação não definida e que oferecia às mais argutas opiniões os mais fortes desencontros” (n.3, setembro, 1961, contracapa). Assim se manifestam os escreventes quanto a este momento da história do país, anunciando um contexto político marcado por “desencontros”. A renúncia não chegou a ser bem esclarecida e, segundo Fausto (2003), o próprio Jânio negou-se a dar uma versão dos fatos, somente declarava que o sua decisão havia sido tomada por consequência de “forças terríveis”. Os estudantes julianos tratam o assunto como um golpe, e assim o abordam:

Quando a definição progrediu, evidenciou-se o golpe. Não se apresentou êste como causa da renúncia, cujos reais motivos até o momento ignoramos, mas como plano arquitetado após a tragédia. Evidentemente essas mesmas forças sinistras influenciaram, senão forçaram o acontecimento que abalou o Brasil. E agora assistíamos boquiabertos a cristalização da trama dos ministros, seguida do projeto de emenda parlamentar. (n.3, setembro, 1961, contracapa)

Ainda hoje, os historiadores não afirmam os motivos que levaram Jânio à renúncia. Os escreventes de “O Julinho” também não realizaram afirmações claras sobre o assunto, porém demonstraram estar atualizados quanto às discussões políticas nacionais, se posicionando a respeito. Para os estudantes ocorreu um “golpe”, e este poderia ter sido influenciado ou forçado por “forças sinistras”. Provavelmente estas “forças sinistras”, às quais fazem referência, tinham alguma relação com as “forças terríveis” mencionadas por Jânio Quadros. Isso indicaria que a narrativa do impresso acompanhava um discurso que estava sendo veiculado naquele momento, a leitura que faziam do contexto político poderia estar afetada pelo próprio discurso do presidente que havia renunciado, que creditava sua renúncia na conta de *forças ocultas*. Chama atenção a acusação que fazem aos ministros, afirmando que estes haviam participado de uma articulação contra Jânio. Os julianos vão deixando rastros

de que se indagavam quanto às questões políticas em que estavam inseridos, buscando analisar a mesma.

Em uma das edições de “O Julinho” posterior a este episódio, retoma-se o assunto da renúncia a fim de elucidar o acontecido, denotando que os escreventes procuravam manter seus leitores informados e atualizados. Inclusive, iniciam a narrativa com uma citação que remete a esta ideia: “somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se” (n.1, abril, 1963, p 6). Para retomar o assunto da renúncia, selecionam trechos do de um livro<sup>28</sup> para publicar e comentar ao longo da narrativa.<sup>29</sup>

Um dos trechos selecionados aborda os possíveis motivos causadores da instabilidade política que atingiu o governo de Jânio Quadros:

O governo, ao manter-se fiel às promessas de política externa independente, foi levado a enfrentar outros problemas e situações, pelos quais começou a perder aceleradamente a já abalada confiança da Direita, sem progredir na conquista da confiança das Esquerdas. (n.1, abril, 1963, p 6)

Jânio Quadros teria desagradado ambos lados de um mundo bi polarizado. Seria a partir desse desagrado que as *forças ocultas* teriam se manifestado? Os escreventes não abordam este ponto, mas demonstram ter pelo menos noção da ideia de “Direita” e de “Esquerda”, deixando um indício de que estariam conectados com os debates político-ideológicos do momento, e atentos às conjunturas políticas internacionais também. Ainda quanto este episódio da história do Brasil, os julianos selecionaram outros trechos do livro já referido para tratar da relação que Jânio havia estabelecido com alguns setores da sociedade como os estudantes e os camponeses:

O sr. Jânio Quadros autorizava uma expedição militar punitiva contra os universitários do Recife; punha sob controle militar as Ligas Camponesas; tirava do ar a Rádio Nacional do Brasil, proibia com violento despacho a publicação de teses de um Congresso de estudantes, consideradas subversivas (UNE – Declaração da Bahia – 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária) [...] (n.1, abril, 1963, p 6)

<sup>28</sup> O livro citado pelos escreventes é: “REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO NO BRASIL”, pgs, 42-44, de Franklin de Oliveira, 3ª Edição, Cadernos do Povo Brasileiro, n.2 – Volumes Extras” (abril 63)

<sup>29</sup> Ao recorrer a citações e trechos de livros para produzir suas narrativas os escreventes deixam indícios do que liam, apontando que seus conhecimentos apresentados nas páginas de “O Julinho” também poderiam ser provenientes das leituras que realizavam.

Além de desagradar a “Direita” e a “Esquerda”, Jânio Quadros também estabeleceu uma relação não amistosa com alguns movimentos sociais. Os escreventes destacaram que Jânio estava em atrito com estudantes e camponeses, camadas populacionais da base da sociedade. Ele não agradava nem a base, nem a elite. Talvez as forças não fossem tão ocultas assim. Mesmo assim, a intenção que teve ao renunciar não se esclarece nas páginas do impresso estudantil.

Para Schwarcz e Starling (2015), há um consenso entre os historiadores que com este gesto ele esperava causar uma comoção nacional e assim ser reconduzido ao poder, passando a ter mais liberdade para governar e uma oposição mais amena. O fato é que Jânio não retornou. Pela constituição assumiria Jango, porém “[...] a posse ficou em suspenso, diante da iniciativa de setores militares que viam nele a encarnação [...] a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder. Por um acaso carregado de simbolismo, Jango se encontrava ausente do país, em visita à China comunista” (FAUSTO, 2003, p. 442). O golpe que havia se alinhado antes do suicídio de Vargas volta a articular.

Fausto (2003) explica que ao passo que o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, assumia de forma provisória a presidência da República, ministros militares vetaram a volta de Jango ao Brasil, por razões de segurança nacional. Neste momento, no Rio Grande do Sul, iniciou-se o Movimento da Legalidade, que desta forma foi narrado pelos julianos:

Com o pleno apoio popular e o da força pública do Estado, coube ao Governador Leonel Brizola liderar, com desassombro e firmeza de propósito, à frente da resistência democrática e armada, que tornou o Rio Grande tenso e vigilante, dando a Pôrto Alegre aspecto de intranquilidade e até de perigo iminente. O Rio Grande se levantou e pôs em jogo a sua honra, colocou a defesa da constituição em termos de dignidade. Tôdas as cores partidárias e ideológicas vieram formar fileiras, constituindo um bloco único, coeso em termo da causa comum. (n.3, setembro, 1961, contracapa)

Assim, os julianos abordam o episódio do Movimento da Legalidade. Os estudantes são enfáticos no uso que fazem da escrita para tratar do Movimento da Legalidade, percebe-se isso em algumas expressões utilizadas no decorrer do texto: “com desassombro e firmeza de propósito”, “pleno apoio popular”,

“pôs em jogo sua honra”, “colocou a defesa da constituição em termos de dignidade”. Observa-se que é uma escrita de apoio ao Movimento da Legalidade, e que, através desta mesma narrativa, pode-se refletir sobre a conectividade de quem escreve com as questões políticas.

Ao tratar do Movimento da Legalidade, os julianos parecem expor um engajamento na causa que estão abordando. O trecho do periódico estudantil, permite ao leitor compreender um pouco deste episódio da história do Rio Grande do Sul, do país. O Movimento da Legalidade contou com apoio popular e da força pública, teve como liderança o próprio governador do Estado Leonel Brizola que promoveu uma resistência democrática armada.

Em âmbito nacional, o general Machado Lopes declarou o seu apoio à posse de Goulart. A partir desse momento, Leonel Brizola – uma das figuras principais do movimento, promoveu grandes manifestações populares em Porto Alegre. Os desdobramentos da situação política do país continuaram e o Congresso adotou uma solução de compromisso, passando o sistema para parlamentarista. Desta forma João Goulart tomou posse, com poderes diminuídos, a 7 de Setembro de 1961, fato que para “O Julinho”, parece ter sido decepcionante:

Mas quando todos se dispunham inclusive a derramar sangue pela posse de João Goulart, êle veio para apoiar o Congresso, que votava a emenda, e promover a paz. Veio conciliatoriamente aceitar o parlamentarismo – força patente do golpe. E o golpe se consumou. O Rio Grande se sujeitou então a mascar o freio bruto que lhe foi socado aos queixos. Lutava pela Legalidade, mas não queria guerra civil. (n.3, setembro, 1961, contracapa)

Nota-se que os escreventes abordam o sistema parlamentarista adotado neste momento da história do país como uma “força patente do golpe”, consideram que o estabelecimento de um regime parlamentarista configura uma ação golpista. Antes, os julianos já haviam feito menção a atos golpistas no momento da renúncia de Jânio Quadros, dizendo eles que “um golpe não teria sido articulado como causa, mas como consequência da renúncia”. Os escreventes não justificam o porquê traduziram aqueles acontecimentos políticos como golpe, apenas fazem uma apropriação do termo, o que, no mínimo, já indica que possuíam um conhecimento sobre o que representa a

ideia de golpe. Contudo, os estudantes deixaram pistas de que defendiam a legalidade, pois demonstraram apoiar o movimento liderado por Brizola. Perante este posicionamento dos escreventes, dizer que os mesmos compreendiam um golpe como uma ação que desrespeitasse as leis, que não cumprisse a legalidade, é plausível.

Mesmo aparentemente decepcionados com a postura de Jango, os julianos afirmavam não criticar a atitude dele, diziam que Jango teve uma “[...] atitude pacifista, equilibrada que se inspirou em ideais cristãos, como cristão é o Brasil” (n.3, setembro, 1961, contracapa). Os escreventes acabam por recorrer a uma perspectiva religiosa, mais especificamente cristã, para problematizar as questões políticas do país. E, independentemente do momento complicado pelo que passa o país, sugerem que são apoiadores de ações pacíficas.

Os julianos não aprovaram por completo a atitude de Jango, que após apoiar o Congresso Nacional tomou posse em Setembro de 1961 emergencialmente e em um regime parlamentarista. “O sistema fora inventado às pressas e significava uma solução conveniente para seus idealizadores. Afinal, dava força ao Legislativo sem deixar espaço de ação ao Executivo” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 436). Para os julianos a maior força política não deveria ser o parlamento e sim o executivo. Isso não significa dizer que em seus textos estivessem defendendo João Goulart, eles não se posicionaram a favor ou contra Jango, mas sim a favor da lei.

Os estudantes do Julinho dão pistas de que buscavam refletir sobre a realidade política do país, e a partir dos últimos acontecimentos, expressavam o que pensavam sobre o momento histórico que viviam:

1962 será, forçosamente, um marco na História do Brasil. Após os acontecimentos políticos do ano passado, mediante sobre suas causas e observando suas consequências, sentimos claramente que não tardarão os dias em que transformações profundas sofrerão as bases socioeconômicas no País. (n.1, maio, 1962, p. 7)

Assim, realizaram os estudantes uma leitura do cenário político que se desenhava. Projetaram um futuro próximo complicado, com “transformações profundas” nas bases socioeconômicas. Este tipo de leitura de mundo dá indícios de que percebiam a tensão que se fazia presente na política brasileira

e ainda pareciam antever que os caminhos futuros não seriam tranquilos. Não se sabe, no entanto, o quanto estas ideias que estão publicando no jornal são inteiramente próprias. Os textos publicados não possibilitam este esclarecimento.

Os julianos se indagavam acerca da realidade política do país e buscavam participar da mesma. Exemplo disso são as sugestões que apontam para melhorar a situação atual. Em um sistema parlamentarista apontavam como soluções para os problemas políticos do país uma “[...] Câmara de Deputados e um Senado composto por homens íntegros, progressistas e patriotas [...]” (n.1, maio, 1962, p. 7).

Perante estas sugestões, primeiramente penso que se os estudantes sentiram a necessidade de afirmar que deputados e senadores precisavam ser “íntegros”, é porque, provavelmente, não confiavam plenamente na classe política, que para eles deveria ser “íntegra”, “progressista” e “patriota”. Os posicionamentos políticos vão sendo marcados, as pegadas deixadas desta vez apontam para estudantes que acreditam em uma postura política íntegra, em um pensamento político progressista. Porém, os escreventes não desenvolvem uma argumentação sobre a postura de um político progressista e patriota, qual deveria ser a postura desse político para eles? Creio que a falta deste tipo de argumentações seja uma das ausências das páginas do periódico.

Os julianos parecem acreditar que uma atuação dos estudantes na sociedade poderia trazer esclarecimento para a mesma, tendo então a classe estudantil um papel importante na formação de um governo que fosse capaz de solucionar os problemas do país, um governo formado por políticos “íntegros”:

Os estudantes, como classe esclarecida, estão na obrigação de entrar na luta pelo esclarecimento popular. Com esta atuação poderemos influir a fim de que os políticos demagogos, os corrompidos, os acomodados, os vendidos, não mais tenham acesso aos altos cargos da República. (n.1, maio, 1962, p. 7)

O indicativo apresentado no texto é de que os escreventes se reconheciam como uma parcela da sociedade esclarecida. Não justificam o porquê se consideram esclarecidos. Esta é uma questão cifrada, mas fato é que se julgam como estudantes esclarecidos, capazes de reconhecer os

políticos “demagogos”, “corrompidos”, “acomodados” ou “vendidos”. Na percepção que apresentam da conjuntura do país, reforçam que os políticos são alvos de desconfiança:

Os brasileiros não querem e não podem mais esperar. Se as organizações partidárias não cumprem sua missão, se insistem na tradicional busca do poder através de conchavos, se as ideologias são postas de lado em troca das acomodações, se estão corrompidas, então, que organize-se uma frente única com o aproveitamento de elementos progressistas provenientes das diversas correntes, que estejam em sintonia com o povo e integrados na realidade política, para que assim possamos, por meios pacíficos, revolucionar nosso país. (n.1, maio, 1962, p.7)

As organizações partidárias também já não tinham credibilidade para os escreventes. Atentos às ações dos políticos e de outras organizações partidárias, os estudantes analisavam o contexto e posicionavam-se, buscando atuar politicamente na sociedade da qual faziam parte. A politização da comunidade juliana e uma consequente atuação desses estudantes na educação da classe popular é um dos objetivos do Grêmio Estudantil que “[...] anuncia que promoverá palestras sobre os mais importantes temas, palestras promovidas pela Secretaria de Assuntos Nacionais” (n.1, maio, 1962, p. 7)

Para o G.E.J.C. as transformações políticas perante o atual contexto eram de extrema necessidade, pois afirmavam naquele tempo que “[...] caso não se consiga isso agora, os acontecimentos posteriores, serão imprevisíveis” (n.1, maio, 1962, p.7). O que se percebe é mais uma fala em que os escreventes se remetem a um futuro próximo, deixando transparecer uma preocupação quanto as incertezas que se faziam presentes na conjuntura nacional.

As eleições de 1962 vieram e com ela as preocupações do Grêmio Estudantil se confirmaram, pois se acendeu um alerta de “golpismo articulado no país”. O pleito apresentou como característica o “[...] envolvimento de organismos extrapartidários no financiamento das campanhas” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 440), fato que vai de encontro com o que os escreventes defendiam para melhorar a situação política do país: a eleição de políticos “íntegros” para compor o Congresso Nacional.

O quadro se agravou com a eleição de políticos financiados por “[...] recursos que provinham de empresas multinacionais ou associadas ao capital

estrangeiro, e de fontes governamentais dos Estados Unidos [...]” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 440). Não havia integridade no processo eleitoral, muito menos nos políticos patrocinados por entidades golpistas, que tinham por objetivo “[...] construir uma frente parlamentar oposicionista no Congresso, emperrar o governo e abrir caminho para o golpe” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 440).

Nas páginas de “O Julinho”, anunciava-se que a situação poderia piorar, que todos estavam preocupados com os rumos da política do país. Os estudantes traduziam as realidades concernentes à política do país em um tom de lamento. Nas eleições para o Congresso, não houve indícios de melhorias e “O executivo vem ao jornal esclarecer o posicionamento do Grêmio Estudantil perante a situação política pela qual passa o país” (n.6, outubro, 1962, p. 6).

O jornal apresenta cada vez mais vestígios de que é uma ferramenta de comunicação direta do Grêmio Estudantil com os estudantes. Sobre as eleições financiadas por recursos multinacionais, afirma: “As crises se sucedem. As incompreensões continuam. Os desinteresses também. E com eles, os mesmos homens. É TRISTE” (n.6, outubro, 1962, p. 6). As mudanças esperadas pelos julianos no Congresso Nacional não ocorreram.

O Grêmio Estudantil então realizou suas considerações sobre o contexto político do momento. “Imbuídos da liderança da classe e vivendo com a nacionalidade os graves momentos de apreensão, o GRÊMIO [...] sente-se no dever de levar a sua palavra-de-ordem aos julianos, aos estudantes e ao povo” (n.6, outubro, 1962, p. 6). O G.E.J.C. publicou suas considerações para os estudantes, indicando que julgava ter um papel de referência para os estudantes. Cito algumas das considerações:

- A crise que atualmente vive o Brasil é efeito e não causa. É antes e sobretudo um lamento angustioso, um libelo violento contra uma estrutura carcomida, superada, caduca.
- O plebiscito ainda que instrumento jurídico-legal de legitimação do sistema, por si só, não traz perspectivas de soluções para os problemas nacionais. (n.6, outubro, 1962, p. 6)

Assim, o Grêmio Estudantil deixa sinais de que acreditava que o momento atual da política do país era uma continuidade de problemas históricos. Ao que parece, para os escreventes, os problemas nacionais não



passavam apenas pela questão do executivo nacional, mas por um conjunto de fatores que extrapolavam esta decisão. O olhar dos estudantes não se voltava apenas para o momento, para o instante, mas também para a história, para um contexto maior que poderia produzir alguns sentidos sobre o que se vivia.

Agora, o momento era de espera, o plebiscito que decidiria os rumos do país se aproximava. Ou se continuava no parlamentarismo ou se retornava para o sistema presidencialista. Depois da confusão para a posse de Jango, ele havia iniciado seu governo com poderes restritos em um regime parlamentaristas. O fato novo então seria que “Jango assumiu poderes presidenciais, logo após o plebiscito aprovado em setembro de 1962 e realizado em janeiro de 1963 [...] dos 11,5 milhões de eleitores, 9,5 milhões votaram a favor do retorno do regime presidencialista” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 441). Em 1963, o parlamentarismo recebeu um “não” na votação e Jango assumiu a presidência e lançou o Plano Trienal que consistia em um conjunto coerente de medidas, que buscavam resolver problemas de longo e de curto prazo. Neste plano estava previsto a reforma agrária – pelo aspecto social e pela ampliação da produção agrícola, reformas no setor administrativo, fiscal, etc.

Nesse contexto do início do governo Jango, os movimentos sociais cresceram e novos atores surgiram. A Liga dos Camponeses foi um desses movimentos, tendo como líder Francisco Julião, que buscou centralizar a organização das Ligas, aproximando-se dos centros urbanos, justificando sua estratégia “[...] a partir da convicção de que na grande cidade estavam as classes e grupos aliados dos camponeses – os operários, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia[...].” (FAUSTO, 2003, p. 444). Diferentes movimentos sociais buscavam apoio uns nos outros, estudantes com camponeses, com operários, etc. Através dessa mobilização de outros setores da sociedade, que “[...] os estudantes, através da UNE, radicalizaram suas propostas de transformação social e passaram a intervir diretamente no jogo político.” (FAUSTO, 2003, p. 445).

Além das mudanças no movimento rural e no movimento estudantil, ocorreram também mudanças na Igreja Católica. Conforme Fausto 2003 a partir de 1950 a Igreja passa a se preocupar mais com as camadas populares que constituíam sua base social. “O próprio anticomunismo cerrado foi dando

lugar a uma atitude mais equilibrada: combatia-se o comunismo mas reconhecia-se que os males do capitalismo tinham provocado a revolta e daí a expansão comunista.” Assim, a Igreja dividiu-se “entre o ultra conservadorismo de bispos como Dom Geraldo Sigaud e Dom Castro Mayer às aberturas à esquerda típicas da Juventude Universitária Católica (JUC)”. Nesta reorganização e seguindo o clima mais radical do movimento estudantil:

“[...] a JUC foi assumindo posições socialistas e entrou em choque com a hierarquia eclesiástica. Dela nasceu em 1962 a Ação Popular (AP), organização com objetivos revolucionários, desligada da hierarquia. A AP participou ativamente das lutas políticas da época e foi duramente reprimida após a instauração do governo militar em 1964. (FAUSTO, 2003, p. 446)

Talvez, ainda possamos afirmar que o que mais incomodou aos opositoristas de Jango, ou seja, as elites do país alinhadas com o capital internacional, foram as propostas de Reforma de Base. Tais propostas ainda incluíam medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção maior do Estado na vida econômica. Medidas com “[...] a nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, dos frigoríficos e da indústria farmacêutica; a estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior, e a extensão do monopólio da Petrobrás”, como observou Fausto (2003). O autor ainda afirmaria que:

É fácil perceber que as reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado. Isso porém implicava uma grande mudança à qual as classes dominantes em geral, e não apenas os latifundiários como se pensava, opuseram forte resistência.

Neste contexto que foi construído no governo Jango, diferenças político ideológicas foram surgindo e se fortificando. No PTB a linha era nacionalista agressiva e com medidas concretas de reforma social. A UDN aproximou-se da corrente militar inimiga de Jango, em uma postura ultraconservadora – círculo que posteriormente articulou e promoveu o Golpe de Estado. O PSD adotou uma postura nacionalista. Se no meio civil ocorria um alinhamento, no meio militar também:

A mudança não se localizava na divisão entre “entreguistas”, “moderados” e “nacionalistas”; nem mesmo na politização dos quadros inferiores, que punham em risco o princípio da hierarquia. Ela consistia na formulação de uma nova doutrina elaborada pelos militares com a guerra fria e ganhou contornos mais nítidos após a ascensão de Fidel Castro ao poder. Nascia a doutrina de segurança nacional. (FAUSTO, 2003, p. 452)

Esta doutrina foi criada no seio da Escola Superior de Guerra (ESG). Esta escola que tinha por uma de suas finalidades treinar pessoal de alto nível para questões de segurança nacional e posteriormente passou a ter um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos e militares que condicionam o conceito estratégico.

No meio destes levantes opositores, Jango buscava a realização das reformas de base. A reforma agrária contava com o apoio irrestrito do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos, que se organizou para participar desse processo. Uma das ações realizadas pelo G.E.J.C foi a organização de um abaixo-assinado, no qual constava a seguinte argumentação em defesa da Reforma Agrária:

Nós abaixo assinados, acima de qualquer divergência de ordem política e ideológica, inconformados com o atual estado de coisas [...] exigimos a Reforma Agrária Constitucional [...]. A ninguém cabe o direito de deter a marcha de um povo rumo a sua emancipação político-econômica. (n.2, maio, 1963, p.2)

Ao apoiarem a Reforma Agrária, os estudantes julianos indicam que seu posicionamento estava acima de ordens políticas e ideológicas. Destaco este ponto pelo fato dos estudantes parecerem não estarem alinhados a algum partido político, não há referências nas narrativas<sup>30</sup>. Observa-se que abordam a constitucionalidade da Reforma Agrária, seguindo a linha de discurso legalista que os mesmos vêm apresentando.

A realidade política nacional não apresentava a mesma postura que os estudantes julianos. As disputas entre demandas da esquerda e da direita atrapalhavam o seguimento das ações políticas e gerava tensões no país. “Faltava ao governo habilidade de convencimento, e sobrava radicalismo às

---

<sup>30</sup> Se havia alguma interferência partidária nos discursos publicados em “O Julinho”, as mesmas não estão registradas nas páginas do periódico estudantil.

forças políticas que atuavam dentro e fora do Congresso Nacional” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 442). Este radicalismo não era apresentado pelo Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos em seus discursos em defesa de suas pautas de interesse, dentre elas a luta pelas Reformas de Base.

Sem indicativos de uma postura radical, os escreventes demonstravam incômodo com as ações de alguns setores da sociedade, principalmente com os posicionamentos políticos radicais da direita conservadora:

É que essa repugnante “direita reacionária” pretende colocar todos dentro de uma das duas posições que ela mesmo determinou [...] Ou se é a favor da conservação do atual estado de coisas [...] ou se é inimigo da pátria, da família e de Deus. Ou se é reacionário ou se é chamado de Comunista [...]. (n.1, novembro, 1963, p.4)

Os escreventes parecem não estar em concordância com a bipolaridade de pensamentos políticos, evitando posicionamentos à esquerda ou à direita. Estão enfrentando as discussões ideológicas recorrentes daquele período histórico, em que a política se mostrava – na grande maioria das vezes - em duas vias possíveis. Os julianos dão indícios de que não concordavam com as direitas reacionárias, mas também não queriam ser classificados como comunistas. Afinal, como se definiam politicamente? Há alguns indícios que apontam para um posicionamento que busca defender ideias mais próximas de propostas populares, associadas a questões religiosas - cristãs.

Os estudantes julianos incentivam os colegas a não serem alienados, pois, segundo eles a “[...] alienação do estudante não deve ser mais admissível, como classe privilegiada a classe estudantil está intimamente ligada à vida da nação, e como tal não deve permanecer inativa. (n.3, junho, 1963, p.2). Eles continuam:

A pátria é formada por todos, e a participação ativa de todos se faz necessária em períodos críticos da vida nacional. Se vivemos em num país democrático, democrática e justa é a participação popular, pressionando o Congresso – nas decisões fundamentais para o povo e a nação, como são as reformas de base, notadamente a Agrária. (n.3, junho, 1963, p.2)

Os jovens não estão defendendo apenas a Reforma Agrária, mas sim as Reformas de Base com enfoque na questão da terra. Buscam pressionar o

Congresso Nacional para que este leve adiante as Reformas de Base. Traduzem a compreensão que têm de participação política em suas ações, buscando atuar como cidadãos na sociedade por vias legais e procurando estar em contato com a classe política na tentativa de fazer valer a participação popular. Expressavam seus interesses e demonstravam suas concepções:

O executivo do GEJC cômico do Momento Histórico atual, vem a público com uma campanha de tão alta significação. Pressionar o Congresso pelas Reformas é, hoje, uma obrigação de todos aqueles que não estão comprometidos com este status quo e que não admitem mais que o Brasil continue sendo “fundo de quintal” para uma meia dúzia de privilegiados. (n.2, maio, 1963, p.2)

Os julianos afirmavam compreender o “Momento Histórico” e atribuíam valor às suas ações. Deixam rastros de suas posições ao expressar suas discordâncias com um contexto que favorecia a “uma meia dúzia de privilegiados”. Deixam vestígios de como acreditavam que a participação política era mais que um direito de todos, era um dever. Uma questão que hoje se compreende como exercício de cidadania, porém não atribuem este sentido nas linhas da narrativa. Pressionar o Congresso Nacional era uma forma de buscar valer suas ideias, uma forma de se colocar nas questões políticas do país.

As publicações em “O Julinho” deixam rastros das concepções que os escreventes tinham sobre a sociedade em que estavam inseridos. Cito as ideias que os julianos apresentam a partir de uma publicação sob o título de “curiosidades, você sabia que?”. Nesta narrativa, expõem suas visões sobre classes sociais, capital privado, capitalismo, miséria, desigualdade na América Latina. Seguem algumas das ideias dos escreventes, publicadas nas páginas de “O Julinho” de forma a completar a pergunta “você sabia que?”:

que ... A grande burguesia formou-se historicamente vinculada ao monopólio da terra e ao capital monopolista estrangeiro do qual é associada?

que ... das 66 empresas gigantescas existentes no Brasil, apenas 34 estão em mãos de brasileiros?

que... na América Latina a população índia degrada-se na mais repulsiva e odiosa miséria - e são mais de cinquenta milhões de seres humanos?

que... na América Latina 70% de sua população sofre de doenças carências – doenças da pobreza e da miséria?

que... em ajuda direta a países fora da América Latina os Estados Unidos concederam 31 bilhões de dólares, após a 2ª Guerra Mundial, enquanto para nosso Continente drenaram apenas 625 milhões de dólares? (n.2, maio, 1963, p. 5)

São dados<sup>31</sup> que representam as realidades que os escreventes buscavam apresentar para os estudantes do Colégio Júlio de Castilhos. Expõem uma possível preocupação que tinham em esclarecer a situação econômica do país e da América Latina para os leitores de “O Julinho”, dando indicativos de como esta situação econômica se construiu. As escolhas do que publicar apontam a dedicação de tempo em criticar a burguesia. É uma denúncia da pobreza e da miséria, promovida também por práticas políticas dos Estados Unidos da América conforme foi citado.

Perante esta realidade o plano de Jango passava por redução dos gastos públicos, mas não pretendia deixar de investir, pois os investimentos eram essenciais para o crescimento econômico. Jango precisava de apoio para que seu plano econômico funcionasse, porém este falhou. João Goulart não conseguiu mobilizar alguns setores da sociedade que poderiam colaborar para que suas propostas econômicas dessem certo:

Os beneficiários da inflação não tinham interesse no êxito das medidas; os inimigos de Jango desejavam a ruína do governo e o golpe; o movimento operário se recusava a aceitar restrição aos salários; a esquerda via o dedo do imperialismo em toda a parte. (FAUSTO, 2003, p. 456)

Diversos atores políticos se voltaram contra as medidas de Jango, a direita foi ganhando novos apoiadores na luta pelo fim dos poderes sindicais, nas disputas que travavam contra o comunismo. Os escreventes destacam que “Os entreguistas e anti-democratas, [...] jogam-se [...] contra o povo, no afã doentio de salvar seus próprios negócios” (n.2 março, 1964, p.4). A crítica que os escreventes tecem aos “entreguistas” e “anti-democratas” por pensarem em “seus próprios negócios”, denotam uma aproximação de suas ideias com convicções que pensam em um bem comum. Estando mais

---

<sup>31</sup> Os escreventes estão apresentando dados, informações sobre a realidade do país e da América Latina. Portanto, cabe lembrar que estes dados passaram por uma seleção, por uma escolha dos escreventes que decidiram o que publicar e o que não publicar.

próximos dos ideais dos movimentos sociais organizados de esquerda como a FMP, por exemplo.

O cerco estava se fechando contra Jango e suas propostas políticas. Os julianos indicavam estar atentos a esta conjuntura e expressavam nas páginas de seu periódico que “[...] das mais recônditas trevas, assistimos perplexos o renascimento de, se não o maior, um dos maiores e mais perversos<sup>32</sup> de ação anti-nacional, o IBAD” (n.2, março, 1964, p.5). O Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD, é um organismo extrapartidário que “[...] funcionava no Rio de Janeiro, desde 1959, articulado com a Agência Central de Informações (Central Intelligence Agency, CIA), norte americana” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 440).

Nas últimas eleições para o Congresso Nacional, no ano de 1962, foi o IBAD que financiou vários políticos<sup>33</sup>. Os escreventes expressam que costumavam acompanhar os fatos políticos realmente e retomam este acontecimento: “Novamente sobe à tona, aquele que dispendeu nada menos do que 5 bilhões de cruzeiros visando a distorção do pleito de 1962, financiando deputados, combatendo candidaturas e apoiando outras” (n.2 março, 1964, p.4). As críticas às ações do IBAD são ferrenhas:

O deputado Amaral Netto, não contentando-se em ter seu mandato vendido por alguns bilhões àquela organização, reabre-a novamente agora, porém, com a sigla – CNDD (Comitê Nacional de Defesa da Democracia) [...]. Talvez ignore o deputado [...] que Democracia significa um sistema governamental no qual a soberania é exercida pelo povo em sua totalidade. Ora senhores, num país onde 60% da população é analfabeta e onde analfabeto não vota, desde quando isso é democracia. Não reconhecemos como “meios éticos e legais” de defender a democracia o muito usado por Ss. Exas.: o do suborno!!! E foi que isso que os “ilustres” dirigentes do IBAD fizeram com nada menos do que 111 deputados, de acordo com os resultados obtidos pela C.P.I., que investigou o caso. (n.2 março, 1964, p.5)

Denunciam-se casos de corrupção, enfrentando as problemáticas políticas através de “O Julinho” e os estudantes não parecem se intimidar em falar sobre questões de políticos diretamente. Através desta última narrativa, é possível perceber alguns funcionamentos da dita democracia no Brasil, esta

<sup>32</sup> Na publicação do periódico parece faltar alguma palavra depois de perverso.

<sup>33</sup> Fato que os estudantes já haviam abordado em “O Julinho” e também já tratado nesta investigação.

criticada pelo jornal. Os estudantes expõem um sistema político que para eles é desigual e não representa os interesses de todos e, sendo assim, não pode ser considerado um sistema democrático.

As páginas do periódico parecem servir a denúncias e anúncios das questões da política do país. Estão denunciando as ações corruptas dos políticos. Estão anunciando novos tempos, novos e mais difíceis. Todo esse discurso não está descontextualizado, está inserido no mundo da Guerra Fria. Esta questão fica clara quando fazem referência à Revolução Cubana, demonstrando estarem atentos à questões da política internacional:

E se algumas vezes tecemos elogios ao glorioso povo cubano, é porque realmente compreendemos os aflitivos momentos por que vive aquela nação que heroicamente soube livrar-se do jugo imperialista daquilo que os senhores realmente defendem, de todas as maneiras, comprando uns esmigalhando outros, enaltecendo culpados e matando inocentes! (n.2 março, 1964, p.4)

Além de ser possível identificar que os escreventes estavam atentos às políticas internacionais, também se pode inferir que desaprovam as políticas imperialistas, políticas essas que no caso do Brasil estão associando ao IBAD e às ações do governo dos Estados Unidos da América.

Os julianos demonstram apoiar o povo cubano por este ter se livrado do imperialismo, por não se alinhar aos Estados Unidos da América. Porém, isso não significa que estavam apoiando ideias socialistas ou comunistas. O que deixam claro é o fato de não quererem interferências externas na política do país. Dizem que repudiam “[...] visceralmente os IBADS e similares, destinados ao fomento da corrupção na política [...]” (n.2 março, 1964, p.5)

Jango buscou saída tentando contornar o Congresso, realizando as reformas por decreto. Tais decretos seriam anunciados em atos que reuniriam grandes massas. A reforma urbana – mexeria no direito de inquilinos - também foi anunciada, incomodando outra parcela da sociedade, anunciou também a possibilidade de mexer nos impostos e em possibilitar o voto aos analfabetos. As reformas de base propostas por Jango, um primeiro ato em que reuniu milhares de pessoas no Rio de Janeiro, na Central do Brasil, mexeu com a sociedade conservadora. Como reação, foi organizada a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu cerca de 500 mil pessoas em São Paulo.



Desta forma, os militares perceberam que teriam o apoio de uma significativa parcela da população e assim, configurou-se o golpe.

O Golpe se precipitou no dia 31 de Março de 1964, organizado pelo general Mourão Filho que pôs-se a deslocar tropas de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Jango não desejava o confronto, primeiramente saiu do Rio de Janeiro e foi para Brasília, para depois, na noite de 1º de abril, partir para Porto Alegre. Nesta noite, “[...] o presidente do Senado Auro Moura Andrade declarou vago o cargo de presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli. Mas o poder já não estava nas mãos dos civis e sim dos comandantes militares. (FAUSTO, 2003, p. 461)

Não adiantou a tentativa de mobilização de Brizola, buscando repetir a legalidade de 1961. O mesmo também acabou se exilando no Uruguai, onde Jango já se encontrava. “Era o fim da experiência democrática do período 1945-1964. Pela primeira vez na história do país, os militares assumiam o poder com a perspectiva de aí permanecer.” (FAUSTO, 2003, p. 461)

Os militares alegavam que suas ações tinham por objetivo livrar o país da corrupção e do comunismo. Porém, passam a governar o país através de Atos Institucionais (AI), através de decretos. O Congresso, exceto em pequenos períodos de exceção continuou funcionando, a constituição de 1946 foi mantida com várias modificações. O Regime Militar nunca assumiu a sua postura autoritária.

Após o golpe, os textos de “O Julinho” que abordam questões políticas governamentais são praticamente inexistentes. Tratam da saída de um dos presidentes do Grêmio Estudantil<sup>34</sup> que parece ter alguma relação com as ações de um governo ditatorial. Em geral, os textos destas edições discutem assuntos do colégio, do próprio grêmio, de outras temáticas, mas não irão adentrar nas práticas políticas do governo ditatorial. Este tempo de *silêncio* dos escreventes, muito provavelmente está relacionado ao contexto histórico do país que vive tempos de opressão e de repressão. As discussões mais politizadas serão retomadas somente na edição de maio de 1967<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Esta questão será tratada juntamente com as discussões referentes às narrativas publicadas nos editoriais e faz referência a questões relacionadas a Ditadura Militar.

<sup>35</sup> Retoma-se que não temos o registro de todas as edições de “O Julinho”. Estão registradas apenas as edições preservadas no Museu do colégio.

Nesta lacuna deixada pelo periódico estudantil “O Julinho”, a história do Brasil segue. Segundo Fausto (2003), o primeiro Ato Institucional, o AI – 1, tinham por objetivo reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do congresso, e foi também a “partir desses poderes excepcionais, desencadearam-se perseguições aos adversários do regime, envolvendo prisões e torturas”. Os estudantes foram um dos primeiros grupos sociais a serem atacados pelos militares:

Os estudantes que tinham tido um papel de relevo no período Goulart foram especialmente vedados pela repressão. Logo a 1º de abril, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada. Após a sua dissolução, a UNE passou a atuar clandestinamente. As universidades constituíram outro alvo privilegiado. A Universidade de Brasília, criada com propósitos renovadores e considerada subversiva pelos militares, sofreu também invasão um dia após o golpe. (FAUSTO, 2003, p. 467)

O regime militar continuou caminhando cada vez mais para ações de maior repressão e em junho de 1964 criou o Serviço Nacional de Informação (SNI), para controlar os cidadãos de maneira mais eficiente. “O SNI tinha como principal objetivo expreso “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”. (FAUSTO, 2003, p. 468) Seu funcionamento na prática significou a sua transformação em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, assim agia por contra própria contra aqueles que consideravam inimigos internos. Ainda sob orientações do AI – 1, momento em que uma junta militar governava o país - Castelo Branco foi eleito presidente.

De saída Castelo Branco terminou com o direito a estabilidade após de anos de serviço que anteriormente era garantida pela CLT. Após as eleições para governadores do Estado e um resultado que não agradou os militares adversários de Castelo Branco que desejavam um regime mais autoritário para lutar com o comunismo e a corrupção. Castelo Branco então:

“[...] baixou o AI – [...] estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal. [...] em fevereiro de 1966, o AI – 3 estabeleceu também o princípio da eleição indireta dos governadores dos Estados através das respectivas Assembleias estaduais. (FAUSTO, 2003, p. 474)

Através do AI – 2 os poderes do presidente foram reforçados, poderia legislar sobre assuntos relevante como os de segurança nacional através de decretos-lei. Uma das medidas mais importantes do AI – 2 foi a extinção dos partidos políticos existentes. Desta forma forçou-se a formação de apenas dois partidos:

A Aliança Renovadora Nacional (Arena), que agrupava os partidários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição. A maior parte dos políticos que se filiaram à Arena tinham pertencido à UDN e em número quase igual ao PSD; O MDB foi formado por figuras do PTB, vindo do PSD. (FAUSTO, 2003, p. 474)

Ainda no governo Castelo Branco o Congresso fora fechado por um mês e reconvocato, através do AI – 4, para aprovar a nova legislação, que já incorporara um poder maior ao poder executivo que havia sido estabelecido através de AI. O grupo de Castelo Branco não se manteve no poder e o próximo presidente eleito na continuidade do regime militar foi general Artur da Costa e Silva, que tomou posse em março de 1967. Costa e Silva concentrava as esperanças da linha-dura e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas, porém estas esperanças do linha-dura não foram atendidas.

Já desde 1966 a oposição vinha se rearticulando, “[...] destacando-se no Nordeste a atuação do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Os estudantes começaram também a se mobilizar em torno da UNE”, assim como afirma Fausto (2003). Esta mobilização dos estudantes em torno da UNE pode estar relacionada com a volta da abordagem política governamental em “O Julinho” no ano de 1967. Os escreventes de posicionam quanto ao Regime Militar e retomam que logo:

“[...] após as primeiras horas da “Revolução” de 1º de abril de 1964 ficou patenteado a má disposição do Governo com os estudantes. Destituído o Governo Legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paradoxismo de ódio que escapa do terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica. (n.4, maio, 1967, capa)

Já no início do governo militar, as forças repressoras atacaram os estudantes. Talvez isso explique este grande espaço de silêncio. Uma das entidades referências do movimento estudantil, a UNE, foi perseguida desde os

princípios da ditadura, o que provavelmente colocou todo o movimento estudantil em um estado de alerta que paralisou algumas ações. Porém, os estudantes estavam voltando a se organizar, e o Grêmio Estudantil do Julinho inicia suas manifestações mais posicionadas. O governo militar não ficou para trás e reforçou suas ações repressoras:

O primeiro meio a que recorreu o Governo para atingir seus objetivos foi, e continua sendo, o recurso tradicional de todo “governo forte”: a VIOLÊNCIA, O TERRORISMO, AS PRISÕES, ESPANCAMENTOS, EXPULSÃO DE ALUNOS, DEMISSÃO DE PROFESSORES, INVASÃO DE FACULDADES E INTERVENÇÃO NAS ENTIDADES (UNE, UEE, DCE, e mais precisamente, agora, no Grêmio do Julinho) (n.4, maio, 1967, capa)

No momento em que o Grêmio Estudantil voltou a manifestar-se, a repressão o atingiu. A intervenção dos militares chegou no G.E.J.C., o que levou ao fechamento deste órgão estudantil. A própria edição de “O Julinho” é organizada após o fechamento do Grêmio e é a última edição dos anos 1960 que se encontra preservada. É neste momento que as manifestações da juventude ganham ímpeto, unindo jovens embalados pelo sonho de um mundo novo no movimento que ficou conhecido por *Maio de 68*.

O objetivo era por revolucionar todas as áreas do comportamento, em busca da liberação sexual e da afirmação da mulher. “As formas políticas tradicionais eram vistas como velharias e esperava-se colocar a “imaginação no poder”.” O Brasil também foi atingido por este clima, especialmente da música popular. A cultura e a arte também impulsionaram a mobilização social. O catalisador das manifestações de rua em 1968 foi a morte de um estudante secundarista:

Edson Luís foi morto pela Polícia Militar durante um pequeno protesto realizado no Rio de Janeiro, no mês de março contra a qualidade da alimentação fornecida aos estudantes pobres no restaurante Calabouço. Seu enterro e a missa rezada na igreja Candelária foram acompanhados por milhares de pessoas. A indignação cresceu com a ocorrência de novas violências (FAUSTO, 2003, p. 478)

A partir desses fatos, criaram-se condições para uma ampliação das mobilizações. Não se reuniram apenas estudantes, mas também setores representativos da Igreja e da classe média do Rio de Janeiro. O ponto alto da

convergência dessas forças que se empenhavam na luta pela democratização foi a chamada passeata dos 100 mil, realizada a 25 de junho de 1968.

Pelo mundo, ocorreram grandes manifestações nos anos 1960. As juventudes recebem um destaque muito grande naquela década. Conforme já abordamos, é a juventude que viveu, por exemplo, o “Maio de 68”. Houve muitas manifestações, com destaque para revoltas de jovens, de estudantes. Sobre os anos 60 Hobsbawm (1995) diz:

A radicalização política dos anos 60, antecipada por contingentes menores de dissidentes culturais e marginalizados sob vários rótulos, que rejeitava o status de criança e mesmo de adolescente [...] negando ao mesmo tempo humanidade plena a qualquer geração acima dos trinta anos de idade, com exceção do guru ocasional. (HOBSBAWM, 1995, p. 318)

O Maio de 68 teve uma repercussão gigantesca, foi uma grande transformação cultural que ocorreu após outras grandes transformações políticas, econômicas e sociais. Nesta mesma década ocorreu a Guerra Vietnã, guerra em que muitos jovens morreram. A pílula anticoncepcional é lançada e o Vaticano reage fortemente, enquanto a juventude busca o direito ao prazer.

Retomando o contexto brasileiro, o Brasil sofre com o golpe civil militar, a repressão é muito forte, a população perde seus direitos políticos. A ditadura militar continuaria impondo aos cidadãos uma vida sem direitos políticos, carregada de violência, de repressão. A história do periódico “O Julinho” também seguiria se não houvesse o Grêmio Estudantil sido fechado pelo regime militar, se estudantes militantes do Grêmio Estudantil não estivessem hoje na lista dos mortos e desaparecidos da ditadura militar. Nomes como os de Jorge Alberto Basso, Nilton Rosa Da Silva, Cláudio Antonio Weyne Gutierrez e Luiz Eurico Tejera Lisbôa são lembrados por Suzana Keniger Lisbôa:

Luiz Eurico e Cláudio Antonio Weyne Gutierrez (juliano expulso em 1967) foram presos, em frente ao Julinho, quando buscavam entregar, em nome da UGES, abaixo-assinado coletado pelo *Grêmio Livre*, pedindo a reabertura do Grêmio. O então diretor da escola, Antonio Magadan (por medo ou colaboração?) chamou o DOPS e dali saíram presos, sendo indiciados em IPM pela tentativa de reabertura do grêmio estudantil. Por esse *crime* foram condenados a 6 meses de prisão em novembro de 1969! E assim, caímos na clandestinidade... De todas as emoções que vivi na luta por justiça e pelo resgate dos

horrores cometidos pela ditadura militar, desde a descoberta do corpo de Luiz Eurico, em 1979, até hoje, poucas se comparam ao que senti (e sinto) ao ver seu nome gravado nas paredes da escola em que o descobri: Luiz Eurico Tejera Lisboa é o nome do auditório do Julinho (LIMA; LEDUR, 2000, p. 159).

Hoje fazemos memória destes estudantes que se dedicaram para produzir um jornal estudantil em grande parte politizado, que através de suas narrativas problematizavam e dialogavam com as questões políticas do momento histórico em que viviam. Perante a quantidade de narrativas produzidas pelos jovens, analisei apenas uma pequena parcela dessas escritas. Porém, através deste trabalho é possível inferir algumas ideias sobre os discursos dos jovens julianos.

Em “O Julinho”, os escreventes demonstraram uma postura legalista, ou seja, buscam defender o que estava previsto na lei, na constituição. Não faço esta referência apenas por eles terem demonstrado uma postura favorável ao Movimento da Legalidade organizado por Leonel Brizola, mas também porque, ao defenderem seus posicionamentos, buscavam ser coerentes com o que era possível na legislação, ou então propunham mudanças na mesma para que suas ideias fossem viáveis.

Os escreventes também apresentam uma postura pacifista, não buscavam promover ações violentas, agressivas, para defender suas ideias. Recorrem bastante às suas argumentações para atuarem politicamente na sociedade. Colocam-se de forma bastante crítica em seus discursos e, além de apontar e problematizar as questões que discordavam, também eram propositivos em seus discursos.

Nas narrativas analisadas, expressavam seu descontentamento com posturas que consideravam burguesas e reacionárias, se aproximando mais de propostas populares que contemplavam suas ideias nacionalistas, se afastando também das ideias que defendiam interferências externas no país. Não defendiam partidos políticos e demonstravam estar ou buscar estar informados das questões políticas concernentes ao momento histórico que viviam para assim poder se posicionar nas páginas do periódico. Desta forma, as discussões políticas do país chegariam até os colegas julianos.

Os discursos presentes em “O Julinho” não se restringem aos textos citados até o momento. “O Julinho”, sendo uma produção do Grêmio Estudantil

do Colégio Júlio de Castilhos, reservou em seu editorial um espaço de manifestação das ideias do executivo do órgão estudantil. Através das linhas traçadas nos editoriais, é possível dar continuidade às discussões já realizadas, porém agora tendo como interlocutores a equipe editorial do próprio impresso, a voz do Grêmio Estudantil. Não são discursos concorrentes, mas sim complementares para a análise, estabelecendo diálogo com um contexto mais amplo.

#### **4.3 A voz do Grêmio Estudantil: o que dizem os editoriais.**

O editorial de um impresso é um espaço rico para se perceber algumas questões sobre o próprio objeto. Através dos textos publicados nestes editoriais, é possível pensar sobre as propostas de discussão apresentadas nas páginas de “O Julinho”. É neste espaço que a equipe do Grêmio Estudantil, responsável por tal publicação, se manifesta, traduzindo ali algumas de suas ideias referentes ao colégio, à educação, política, governo, refletindo sobre as ações do próprio Grêmio Estudantil e a relação deste com os estudantes. Além disso, nas linhas dos editoriais, os jovens que idealizaram esta publicação, valorizam o periódico como uma representação da identidade do estudante juliano.

Para desenvolver este momento da pesquisa, investiguei todas as edições dos anos 1960 e selecionei os editoriais, um a um, com o objetivo de analisar o conteúdo presente no discurso do impresso que, de certo modo, reflete as concepções políticas do Grêmio Estudantil daquela escola. Importa esclarecer que a intenção não é de apresentar uma descrição minuciosa de cada editorial, mas sim destacar aspectos merecedores de uma discussão, sem perder de vista o objetivo da pesquisa. Na sequência, organizei uma tabela procurando apresentar, mais detalhadamente, as temáticas discutidas nos editoriais do periódico:

<b>Editorial</b>		
<i>Edição</i>	<i>Título/Subtítulo</i>	<i>Assuntos</i>
mar/61	Nova Gestão, Novo Grêmio!	- FUNÇÃO DE UM GRÊMIO ESTUDANTIL;

abr/61	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falhas</li> <li>- Credenciais</li> <li>- Estudante e o Jornal: fala do jornal mural "O Padrão";</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- DISTRIBUIÇÃO DE "O JULINHO" EM OUTROS COLÉGIOS;</li> <li>- LISTA DE AÇÕES REALIZADAS PELO GRÊMIO E BENEFÍCIOS DE SE PRODUZIR UM JORNAL;</li> <li>- FALTA DE INCENTIVO DE DIRETORES DE OUTROS COLÉGIOS;</li> <li>- APOIO DA DIRETORIA DO JULINHO AO GRÊMIO E ESPECIFICAMENTE À PRODUÇÃO DO IMPRESSO;</li> <li>- A IMPORTÂNCIA DO PODER PÚBLICO APOIAR A IMPRENSA ESTUDANTIL;</li> </ul>
set/61	À margem do editorial: dentro e fora do Julinho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- RELAÇÃO DO GRÊMIO COM OS MOVIMENTO ESTUDANTIS INTERNACIONAL, NACIONAL E REGIONAL;</li> <li>- APRESENTAÇÃO DO CANDIDATO DA GESTÃO ATUAL PARA AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES AO GRÊMIO;</li> </ul>
set/62	Edição Especial: Homenagem ao Colégio e ao Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ANIVERSÁRIO DE 16 ANOS DO PERIÓDICO "O JULINHO" E DE 19 ANOS DO GRÊMIO</li> <li>- DISCUSSÃO SOBRE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO GRÊMIO E DO COLÉGIO;</li> </ul>
out/62	Não consta título.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- PATROCÍNIO DA EDIÇÃO ESPECIAL;</li> <li>- RELAÇÃO DO GRÊMIO COM A DIRETORIA DO COLÉGIO;</li> </ul>
abr/63	Fatos e Metas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SISTEMA DE AVALIAÇÕES APLICADO PELOS PROFESSORES;</li> <li>- PROBLEMAS COM A IMPRESSÃO DE "O JULINHO" NA IMPRENSA OFICIAL;</li> <li>- IMPORTÂNCIA DA IMPRENSA ESTUDANTIL PERANTE O MOMENTO POLÍTICO DO PAÍS;</li> <li>- DISTRIBUIÇÃO DE "O JULINHO" EM OUTROS COLÉGIOS;</li> <li>- VERBAS PARA A PUBLICIDADE;</li> </ul>
mai/63	Iluminação e Auxílio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CRÍTICAS A ILUMINAÇÃO DO COLÉGIO À NOITE;</li> <li>- DISCUSSÃO SOBRE O COMUNISMO;</li> <li>- VERBAS OBTIDAS COM O GOVERNO ESTADUAL PARA A PUBLICAÇÃO DE "O JULINHO";</li> </ul>



jun/63	Providências Imediatas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CRÍTICAS AO SECRETÁRIO DE OBRAS PELA QUESTÃO DA ILUMINAÇÃO;</li> <li>- COBRANÇA AO GOVERNADOR, A VERBA PROMETIDA PARA O JORNAL NÃO CHEGOU;</li> <li>- ERROS ORTOGRÁFICOS NO PERIÓDICO;</li> <li>- CIRCULAÇÃO DE “O JULINHO” EM OUTROS COLÉGIOS;</li> </ul>
Ago /Set/63	Iluminação melhorou	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DA ILUMINAÇÃO;</li> <li>- RELAÇÃO DO GRÊMIO COM A DIREÇÃO DO COLÉGIO;</li> <li>- ORGANIZAÇÃO DE UMA SEMANA JULIANA POLITIZADA;</li> <li>- SITUACIONISMO DE 3 ANOS NO GRÊMIO;</li> <li>- CHEGADA DA VERDA DO GOVERNO DO ESTADO PARA O JORNAL;</li> </ul>
out/63	Novamente: ensaio de black-out	<ul style="list-style-type: none"> <li>- RELAÇÃO DO GRÊMIO COM A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO;</li> <li>- ELEIÇÕES PARA O GRÊMIO ESTUDANTIL;</li> <li>- DEFESA DO SITUACIONISMO NO GRÊMIO;</li> </ul>
nov/63	Não consta título	<ul style="list-style-type: none"> <li>- POSICIONAMENTO POLÍTICO DO GRÊMIO ESTUDANTIL;</li> <li>- CRÍTICAS AO GOVERNO FEDERAL;</li> <li>- GRÊMIO ESTUDANTIL CRISTÃO, NEM CAPITALISTA, NEM MARXISTA;</li> <li>- SAÍDA DO MINISTRO PAULO DE TARSO DA PASTA DA EDUCAÇÃO;</li> </ul>
mar/64	Mensagem do Grêmio aos Julianos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- COMUNICAÇÃO COM OS ALUNOS SOBRE AS QUESTÕES DO GRÊMIO E DO JORNAL;</li> <li>- INTEGRAÇÃO E ALIANÇAS COM OPERÁRIOS E CAMPONESES *</li> </ul>
ago/64	Não consta título	<ul style="list-style-type: none"> <li>- LUTAS DO GRÊMIO;</li> <li>- VALORES HUMANOS;</li> <li>- ESCOLA BRASILEIRA POPULAR;</li> </ul>
mai/65	Não consta título	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SAÍDA DO PRESIDENTE ELEITO DO GRÊMIO ESTUDANTIL - CASO GIANOTTI;</li> </ul>
ago/65	Não consta título	<ul style="list-style-type: none"> <li>- JUVENTUDE;</li> <li>- REALIZAÇÕES DO SEMESTRE PASSADO;</li> </ul>
set/66	Não consta título	<ul style="list-style-type: none"> <li>- NOVAS E REAFIRMADAS DIRETRIZES PARA O GRÊMIO;</li> <li>- CRÍTICAS A POSTURAS DE GESTÕES ANTERIORES;</li> <li>- POSICIONAMENTO SOCIAL</li> </ul>

		CRSTÃO;
--	--	---------

As temáticas discutidas nos editoriais estão organizadas na coluna *assunto* da tabela, que apresenta alguns conteúdos discutidos pelo executivo do Grêmio Estudantil nas linhas dos editoriais. Dentre os editoriais analisados, não foi possível identificar um padrão organizacional para este espaço do impresso. Alguns apresentam títulos e subtítulos que direcionam o leitor para os assuntos discutidos, outros apenas iniciam sob o título de *editorial*. Ainda, conforme exemplifica a tabela, as temáticas abordadas eram diversas, assim como eram diversos os assuntos tratados ao longo do periódico.

Nesta diversidade de temas dos editoriais, identifiquei alguns recorrentes, tratam da relação do Grêmio Estudantil com os estudantes do colégio, discutem a importância do periódico e da imprensa estudantil para a formação dos estudantes julianos, abordam a atuação do G.E.J.C no meio dos movimentos estudantis. Os temas abordados nos editoriais ainda apresentam um *diálogo* entre o Grêmio Estudantil e o poder público, além de expor o relacionamento do órgão estudantil com a direção do colégio.

Essas abordagens do Grêmio Estudantil expressas nos editoriais do jornal marcam posições políticas do órgão estudantil, que enriquecem as discussões desenvolvidas até aqui. As vozes dos escritores do Grêmio ampliam as possibilidades de análise dos discursos publicados em “O Julinho”, não concorrendo com o que já foi pensado, mas sim dialogando e problematizando tais questões.

Enfim, os editoriais registram um modo de pensar, uma forma de manifestar como compreendiam as ações políticas de seu tempo. Neste espaço, escreviam também sobre seus desejos de mudança para o país, no Estado e no microcosmos da escola, considerando questões geracionais. Esses textos representavam as ideias norteadoras do trabalho do Grêmio Estudantil com os estudantes julianos, dizem sobre a atuação do Grêmio com a comunidade juliana.

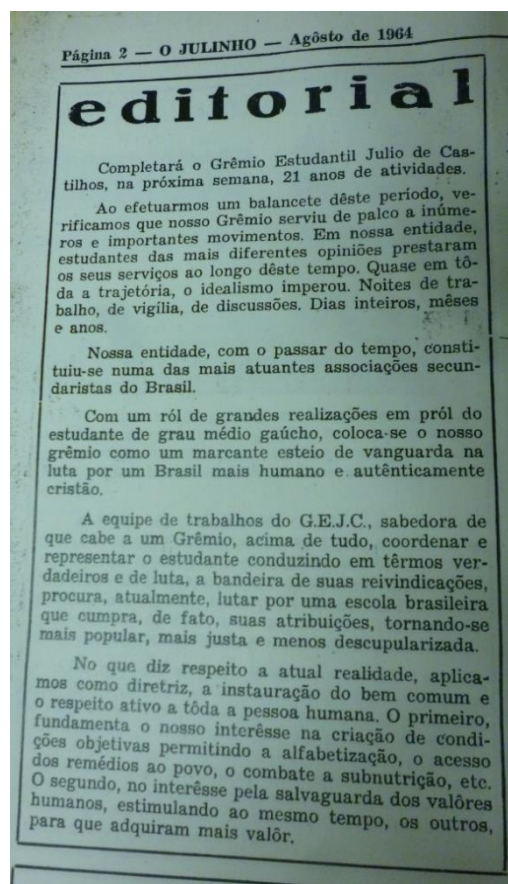
Até o momento, alguns indícios do conteúdo do discurso dos editoriais foram apresentados. Logo mais, esta discussão tomará mais forma. Antes

disso, para que se tenha uma noção de como eram publicados estes editoriais, destaco algumas imagens dos mesmos referentes às edições de março de 1961 e agosto de 1964:





Página 2 da edição de agosto de 1964 de "O Julinho" (n.5, agosto, 1964, p.2)



Editorial de "O Julinho" publicado na edição de agosto de 1964. (n.5, agosto, 1964, p.2)

Assim, pode-se observar como os editoriais estavam dispostos em "O Julinho". No entanto, ressalto que representam apenas uma ideia, pois, ao longo das edições, há variações nesta disposição. Para ilustrar uma das formas que estes textos estavam dispostos no impresso estudantil, selecionei uma imagem da página inteira em que o editorial está publicado e uma outra imagem destacando apenas o editorial. Desta forma, pode-se ter uma dimensão do espaço que estas narrativas ocupavam em uma página do periódico estudantil.

Nas imagens, por exemplo, percebe-se uma diferença quanto a questão dos títulos dados aos textos. No editorial de março de 1961, o texto, além de

ser identificado como editorial, também tem registrado o título “Nova Gestão, Novo Grêmio”, título que anuncia o assunto que será discutido no editorial. Aliás, cabe chamar atenção para o fato de que este título recebe um destaque muito maior do que a identificação de editorial, disposta logo acima do título. Já na edição de agosto de 1964, o texto do editorial não recebe um título específico a partir da temática que está sendo discutida, mas a identificação de que aquele espaço é ocupado pelo editorial recebe considerável destaque.

Outro ponto a ser analisado se refere a questão da assinatura do editorial. Ambos os textos não estão assinados, e é desta forma que são apresentados a maioria dos textos dos editoriais. Quanto a uma questão espacial, os dois editoriais representados nas imagens, ocupam a parte superior esquerda da página de número dois, o que também é recorrente nas edições estudadas de “O Julinho”.

Seguindo então a avaliação dos editoriais, de acordo com o objetivo da dissertação que é compreender como os estudantes do Colégio Júlio de Castilhos se relacionavam com os assuntos políticos por meio de um impresso estudantil, percebe-se a relevância de alguns temas nesses textos. Criticavam o conservadorismo de gestões anteriores, defendiam a importância das escolas contarem com periódicos estudantis, discutiam questões relacionadas ao movimento estudantil, buscavam estabelecer diálogos com o poder público e com a direção do Colégio, entre outros.

Organizei este momento da narrativa cronologicamente, conforme os textos dos editoriais foram publicados no periódico. Pensei nesta organização para que fosse possível identificar possíveis continuidades dos assuntos trabalhados nos editoriais. Esclarecido este ponto, parte-se para a análise.

No primeiro editorial analisado, de março de 1961, discorreram sobre a história do Grêmio Estudantil do Colégio, e refletiram sobre como os estudantes compreendem o periódico. Além disso, manifestaram divergência em relação à gestão anterior do Grêmio, propondo mudanças que não foram explicitadas no texto. Conforme editorial: “O que a maior parte do estudantado juliano vinha esperando e desejando desde gestões atrás era, sem dúvida, uma reforma no seu Grêmio [...]” (n.1, março, 1961, p.2).

O posicionamento apresentado apenas dá conta de dizer que os estudantes desejavam uma entidade em que o Grêmio representasse “[...] os

verdadeiros interesses dos que o constituem [...] Um Grêmio mais estudantil; enfim: UM GRÊMIO MAIS GRÊMIO” (n.1, março, 1961, p.2).

As críticas às outras gestões seguem; especificamente denuncia-se o conservadorismo daqueles responsáveis pelo Grêmio anteriormente. Porém, não é possível descrever a partir deste editorial qual a definição de conservadorismo, palavra utilizada pelos escreventes.

O que fica bem claro é a compreensão que os responsáveis pelo “O Julinho” apresentam sobre a importância do periódico para o Grêmio estudantil, quando afirmam que o “[...] órgão oficial de um Grêmio Estudantil é sempre o espelho das gestões. O JULINHO, o órgão deste Grêmio, não tem logicamente se afastado dêsse principio” (n.1, março, 1961, p.2).

Compreende-se, por meio deste editorial, que a intenção do Grêmio Estudantil é apresentar para os leitores, através do impresso, o seu papel enquanto órgão representativo dos estudantes. Através de “O Julinho”, as gestões do Grêmio defendem e divulgam suas ideias e suas ações, suas lutas e conquistas. Dessa forma, percebe-se a potência deste órgão pela sua atuação política junto aos estudantes. Potência que reverbera nas páginas do periódico “O Julinho”.

Esta gestão de 1961 estava, como pode-se perceber, se propondo a realizar novas ações, distanciando-se daquilo que consideravam conservador. Neste contexto de mudança, havia uma disposição em modificar o impresso que a partir de então seria um “Novo Jornal” (n.1, março, 1961, pg.2) estudantil que se referiram como “o espelho” do Grêmio. Isso leva a crer que os escreventes de “O Julinho” o compreendiam como um jornal, não como uma revista ou outras definições possíveis de impresso estudantil.

No editorial de Abril de 1961, foi possível aprofundar o conhecimento do periódico e do Grêmio Estudantil. Ao longo do texto, responderam as críticas que receberam ao assumir o Grêmio Estudantil, discutiram os benefícios de se produzir um jornal e condenaram a falta de apoio das direções de escola para a produção de impressos estudantis, defendendo a ideia de que o poder público deveria incentivar a publicação dos mesmos.

Para se defender das críticas recebidas, a gestão atual do grêmio apresentou as ações já realizadas, utilizando o subtítulo “credenciais” dentro do editorial para divulgar as mesmas:

Para os que se mostraram pessimistas ou desdenhosos para com a nova gestão, em seu início, o Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos tem presentemente um feliz argumento: as realizações que vem levando efeito. Realmente: Exposição de Artes, Baile dos Formandos, carteiras quase tôdas entregues, Campanha do Livro Didático, publicação de seu órgão oficial, criação do jornal mural O PADRÃO, verbas conseguidas com os poderes públicos e, mais recentemente, gabinetes médico e dentários, Olimpíada e Baile de Estudantes, afora outros empreendimentos, são razões suficientes para deslocar posições tomadas A PRIORI (n.2, abril, 1961, p.2).

É possível perceber que o Grêmio Estudantil atuava em questões importantes no colégio, isso evidencia sua posição política, por envolver-se com o processo educativo da comunidade juliana. Assim, promovia campanha do livro didático, estabelecia diálogos com o poder público, buscando recursos para a realização de suas atividades. Além disso, oferecia serviços aos estudantes como o atendimento de médicos e dentistas, oportunizava atividades culturais e de lazer. Preocupava-se em atender aos direitos dos estudantes do colégio ao encaminhar carteiras estudantis, fato enaltecido em vários editoriais.

Pela leitura, observa-se que “O Julinho” circulava em outras instituições educacionais, aspecto importante por evidenciar que o impresso não se restringia aos leitores do colégio e também por demonstrar as relações que o Grêmio estabelecia com estudantes de outras escolas. Essa questão aparece no texto em que os editores celebram o sucesso obtido com a primeira edição de sua gestão, ressaltando “a receptividade alcançada nos meios estudantis deste e de outros colégios” (n.2, abril, 1961, p.2).

Na continuidade do editorial, tendo o subtítulo *O Estudante e o Jornal*, os escreventes se posicionam quanto à importância da produção de um impresso estudantil. Ao ressaltarem o valor de um periódico feito por estudantes, aproveitam para denunciar a falta de incentivo de diretores de colégios para a produção dos mesmos:

O que normalmente se nota, mormente nos estabelecimentos de ensino do interior é a completa desatenção dos srs. Diretores para com êsse aspecto às vezes decisivo da vida estudantil. Não procuram despertar no seio da classe, nem sequer no estudantado mais inclinado à política estudantil (no caso os que pertencem à diretorias de grêmios), o interesse e o entusiasmo por tal espécie de atividade. (n.2, abril, 1961, p.2).



O tom de denúncia do editorial reforça o descomprometimento dos diretores de escola com relação aos estudantes, por não incentivarem nem mesmo a produção de periódicos entre aqueles já “inclinados à política estudantil”.

O editorial de Setembro de 1961 discute a relação do Grêmio do Julinho com o movimento estudantil internacional, nacional e regional. Além desta discussão, o espaço do editorial também é reservado para promover o candidato da atual gestão para as próximas eleições do Grêmio Estudantil.

O editorial relata que o Grêmio Estudantil havia recebido as “Resoluções do VI Congresso da União Internacional de Estudantes”. Tal congresso foi realizado em Bagda, ainda no ano de 1960. Quanto à relação com o movimento estudantil nacional, o editorial informa que a União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES) elegeu seu novo presidente no Congresso realizado em julho último. O texto diz que “O Estado se fez representar pela Máter (UGES) no conclave em que JARBAS SANTANA foi, em eleição, o mais sufragado para a gestão que se inicia. Bom? Mau? Mais ou Menos? Esperar para ver; ver para crer” (n.3, setembro, 1961, p.2).

Nota-se que o Grêmio Estudantil do Júlio de Castilhos estabelecia um relacionamento com as diversas instâncias do movimento estudantil. O G.E.J.C. não estava apenas atento ao contexto do seu colégio, mas também se relacionava de uma forma global com o movimento estudantil. A atuação deste Grêmio, que se apresenta nas páginas deste impresso como um órgão estudantil posicionado e atuante, é ainda mais perceptível no contexto estadual.

Sobre esta questão, o editorial apresenta um relato referente ao congresso da UGES e as eleições realizadas no mesmo:

A êste, o da nossa UGES, o Júlio de Castilhos compareceu atuando e de certo modo “acontecendo”. Muito movimento, muita atenção de parte da imprensa e das autoridades do poder público. Muita confraternização e intensa atividade idealística. Resultado do pleito? O que mais se poderia apreciar: a eleição de **Aluízio Paraguassú Ferreira**<sup>36</sup>, que recebe aqui os cumprimentos de “O Julinho”, em nome no Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, de que é órgão oficial. Reafirmação da “dinastia para o progresso” iniciada com Selmae e

---

<sup>36</sup> O grifo é feito pelos próprios escreventes.

consolidada com Luiz Adão, Mardini e Faccioni [...] (n.3, setembro, 1961, p.2).

A narrativa evidencia que o Grêmio era atuante e que *fazia acontecer*. Outras questões merecem destaque, como a descrição de que a imprensa e as autoridades públicas estavam atentas às ações do movimento estudantil estadual. Só não se esclarece qual a imprensa e nem quais as autoridades públicas. O contexto político do país muito provavelmente promovia este certo controle sobre o que os estudantes faziam.

No editorial, comemora-se o resultado do pleito eleitoral para a UGES. Fica, no entanto, uma pergunta intrigante: como entender a expressão “dinastia para o progresso” em relação às eleições? Qual a ideia de progresso? Que dinastia é esta? São questões que ficam.

Na continuidade, o trecho intitulado “Nosso Candidato”, constitui-se em um espaço de propaganda política interna, buscando manter o Grêmio Estudantil nas mãos de uma mesma gestão:

Já neste número de “O Julinho”, a respeito do que foi feito a caráter interno no colégio, fica apresentado o candidato da administração Paulo Luiz da Silva para a representação dos julianos na gestão vindoura. A escolha recai sobre o nome do atual Secretário-Geral, colega **Airton Sérgio Guimarães Barnasque**<sup>37</sup>, estudante portador de vasta bagagem de atuação e liderança na política estudantil secundarista. Em nome do que se realizou e se realiza ainda no decorrer do mandato Paulo Luiz da Silva, em nome do que nosso trabalho possa ter representado – é este nosso candidato: **Airton Sérgio Guimarães Barnasque** (n.3, setembro, 1961, p.2).

Percebe-se que o editorial é utilizado como uma espécie de *palanque político* para a promoção do candidato da gestão atual. Entende-se que essa prática pode produzir uma vantagem do candidato da situação perante o outro candidato, ficando o primeiro mais visível para os leitores. Entretanto, convém ressaltar que no restante de suas páginas, o periódico abria espaço para a publicação de reportagens que abordavam as propostas de ambos candidatos de forma equivalente.

O editorial de Setembro de 1962 apresenta um pouco da história do Colégio Júlio de Castilhos e do Grêmio Estudantil. Na presente edição, o colégio completava 62 anos e o Grêmio estudantil 19 anos. Há uma

---

<sup>37</sup> O grifo é feito pelos próprios escreventes.

preocupação evidente para que essas memórias não fossem esquecidas. O Grêmio Estudantil se posiciona no sentido de contribuir com a história da instituição e do movimento estudantil. E de forma empolgada se inicia o editorial desta edição especial:

Por esta Edição especial de “O Julinho”, porta-voz da grande família juliana, o Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos quer homenagear o Colégio-Padrão do Rio Grande do Sul, por cujos bancos escolares já passaram homens que mudaram, depois de ali adquirirem as bases, o aspecto brasileiro nos mais diferentes ambientes. E o faz por intermédio de “O Julinho”, rompendo seus réconds e estabelecendo novas marcas que, em seus dezesseis anos de existência, jamais foram alcançadas (n.4 e n.5, setembro, 1962, p.16).

Este primeiro parágrafo oferece indícios sobre o que aqueles escreventes pensavam acerca da história de seu colégio, de seu Grêmio Estudantil. Para eles, “O Julinho” era o “porta-voz da família juliana”. A questão é se este órgão seria capaz de representar toda a comunidade educativa passada e atual do Colégio Júlio de Castilhos? Possivelmente não.

O editorial destaca a importância da formação proporcionada no “Julinho”, pois, segundo o texto, é nesta instituição que “passaram homens que mudaram” a sociedade brasileira. Após esta colocação, é importante ressaltar que, mesmo não sendo a questão de gênero foco deste trabalho, observa-se que as mulheres não estão representadas nos discursos produzidos pelos editoriais.

No editorial de Abril de 1963, observa-se que as questões políticas educacionais locais se apresentam como pauta de discussão, desdobradas em diferentes assuntos. Assim, se critica o sistema de avaliações aplicado pela escola, questiona-se o trabalho da direção da escola, manifestando uma preocupação com estudantes. Ainda, apresenta-se uma reflexão sobre a importância da imprensa estudantil no contexto pela qual estava passando o país.

Chama atenção que, ao trazerem à tona o tema da avaliação escolar, os estudantes atacavam diretamente o modo de avaliar de alguns docentes. De acordo com o editorial, “Iniciaram as sabatinas e, ao que parece, continua a velha mentalidade – incoerência nesta altura – de alguns professores” (n.1, abril, 1963, p.2). Deixam claro seu pensamento sobre as avaliações e a postura

dos professores, escrevendo de forma questionadora. O conservadorismo, anteriormente citado como uma marca de gestões passadas, aqui se faz presente. Esta gestão, ao que parece, estava comprometida com uma outra concepção de escola, e nisso estava incluída uma revisão no processo de avaliação até então praticado. Os estudantes condenam o uso de uma única sabatina, mas os professores resistem e afirmam que para avaliar basta um único instrumento de avaliação.

O editorial de Maio de 1963 tem no poder público estadual seu interlocutor, seja para expor o que o colégio havia conquistado, seja para fazer agradecimentos, ou realizar cobranças. É neste mesmo editorial que os estudantes apresentam sua indignação com as problemáticas relacionadas com a iluminação do colégio, e expressam seu descontentamento com o poder público estadual. Nas palavras do editorial: “Não causará surpresa se julianos do noturno começarem a trazer velas para o Colégio. Nem é bom pensar... Vão dizer que é “movimento subversivo”; “agitação comunista”, etc.” (n.2, maio, 1963, p.2).

Interessante observar que no meio desta cobrança ao poder público por melhores condições estruturais, aparece a ideia de comunismo, evidenciando o contexto político internacional vigente. Ao utilizar as expressões “movimento subversivo” e “agitação comunista”, os escreventes se apropriam de noções importantes daquele momento histórico. Por que trazem esta ideia de “ato subversivo”? Isso, de certa forma, representa a leitura que estavam fazendo do momento histórico.

Chega-se ao editorial de Junho de 1963 e as críticas ao Secretário de Obras Públicas do Estado, Eng. João Magalhães Filho, quando às questões de iluminação do colégio tornam-se mais ferrenhas. Outro assunto é a cobrança do custeio da publicação de “O Julinho” feita ao Governador Ildo Menegheti. O texto diz: “O que houve, Governador? Aguardamos o Decreto concedendo o auxílio” (n.3, junho, 1963 p.2). As frases indicam uma relação, que se pode dizer, direta dos estudantes com o poder público, em que o intermediário era o periódico estudantil. Como a verba para “O Julinho” não havia sido entregue, a cobrança veio pelas páginas do próprio jornal.

No mesmo editorial, comemora-se o recorde da distribuição do periódico em outros colégios e isso reforça o poder de circulação do mesmo, atingindo

outros leitores, para além dos julianos. Também evidencia a busca do Grêmio Estudantil em tornar cada vez maior o seu impresso estudantil:

Com esta edição – tiragem de 6.000 exemplares – a Secretaria de Imprensa atinge sua segunda meta: penetração de “O Julinho” em outros estabelecimentos de ensino, além de fornecer um jornal para cada juliano. E este jornal que você tem nas mãos agora é mais um record alcançado pela gestão Jesiel/Magadan. A tiragem desta Edição é a maior que temos notícia em 17 anos de vida de “O Julinho” (n.3, junho, 1963 p.2).

Como já dito anteriormente, os editoriais poderiam servir como *palanque político* no que diz respeito às disputas para o comando do Grêmio Estudantil. Nos textos dos editoriais, as diretorias do Grêmio Estudantil promoviam sua atuação como representantes dos estudantes do colégio. As narrativas enaltecem os aspectos positivos das ações realizadas pelas gestões vigentes, como o fato da crescente circulação de “O Julinho” em outros estabelecimentos. Claro, falar positivamente de sua própria gestão não me causa estranhamento. Porém, em alguma perspectiva, pode-se dizer que este tipo de texto tem função eleitoreira, revelando uma ação política das diretorias do Grêmio nos editoriais, uma forma de realizar uma campanha eleitoral permanente que favorecia a situação.

É neste mesmo editorial de Junho de 1963 que se registra um aspecto relevante para se pensar e compreender o processo de produção das narrativas publicadas em “O Julinho”. Quando se discute qualquer produção de jovens estudantes em uma instituição educacional, é pertinente questionar-se sobre as possíveis interferências de adultos no processo produtivo, principalmente quanto à interferência daqueles que atuam mais diretamente com os estudantes, ou seja, os professores. Neste editorial, o relato é muito pontual:

Em que pese nossos esforços, têm sido publicado matérias cheias de erros de Português. O prof. Édison de Oliveira, convidado por nós para revisar ortograficamente a matéria, não pôde ainda desempenhar amplamente a sua função (n.3, junho, 1963 p.2).

O texto aborda um ponto específico quanto a relação desses escreventes com o corpo docente. Através deste relato não é possível ter uma noção profunda do envolvimento de professores com “O Julinho”, porém

permite elaborar algumas ideias referentes ao assunto. Segundo a escrita publicada, o professor foi convidado pelo Grêmio Estudantil para realizar a correção ortográfica, sugerindo que a sua possível interferência nas narrativas seria apenas quanto às questões ortográficas. Também fica sugerido que a participação do professor não seria uma imposição, pois, segundo o texto, o mesmo havia sido convidado e inclusive não estava conseguindo dar conta de sua tarefa. Não se sabe dos bastidores, de como se chegou na ideia de realizar os convites. Assim, como não se sabe se ao realizar a tarefa de correção ortográfica, alguns pontos aqui e ali referentes ao conteúdo dos textos também não seriam modificados. Portanto, neste momento, não é possível realizar afirmações e sim apenas apontar que havia alguma ideia de relacionamento entre Grêmio Estudantil e corpo docente.

Pelo menos podemos inferir que havia uma preocupação com a correção dos textos e, assim, conseqüentemente, a intenção de apresentar aos leitores as publicações sem erros ortográficos. Afinal, um impresso estudantil é formador de leitores e de escritores, se inserindo no colégio como um instrumento de aprendizagem, um recurso pedagógico.

O editorial como espaço de diálogo entre Grêmio Estudantil e o poder público do Estado têm continuidade no ano de 1963. Na edição de agosto/setembro do referido ano, o debate acerca da iluminação do colégio teve continuidade, bem como se anuncia que um auxílio que se esperava do governador do Estado para a publicação de “O Julinho” foi concedida. Além deste diálogo com o poder público, a narrativa do editorial demonstra o relacionamento do Grêmio com a direção do colégio e trata das realizações do órgão estudantil.

Desta vez, o problema da iluminação anteriormente abordado parece ter sido resolvido, sendo então registrado um agradecimento do Grêmio por esta conquista. Um agradecimento tanto ao poder público quanto as ações da direção do próprio Grêmio, em parceria com a direção do colégio.

Mas por que o problema da iluminação teve tanto destaque? Por que se tornou um debate contínuo nos editoriais? Bem, é aceitável dizer que esta questão atingia diretamente grande parte da comunidade escolar, interferindo no cotidiano de estudos e trabalho no colégio. Agora, o destaque deve-se em grande parte à atuação do Grêmio Estudantil que buscou solucionar o

problema através das páginas do periódico, entrando em um embate com o poder público nas linhas dos editoriais. O impresso estudantil “O Julinho” se credencia como um instrumento de atuação política. Em suas páginas se faz a defesa dos direitos estudantis, como o direito de se ter um espaço apropriado e qualificado de ensino.

Creio que, neste embate, o Grêmio pode se considerar vitorioso, pois o problema foi solucionado também via atuação do Grêmio. O impresso estudantil se faz um espaço em que os escreventes anunciam e denunciam as questões relacionadas à sua vida estudantil, manifestando suas ideias, lutas e conquistas. A atuação do G.E.J.C. recebe destaque no jornal, não apenas a do Grêmio, mas a da direção do colégio também: “O problema, que atingia as raias do insuportável, teve solução satisfatória graças aos apelos da Direção do Colégio e da Direção do Grêmio, através de nosso jornal” (n.4, agosto/setembro, 1963, p.4).

Através da discussão referente aos problemas da iluminação do colégio, foi possível perceber, em alguma medida, que na relação estabelecida entre a direção do colégio e a direção do Grêmio Estudantil havia uma parceria, pelo menos no momento de buscar uma solução para um problema que atingia a comunidade escolar.

Novidades são apresentadas no editorial de agosto/setembro de 1963. O executivo do Grêmio Estudantil dá destaque para a realização da primeira Semana Juliana, uma semana organizada pelo órgão estudantil a fim de promover atividades (formativas, recreativas, culturais, etc.) para os estudantes julianos. A Semana Juliana foi promovida juntamente com as ações em comemoração ao 20º aniversário do Grêmio Estudantil. Sobre esta Semana Juliana o texto do editorial destaca:

Sete dias dedicados a comemoração do 20º aniversário da entidade orgulho do Julinho. Eis, em síntese, o que foi a SEMANA JULIANA. E foram comemorações que, embora o falso sentido burguês de que se revestem, traduzem o máximo em politização, quer em intensidade, quer em autenticidade (n.4, agosto/setembro, 1963, p.4).

Dois pontos sobressaem-se neste trecho do editorial: a expressão “falso sentido burguês” e a ideia de politização utilizadas pelos escreventes. A expressão “falso sentido burguês” é mais uma das expressões cifradas

publicadas nos editoriais. Mesmo lendo o texto do editorial citado em sua íntegra, não é possível compreender o que os escreventes buscam dizer com esta expressão. Não se esclarece o que seria para eles o “sentido burguês”, muito menos “falso sentido burguês”. O que fica marcado é a leitura do contexto político que os estudantes estavam fazendo do mundo em que viviam, suas possíveis apropriações de conceitos.

O segundo ponto que sobressaiu no editorial de agosto/setembro de 1963 foi a utilização da ideia de politização no texto. Nas palavras dos escreventes, as comemorações da Semana Juliana “traduzem o máximo em politização”. Retomando que a Semana Juliana tinha como um de seus objetivos promover espaços de formação para os julianos, infere-se que o Grêmio visava incentivar os estudantes do colégio a serem politizados.

Recorrente no espaço dos editoriais são os textos em que o executivo do Grêmio Estudantil realiza uma autopromoção. Inclusive, este já foi um ponto observado anteriormente nesta análise. Porém, como se pode perceber no trecho abaixo, este tipo de texto não é um recurso utilizado pelo Grêmio apenas para se auto elogiar:

A estagnação, a rotina, as “panelinhas” não lograram êxito dentro de nossa esquema de trabalho, como a malícia de grupos oposicionistas sutilmente impingiam à classe juliana. Fatos reais, insofismáveis, atestam a vivência e a honestidade de uma gestão certa e campeã nas mais diversas atividades. Como se isso não bastasse, o atual executivo lançou-se na realização da SEMANA JULIANA, inédito em nosso meio (n.4, agosto/setembro, 1963, p.4).

Além de se elogiar, a diretoria do órgão estudantil aproveita para dar uma *alfinetada* em “grupos oposicionistas”, deixando rastros de que os confrontos entre situação e oposição eram permanentes, e que a última provavelmente se manifesta quanto às ações realizadas pela situação. Porém, não há indicativos de como se davam as manifestações da oposição.

No mês de outubro de 1963, o editorial de “O Julinho” tem como uma de suas pautas a relação do Grêmio Estudantil com a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Outra pauta já é recorrente, o texto visa a promoção do situacionismo no Grêmio. A narrativa valoriza o histórico das gestões situacionistas no Grêmio e propõem uma reflexão quanto a interferência



desta continuidade de gestões no desenvolvimento do periódico estudantil “O Julinho”.

Os textos dos editoriais eram produzidos por sujeitos que viviam em um tempo histórico específico. Portanto, partiam dos contextos em que estavam inseridos, sejam contextos mais amplos como contextos mais específicos como o que se passava no próprio colégio. Este editorial de outubro de 1963 foi produzido seguindo o pensamento que os próprios escreventes deixaram registada no texto: “O assunto do momento no Julinho é a eleição para a Presidência do Grêmio” (n.5, outubro, 1963, p.2).

Neste contexto eleitoral pelo qual passava o Colégio Júlio de Castilhos, os feitos realizados pela atual gestão e o histórico das ações promovidas pelo situacionismo tornaram-se mais uma vez presentes nos escritos dos estudantes. Procurando valorizar as gestões do situacionismo, escrevem sobre as conquistas da Secretaria de Imprensa referentes ao próprio impresso estudantil:

[...] a ocasião é oportuna para relembrarmos alguns detalhes à respeito do situacionismo juliano. [...] Há três anos atrás, “O Julinho” saía de vez em quando, ou então nem isso acontecia. Com o início do situacionismo, a primeira providência foi a regularização das edições, o que vem sendo cumprido até hoje. Na gestão passada, este jornal passou por várias modificações. Procurava o situacionismo trazer aos julianos um jornal à altura de sua classe. Naquêle mesmo ano, tivemos uma Edição Histórica: com 28 páginas e 2.000 exemplares. Foi a maior Edição até aquela data alcançada por este jornal (n.5, outubro, 1963, p.2).

“O Julinho” é percebido pelos escreventes como uma das boas realizações do situacionismo. Eis um indício do valor que o periódico estudantil tinha para o próprio Grêmio e para o restante dos estudantes julianos. Ao relatarem o processo de crescimento do impresso estudantil, abordando a regularização das edições, as modificações sofridas e a publicação de uma edição histórica com a maior tiragem até aquele momento, fazem das realizações de “O Julinho” justificativas para que se mantenha o situacionismo a frente do Grêmio.

A valorização de “O Julinho” por aqueles que defendem o situacionismo pode ainda ser melhor compreendida através de mais um trecho do editorial de 1963:

Prosseguiu o situacionismo e a experiência de dois anos garantiu-lhe o padrão atual que caracteriza “O Julinho”. O primeiro prêmio alcançado no I Concurso de Jornais Estudantis, deu a “O Julinho” o título de “O MELHOR JORNAL DE GRÊMIOS ESTUDANTIS DO ESTADO”. Agora, resta mantermos em nosso poder este título ora alcançado. E fazer-se um jornal como este – lido em média por 10.000 pessoas por edição – deixou de ser tarefa para improvisadores. Este ano, além de mantermos regular a saída do jornal, tivemos uma tiragem média de 4.000 exemplares. Mais. Em cada edição, entregamos um jornal para cada juliano (n.5, outubro, 1963, p.2).

Com esta conquista de “O Julinho”, considerado o melhor jornal dos Grêmios Estudantis do Estado no ano de 1963, é possível dizer que este impresso é, pelo menos, uma das referências de periódico entre o movimento estudantil do Rio Grande do Sul.<sup>38</sup> Os números apresentados no trecho do editorial citado acima sinalizam que a relevância atribuída para o jornal tem algum embasamento.

O editorial de outubro de 1963 deixou alguns outros rastros além daqueles que indicaram caminhos para uma análise de “O Julinho”, para a história do colégio, do Grêmio e do próprio impresso. Estes outros vestígios direcionaram o olhar investigador de forma momentânea para a história da imprensa estudantil do Estado, ou melhor, uma perspectiva desta história.

Se “O Julinho” foi premiado no “I Concurso de Jornais Estudantis”, pode-se pensar que esses impressos estavam tendo alguma valorização no meio estudantil. A promoção de um concurso sugere esta ideia de valorização, não apenas de “O Julinho”, mas dos periódicos como uma produção de estudantes, de Grêmios Estudantis.

A organização de um concurso de impressos estudantis ainda indica que “O Julinho” não estava sozinho na representação da imprensa estudantil do Rio Grande do Sul. Talvez com tamanha visibilidade que “O Julinho” estava tendo neste momento de sua história, os escreventes possam ter se empolgado, pois afirmaram que “um jornal quinzenal é a próxima etapa de “O Julinho”. Isto, é natural, se se mantiver o ritmo administrativo atual” (n.5, outubro, 1963, p.2). Esta empolgação pode também estar relacionada com a dimensão da

---

<sup>38</sup> Não consta no editorial informações referentes a quem ou que instituição organizou este concurso, nem mesmo consta os outros impressos estudantis premiados, muito menos uma lista dos periódicos participantes.

instituição de ensino na sociedade rio-grandense, *colégio padrão*, sendo um elemento que possivelmente contribuiu para o sucesso do periódico.

O editorial de novembro de 1963 apresenta aos leitores de “O Julinho” posicionamentos políticos do Grêmio Estudantil, os escreventes se dizem cristãos não alinhados nem com o capitalismo, nem com o marxismo. Sendo o Grêmio posicionado politicamente, este tece críticas ao governo federal através da narrativa deste editorial, além de se manifestar seu desagrado pela saída do Ministro da Educação Paulo de Tarso.

O editorial é marcante desde suas primeiras palavras, reforçam-se posições sobre a função de “O Julinho” como órgão oficial do G.E.J.C., afirmando que ao periódico cabe: “[...] esclarecer os julianos a respeito de tudo aquilo que se passa em nosso estabelecimento, [...] cabe levar ao seu conhecimento as atividades e posições do executivo de nossa entidade” (n.1, novembro, 1963, p.2). Esta é uma ideia que reforça a importância do editorial como um espaço de comunicação entre a diretoria do Grêmio Estudantil e os estudantes do colégio. Era por via dos editoriais que o executivo do Grêmio esclarecia seus posicionamentos referentes às atividades estudantis e seus desdobramentos, acerca do que ocorria politicamente nos diversos âmbitos da sociedade.

Neste editorial de novembro de 1963, foi possível perceber de forma mais explícita a relação dos conteúdos dos discursos publicados nos editoriais com o momento histórico pelo qual passava o país e o mundo. No Brasil, um golpe civil militar aos poucos ia se configurando. No contexto histórico mundial, o mundo encontrava-se bi polarizado por ideologias político-econômicas. A partir deste contexto, os escreventes afirmavam estar passando por um momento em que precisavam elucidar seu posicionamento, visto que as bases políticas estavam optando “[...] entre a contradição e a verdade histórica em si” (n.1, novembro, 1963, p.2).

Mas, afinal, o que seria para estes escreventes a definição de “contradição” e de “verdade histórica”? Como afirmar o que é a verdade histórica? Onde estaria a dita contradição? Os escreventes afirmam que “a contradição existente está em combater uma coisa abstrata e teórica com o único objetivo de conservar as estruturas capitalistas de privilégios, porque

ambas as filosofias não conhecem os valores reais do homem e não o atingem em massa” (n.1, novembro, 1963, p.2).

Os estudantes estão se referindo ao capitalismo e ao marxismo como “filosofias”, discursos dominantes, defensoras de ideias que estavam distantes daquilo que compreendem como “valores reais do homem”, valores estes que os escreventes demonstram valorizar, mas que deixam como uma ideia cifrada no texto. Seria contraditório então para os julianos, combater o marxismo através do ideário capitalista, pois este estaria preocupado em conservar as estruturas de privilégios e não em apresentar “valores reais do homem” para a humanidade. Ao que parece, a contradição estava em combater uma “filosofia” que para os escreventes não apresenta os “valores reais do homem”, através de outra “filosofia” também não os apresentava. A contradição para os escreventes estava em combater as ideias marxistas através das ideias capitalistas.

Falta ainda entender o que os escreventes buscavam dizer através da expressão “verdade histórica”. O que seria para eles esta verdade? Com a palavra, novamente os jovens que produziram os textos:

A verdade é encontrada nos anais da história. Foi provada e muito bem explicitada há milhares de anos atrás, mas deturpada vergonhosamente pela classe opressora, formada por aqueles que são apegados somente às coisas da matéria, ficando a outra dimensão do humano esquecida pela mentalidade irracional dos burgueses. A verdade consiste no reconhecimento da filiação de Deus [...] (n.1, novembro, 1963, p.2).

Sem querer escapar do foco da pesquisa, é necessário reconhecer que a afirmação de que se é possível encontrar “a verdade nos anais da história” é, no mínimo, forte. Para os escreventes, existe uma história “provada”. Portanto, para estes estudantes julianos a história não apresentaria perspectivas diversas para a análise de documentos históricos por exemplo. A história seria capaz de apresentar a verdade sobre os acontecimentos<sup>39</sup>.

A leitura de mundo que fazem estes jovens está presente neste editorial de novembro de 1963. Se a “verdade histórica” a qual se referem na narrativa

---

<sup>39</sup> Esta investigação não tem por objetivo dar conta dessas questões, porém são ideias instigantes. Questiono-me qual o grau de influência da formação escolar para a construção deste pensamento dos estudantes. Mais especificamente qual o grau de interferência das aulas de história na construção destes pensamentos dos escreventes quanto ao fazer da história.

teria sido então deturpada por uma “classe opressora” preocupada com as coisas da matéria, cabe mais uma pergunta: quem compunha esta classe opressora a qual se referem os julianos? Questões cifradas que não são novidades nestes editoriais.

Os estudantes apresentam uma preocupação com a dimensão do humano e tecem críticas a uma mentalidade burguesa, compreendendo tal mentalidade como irracional. A centralidade do pensamento dos escreventes encontra-se no ser humano.

Percebe-se o uso de conceitos pertinentes às discussões políticas da época. Conceitos como o de capitalismo, liberalismo, marxismo, burguesia encontram-se no texto. Porém, não se sabe em que medida se apropriam destes conceitos. Pode-se deduzir que há uma certa influência de doutrinas religiosas na construção de pelo menos alguns posicionamentos dos jovens escreventes, pois viu-se que estes tem apreço pelo pensamento religioso. Basta recordar que no texto consideram que a verdade encontra-se no reconhecimento da filiação de Deus. Estas aproximações das ideias políticas e religiosas dos escreventes provocam uma certa confusão. Através das narrativas não é possível realizar afirmações sobre as vivências religiosas dos escreventes, porém o elemento religioso se faz presente nas discussões políticas. Historicamente a fé por muitas vezes estava relacionada diretamente com as questões políticas, por tanto não me causa tanto estranhamento este fato. Assim, portanto, se posicionam os escreventes:

Concretizando, não optamos entre o Capitalismo puramente materialista e liberal e o Marxismo sentimentalista e também materialista. Desejamos uma sociedade em que o Homem possa ser visto em três planos. Parti-se-á daí, para a realização de seus direitos e deveres (n.1, novembro, 1963, p.2).

O Grêmio Estudantil buscava na religiosidade a afirmação de suas ideias, defendendo a valorização da dimensão do espiritual para que o ser humano fosse um cidadão de direitos e deveres. Os jovens julianos não optam nem pelo capitalismo e nem pelo marxismo por considerarem ambas filosofias materialistas, “filosofias” que, para eles, não se preocupavam com a dimensão do humano.

O Grêmio estudantil demonstrava, através das páginas de “O Julinho”, estar atualizado quanto às discussões do seu tempo, e manifestava suas opiniões perante o contexto político do mundo em que viviam. Seguindo esta linha de pensamento, debatia o papel das entidades estudantis perante o momento histórico pelo qual passava o Brasil. Para os julianos do GEJC, todas entidades dirigidas por estudantes inconformados com a situação do país, deveriam se dedicar “[...] não somente ao cumprimento de suas finalidades específicas, mas também com seus interesses totalmente voltados à libertação de nosso povo, dia a dia, mais oprimido” (n.1, novembro, 1963, p.2).

Expressões cifradas publicadas nos editoriais de “O Julinho” já não são mais novidades, como por exemplo a ideia de “libertação”. Afinal do que o povo precisa ser libertado? O editorial não aponta respostas e sua narrativa ainda conduz a análise à realização de outros questionamentos: quem era o povo para os escreventes? Na ideia dos julianos, eles se incluíam como povo que precisava de libertação? Quem e de que forma estava oprimindo o povo? Alguns indícios para estas respostas são possíveis de ser percebidos através do seguinte trecho do editorial:

É público e notório, que, se estamos numa democracia, esta não pode ser considerada verdadeira. Podemos constatar a triste realidade de nossa gente, cujas tradições democráticas ainda estão por surgir. A massa popular brasileira não tem poder no atual governo. Os eleitores, uma minoria de privilegiados, não constituem o pensamento geral de um povo que sofre (n.1, novembro, 1963, p.2).

Acredito que esta narrativa possa representar a opressão do povo à qual fizeram referência os jovens julianos. O povo vivendo em uma democracia não considerada verdadeira pelos escreventes, em que a “massa popular” não tem poder e que são eleitores apenas uma minoria de privilegiados, é um povo que não têm participação política, é, portanto, um povo oprimido. Talvez seja desta situação de opressão referente à participação política que, para os julianos, o povo precisava ser libertado.

Esta discussão representa o interesse que os escreventes apresentavam pelas questões referentes não somente à sua participação política como estudantes, mas à participação política da população como um todo. É possível inferir alguma ideia sobre a noção de democracia que os

estudantes apresentavam. Talvez não fique definido o que é democracia, mas sabe-se pelo menos no que os escreventes não acreditam ser a democracia. Para eles, não pode se considerar democracia um sistema político que consiste em uma participação política desigual entre a população através de um sistema eleitoral que privilegia uma minoria incapaz de representar “o pensamento geral de um povo que sofre” (n.1, novembro, 1963, p.2).

Então, perante a situação política do país que se desenhava no final no ano de 1963, um momento em que forças políticas de oposição ao governo Jango cada vez mais se articulavam para retirar o presidente do cargo e que a realidade social do país contribuía para com o clima de instabilidade política, o Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos se posiciona, dizendo: “Estamos comprometidos com o povo brasileiro. A direção do teu grêmio, juliano, sempre foi levada pelos princípios cristãos mais autênticos, suas posições sempre foram claras e definidas, face ao momento histórico atual (n.1, novembro, 1963, p.2).

O pensamento político do Grêmio Estudantil, atrelado a ideias cristãs se evidencia. Os estudantes do Grêmio valorizam uma postura humana e cristã. Esta é uma linha de pensamento utilizada pelos escreventes para discutir a saída do ministro da educação Paulo de Tarso<sup>40</sup> de seu cargo:

Paulo de Tarso, indubitavelmente, foi o Ministro dos Estudantes. Representou, no Cenário Nacional, a voz do estudantado brasileiro de todos os níveis, colocando de lado tôdas as discriminações partidárias para ter como bandeira de luta, a União de tôdas as classes populares, visando a superação da atual estrutura (n.1, novembro, 1963, p.2).

Este debate está organizado no editorial sob o subtítulo Paulo de Tarso e representa o envolvimento dos estudantes do Grêmio com questões pertinentes às políticas educacionais em âmbito nacional. É perceptível que os escreventes tinham apreço pelo ministro Paulo de Tarso, pois de referem a ele como o “Ministro dos Estudantes”, o representante da “voz do estudantado brasileiro”.

Ao destacar que Paulo de Tarso colocava de lado as “discriminações partidárias” e levantava a bandeira da luta pela “união de tôdas as classes

---

<sup>40</sup> Paulo de Tarso Santos foi ministro da educação entre junho e outubro de 1963. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/institucional/galeria-de-ministros?id=13496>

populares”, os escreventes indicam que simpatizavam com ações não partidárias e defensoras de classes populares. Posteriormente, criticam a estrutura atual do país, uma estrutura que para eles não favorecia a união das classes populares almejada por Paulo de Tarso, um ministro que conforme a narrativa do editorial, estava ao lado do povo brasileiro, “[...] em busca de uma democracia autêntica que possibilite às classes populares a vivência em um mundo VERDADEIRAMENTE HUMANO E CRISTÃO!” (n.1, novembro, 1963, p.2).

A intenção é não estender-se no assunto referente ao ministro Paulo de Tarso. Porém, conforme a narrativa se desenvolve, é possível melhor compreender seu conteúdo discursivo. Em novembro de 1963, elucidam o que consideravam uma “democracia autêntica”. O que a narrativa não esclarece é o que os escreventes compreendiam por “um mundo verdadeiramente humano e cristão”, não há desdobramentos que esclarecem esta concepção de mundo expressa no editorial. O que tem desdobramentos são as críticas ao governo federal proferidas pelos estudantes:

O nosso governo, credenciado que está por uma atuação demagógica, não poderia comportar em seu ministério, um môço como Paulo de Tarso, que não está comprometido com grupos econômicos, e é autêntico em suas posições de defesa aos privilegiados (n.1, novembro, 1963, p.2).

O descontentamento em relação à “atuação demagógica” dos governos evidencia como estavam compreendendo e avaliando o momento histórico pelo qual o país atravessava. Pode-se ponderar que essas críticas também estão contextualizadas com a saída do Ministro Paulo de Tarso, apoiado pelo jornal. Porém, percebe-se que as críticas tecidas extrapolam a questão da saída do ministro. Quando defendem o Ministro por não estar comprometido com grupos econômicos, é plausível entender-se que, indiretamente, já estavam criticando o governo brasileiro. Tal discussão, quanto ao governo ter ou não suas ações atreladas aos interesses de grupos econômicos, se insere no contexto político da época, o que indica que os estudantes possivelmente estavam atualizados sobre tais debates.

Além de demonstrarem estar atualizados quanto aos debates políticos do tempo histórico em que viviam, os escreventes de “O Julinho” buscavam



manter uma boa comunicação com a comunidade juliana através do impresso estudantil. Tal comunicação, objetivava que o estudantado juliano também se atualizasse quanto as questões políticas do país e do mundo pela leitura do periódico.

Nesta linha de raciocínio, observa-se que nas linhas do editorial de março de 1964, o contexto político que atravessa o país se fez mais presente na narrativa:

Prova de uma visão cada vez maior dos problemas estudantis relacionados com a atual conjuntura, a entidade viu-se na contingência de criar novas secretarias [...]. Nêste caso, encontramos a secretaria de Coordenação Estudantil, destinada a um intercâmbio sempre maior com as entidades de toda a parte e a Secretaria de Relações Sindicais, exigência do atual momento histórico, visando a concretização efetiva da “Aliança – Operário – Camponesa”, tão preconizada pelas forças realmente populares nos nossos dias (n.2, março, 1964, p.2).

Um Golpe Civil Militar no Brasil estava sendo articulado, e os estudantes indicam que a conjuntura do país que permitiria a realização deste golpe, também estava a afetar as questões estudantis. Perante esta situação posta, ao que parece, os estudantes do Grêmio buscaram soluções a partir da leitura que faziam deste momento histórico. O Grêmio Estudantil reorganizou a estrutura de seu executivo, estabelecendo estratégias para melhor atuar como entidade estudantil. A formação da secretaria de Coordenação Estudantil indica uma preocupação do G.E.J.C em se articular com outras entidades estudantis, apontando que o Grêmio possivelmente julgava a articulação entre o movimento estudantil importante naquela conjuntura, unindo forças e trocando informações.

Além de uma maior interlocução com outras entidades estudantis, o Grêmio também buscava se aproximar de outros movimentos sociais através da Secretaria de Relações Sindicais. O propósito era chegar perto de operários e de camponeses, grupos que, naquele contexto, participavam ativamente das discussões políticas de governo, das propostas de mudanças sociais que circulavam, como as reformas de base.

Estas decisões tomadas pelo Grêmio Estudantil referentes à criação das secretarias citadas e seus desdobramentos, sugerem que os estudantes do Julinho se encaminhavam para um posicionamento cada vez mais identificado

das bases populares, acompanhando a tendência do movimento estudantil nacional.

Desse modo, o Grêmio Estudantil demonstrava uma boa compreensão do momento histórico pelo qual passava o país, contexto no qual suas vidas estavam inseridas. O órgão estudantil do Colégio Júlio de Castilhos costumava posicionar-se perante as transformações que iam ocorrendo na sociedade brasileira, expondo seus pensamentos:

Na condição de privilegiados que somos, e dentro de uma visão cristã de mundo, consideramo-nos inconformados com o atual “estado de coisas” vivido pelo povo brasileiro. Aproveitamos a oportunidade para colocarmo-nos à qualquer diálogo, também e com aqueles que, não participam integralmente de nossas ideias, a fim de que tenhamos como finalidade principal a solução para os problemas da classe estudantil e a luta pela emancipação de nosso povo (n.2, março, 1964, p.2).

Os escreventes de “O Julinho” se reconhecem como “privilegiados”, no entanto, não é possível identificar quais são os motivos que os levam a formular esta ideia. Tentando pensar de forma contextualizada com o período histórico em questão, pode-se inferir que se reconheciam como privilegiados pelo fato de estarem estudando em um colégio de referência, ainda mais para a época enquanto muitos jovens não tinham acesso à educação.

O editorial de março de 1964 ainda indica que as leituras de mundo que os escreventes realizavam sofriam influências de ideias cristãs. Lembra-se que a presença destas ideias não é novidade nos discursos dos jovens, pois é um posicionamento recorrente nos editoriais. Os discursos ao longo dos editoriais foram esclarecendo alguns posicionamentos do Grêmio Estudantil, não demonstrando radicalismos nos mesmos. A ideia que apresentavam consistia na união de forças para contribuir na libertação do povo brasileiro. O diálogo estava aberto inclusive para aqueles que não comungavam das mesmas ideias.

O Grêmio Estudantil apresentava-se como entidade compreendida como um espaço de lutas segundo os escreventes que convocavam os julianos, incentivando a ideia de que “[...] todos os nossos colegas façam do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, sua trincheira de lutas (n.2, março, 1964, p.2). Estes escreventes, que representavam o pensamento do executivo do órgão

estudantil, compreendiam o espaço do Grêmio Estudantil como um lugar de lutas, tanto que no editorial de Agosto de 1964 são apresentadas as lutas com as quais o Grêmio Estudantil se envolvia e os valores norteadores destas ações.

O editorial de agosto de 1964 dá indícios de que o Grêmio Estudantil se envolveu em muitas lutas. Os escreventes afirmam que o “[...] Grêmio serviu de palco a inúmeros e importantes movimentos, que a [...] entidade, com o passar do tempo, constituiu-se numa das mais atuantes associações secundaristas do Brasil” (n.6, agosto, 1964, p.2). Porém não há nenhuma informação publicada neste editorial que embase esta afirmação, mesmo assim sabe-se pelo que já foi descrito anteriormente que o Grêmio era um órgão bem atuante.

Algumas das lutas com as quais o Grêmio Estudantil se envolvia podem ser reconhecidas no editorial de agosto de 1964, espaço em que os escreventes apresentam o “[...] grêmio como um marcante esteio de vanguarda na luta por um Brasil mais humano e autenticamente cristão” (n.6, agosto, 1964, p.2). Além de lutar por um Brasil humano e cristão, o G.E.J.C luta “[...] por uma escola brasileira que cumpra, de fato, suas atribuições, tornando-se mais popular, mais justa e menos descupularizada” (n.6, agosto, 1964, p.2).

O Grêmio Estudantil outra vez envolvia-se com questões da política educacional, discutindo o projeto de escola que desejavam, uma escola mais próxima das camadas populares. Cabe lembrar que este editorial já foi escrito dentro do período que a ditadura civil militar já se encontrava instaurada. Porém, não há nenhuma referência a este momento histórico e percebe-se que o discurso do Grêmio diminuiu seu teor de posicionamento político no que se refere às ações governamentais. São as possíveis interferências das ações de uma ditadura civil militar em funcionamento, porém em sua fase inicial ainda não havia demonstrado todo seu potencial repressor e opressor.

O editorial de maio de 1965, publicado em uma edição extra de “O Julinho”, discute especificamente a saída de Gianotti da presidência do Grêmio Estudantil, buscando esclarecer o corrido. Assim inicia-se o editorial:

Na oportunidade em que a vivência política da classe estudantil juliana caracteriza-se por intensa intranquilidade, cuja apoteose foi a demissão do colega Carlos Alberto Gianotti, “O JULINHO” não poderia deixar de estar presente para detalhar com minúcias, aos julianos todos os acontecimentos que envolveram o fato, em edição

extra, num grande esforço para pôr tôda a classe a par do que de verdadeiro e concreto existiu no ingnominoso desenrolar dos fatos (edição extra, maio, 1965, contracapa)

Ao tratar da saída do presidente do Grêmio, o editorial também apresenta sinais do momento político vivenciado pelos movimentos estudantis. Os escreventes caracterizam o que vivem como um momento de intranquilidade. Talvez este contexto intranquilo esteja relacionado com a “demissão” de Gianotti. O que não se esclarece é o termo “demissão” utilizado pelos escreventes para tratar da saída do presidente, esta é mais uma ideia cifrada.

No editorial, anunciam que iriam tratar do assunto referente à saída de Gianotti com minúcias, apresentando assim todos acontecimentos, e expondo o que de verdadeiro e concreto ocorreu. Objetivo que hoje compreendemos como irrealizável, mas que no momento desta investigação ajudam a entender como eles entendiam as funções que poderiam cumprir as narrativas que produziam. Observa-se então parte desta narrativa:

O que pretendo aqui é mostrar de como se usou da autoridade de um regimento interno de completo, quase, desconhecido e da boa vontade, certamente, da Direção do Estabelecimento, para alcançar excusos fins de exclusivo teor político. A queda de Gianotti, forçada, deixa por incompleto um longo caminho de realizações, de grandes realizações (edição extra, maio, 1965, contracapa).

Primeiramente, é possível reconhecer que os escreventes julgam ser a saída de Gianotti uma questão de teor político, porém há ainda muitos elementos cifrados que impedem uma maior compreensão do processo desta saída. Somente pelo editorial não é possível ter clareza a qual regimento interno estão se referindo os escreventes. Não fica elucidado também se a boa vontade da direção do colégio foi usada por outros para enganar a própria direção, ou se esta colaborou de boa vontade para a saída de Gianotti. O texto me parece confuso.

Apesar desta dubiedade de compreensões, alguns pontos são claros, como a importância dada aos editoriais como meio de comunicação do Grêmio Estudantil com o estudantado juliano:

Estamos certos de que os julianos, ao par, agora, por êste número extra de “O JULINHO” de tudo o que houve verão que mesmo ao deixar o Grêmio, Gianotti foi suficientemente grande para garantir, na primeira oportunidade, a confirmação da política situacionista, por parte dos julianos. Com êste número extra, a equipe de “O JULINHO” sente que cumpriu seu dever, o de esclarecer e denunciar, os fatos e os elementos que os provocaram (edição extra, maio, 1965, contracapa).

Através deste trecho do editorial, percebe-se que os escreventes acreditavam que seria possível falar de tudo o que ocorreu no caso Gianotti nas páginas do impresso, crença que denuncia uma visão que pensa no texto como um tradutor da realidade. Uma visão, portanto, equivocada neste momento. Os escreventes afirmam que “O Julinho” cumpriu seu dever, compreendendo como dever de um impresso o esclarecimento e a denúncia de fatos.

Os últimos editoriais apresentam uma variação em sua postura, publicando ora narrativas mais incisivas quanto às discussões políticas governamentais e estudantis e, ora textos mais amenos, porém não vazios em discussões pertinentes às suas vivências estudantis.

Em agosto de 1965, o próprio impresso volta a ser pauta, e, assim, mais uma vez valorizado no processo de formação dos estudantes do colégio. Nas palavras dos escreventes, “O Julinho” poderia ser considerado o “Espelho de uma geração” (edição extra, maio, 1965, contracapa).

A grande novidade deste editorial é o uso do conceito de juventude pelos escreventes para se referirem aos estudantes do Colégio, para definirem sua geração, a si mesmos. Discute-se a categoria juventude nesta investigação por se compreender que os escreventes de “O Julinho” eram jovens. No início dos anos 1960, os escreventes ainda referiam-se aos estudantes como integrantes de uma mocidade, porém a própria leitura que faziam de si, de seu grupo social foi se modificando com as transformações dos tempos que viviam. Na narrativa do editorial, relacionam os posicionamentos que tomam como as características apresentadas pela juventude:

As posições que aqui vão [...] traduzem uma juventude itinerante na responsabilidade de sua própria formação, na aceitação do pluralismo, na abertura à vários campos, na riqueza de perspectivas novas de um espírito crítico e construtor na superação de suas próprias falhas (n.4, agosto, 1965, p.2)

Através da narrativa, se compreende que a juventude a que os julianos se referem tem criticidade, aceita o pluralismo e está aberta a campos diversos de discussão e de vivência. Estas mesmas características da juventude estariam, então, influenciando de alguma maneira os posicionamentos dos julianos em suas narrativas.

Em setembro de 1966, o editorial de “O Julinho” destina-se a apresentação de novas diretrizes para o Grêmio Estudantil, destacando críticas às gestões anteriores. Continuam as ideias sociais cristãs. No início, o editorial apresenta a intenção do atual executivo do órgão estudantil:

Assumindo uma linha de ação essencialmente realista, inspirada pelo cristianismo social, e, por conseguinte, movida por uma dinâmica consciência social, o GEJC transforma-se, a partir deste ano, pelo espírito de representatividade de suas lideranças, em autêntico promotor de novas e renovadas diretrizes [...] (n.4, setembro, 1966, p.4)

A definição de “cristianismo social” passa a compor a lista de questões cifradas. Tal expressão é outra novidade nas linhas dos editoriais, porém a ideia cristã não é uma novidade, pois os escreventes já manifestaram suas posições religiosas em outras escritas.

O Grêmio estudantil propõe-se a realizar uma renovação na própria entidade e para isso, apresenta 15<sup>41</sup> diretrizes norteadoras para o trabalho a

---

<sup>41</sup> 1) Defesa intransigente dos interesses da classe [...]. 2) Gremialismo solidário estruturado em bases de ação comunitários [...] na promoção do bem comum. 3) Honestidade e responsabilidade com as coisas do Grêmio: restaurante, identidades estudantis, [...]. 4) Criação de entidades autônomas, exigidas pelas necessidades sócio-culturais dos julianos: Cineclube, centro de estudos [...]. 5) Política voltada para a promoção humana e social do estudante, propugnando por melhores condições de ensino e pela participação do estudante nos problemas nacionais. 6) Difusão de uma mensagem política, social e cultural inspirada em princípios de democracia e humanismo, tendo em vista situar o estudante na realidade brasileira e sugerindo bases para a sua atuação face à grande arrancada humana para o desenvolvimento. 7) Preocupação especial com todos os problemas da cultura abrindo perspectivas novas para a melhor compreensão dos problemas levantados, através de cursos e palestras sobre cinema, teatro, jornalismo, palestra sobre educação sexual, conferências, etc. 8) Participação ativa em todos os problemas estudantis de caráter nacional: reforma educacional, defesa da liberdade de expressão. 9) presença em todos os Congressos estudantis realizados no Estado (UMESPA, UGES, UBES) e lançamento de novas estruturas de gremialismo. 10) Consciencialização dos problemas nacionais: analfabetismo, fome, miséria, falta de moradia, estrutura social ultrapassada etc. 11) Atuação enérgica para a manutenção dos princípios de divisão e harmonia entre os quatro poderes do Grêmio Estudantil. 12) Defesa da autonomia do Grêmio e diplomacia no trato com as autoridades da escola. 13) Dedicção e carinho para os funcionários [...]. 14) Esforço para a integração juliana:

ser desenvolvido. As primeiras anunciam a função que um Grêmio Estudantil tem de defender os interesses dos estudantes, promovendo ações solidárias para a construção de uma sociedade do bem comum.

Em um segundo momento, as diretrizes abordam as propostas da gestão para tratar de questões políticas governamentais, evidenciando o quanto procurava envolver outros estudantes, fomentando seu interesse pelas questões nacionais daquele contexto. Assim, promover a conscientização dos estudantes quanto aos temas de interesse nacional parecia ser função de “O Julinho”.

As diretrizes ainda revelam o envolvimento do Grêmio com outras instâncias do movimento estudantil, reforçando uma ideia já apresentada nas páginas de “O Julinho”. A preocupação em envolver os estudantes diretamente com políticas estudantis se insere nas ações realizadas pelo Grêmio Estudantil a fim de promover a politização dos estudantes e o envolvimento destes com as reformas políticas e educacionais.

Através do estudo desses editoriais, percebe-se que havia um interesse estudantil na produção do periódico estudantil que era considerado pelos escreventes um importante instrumento para a formação dos estudantes. Uma atividade significativa, porém longe de ser algo simples. De acordo com o editorial de abril de 1961, “[...] editar um órgão estudantil é uma luta cruciante. Necessário se faz aos empreendedores um enorme acervo de persistência e tenacidade” (n.2, abril, 1961, p.2).

Os escreventes de “O Julinho” investiram na produção do jornal. Investiram tempo, trabalho, estudo. É perceptível nas narrativas desses editoriais que o impresso estudantil era para os escreventes do Grêmio Estudantil uma ferramenta de comunicação direta com os colegas julianos. Era através de “O Julinho” que o Grêmio apresentava suas propostas, suas realizações e convidava o estudante juliano a participar das ações e atividades do órgão estudantil.

---

Festa dos Novos, festivais, excursões, bailes etc. 15) Diálogo e abertura: Grêmio aberto para toda sugestão. (n.4, setembro, 1966, p.4)

Era através do periódico que o Grêmio objetivava manter o estudantado juliano bem informado quanto as questões políticas do país, afim de que a comunidade juliana fosse uma comunidade atuante e politizada.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível afirmar que se chegou ao final desta investigação. Ela ainda está aberta, pois muitas provocações e possibilidades de estudo se colocam como caminhos ainda a ser percorridos. Desde o início deste trabalho, me senti desafiado. Seja pelo fato de trabalhar com aportes teóricos e objetos ainda desconhecidos, seja pelas mudanças de rumo que a pesquisa foi tomando conforme o tempo passava e o objeto de estudo se ampliava perante o pesquisador. Fato é que uma parte do processo aqui se encerra, na certeza de que a fonte de estudo ainda está repleta de possibilidades.

Através do trabalho inicial com a materialidade do periódico estudantil “O Julinho”, foi possível perceber o grande leque de possibilidades de pesquisa que esta fonte oferecia. Um objeto que ainda tem muito a contribuir para com a História da Educação, para com os estudos da imprensa estudantil.

Dentre tantas possibilidades, esta pesquisa buscou compreender como se relacionavam os jovens escreventes do periódico estudantil “O Julinho” produzido nos anos 1960 com as questões políticas de sua época, procurando perceber suas posições quanto às políticas de governo, tanto no âmbito federal e regional, não deixando de fora as ações especificamente relacionadas às políticas educacionais.

“O Julinho” foi produzido no Colégio Júlio de Castilhos pelo Grêmio Estudantil da instituição e através dos estudos realizados a partir desse impresso foi possível compreender melhor algumas participações políticas dos estudantes no cotidiano escolar, analisar como se colocavam politicamente na sociedade em que viviam, quais os discursos que os afetavam e quais os discursos que produziam, pensar nos posicionamentos destes jovens escreventes frente às instituições governamentais com as quais estabeleciam contato e a instituição educacional em que estudavam.

A operação historiográfica que realizei teve por base teórica os aportes do campo da História Cultural, dos domínios da História da Educação e seus encontros com a História da Cultura Escrita. A noção de representação e a ampliação dos objetos de pesquisa promovidos pela História Cultural são bases deste trabalho, que, em uma ação interdisciplinar, passou além de

ampliar os objetos de estudos também a valorizar sujeitos antes esquecidos anteriormente.

É nesta perspectiva que se discutiu a categoria juventude. Com esta discussão, correu-se o risco de um certo anacronismo quanto ao uso do conceito juventude, pensou-se em algum determinado momento que tratar da categoria juventude provocaria um deslocamento no trabalho. Porém, mesmo que a compreensão de juventude, juventudes, dos tempos atuais não seja a mesma compreensão que se tinha na década de 1960, foi possível estabelecer uma relação entre as compreensões e assim perceber questões identitárias desta categoria.

A pesquisa não *deu voz* aos estudantes, o que se fez foi, através da análise de suas narrativas escritas no periódico estudantil, apresentar alguns posicionamentos políticos destes jovens perante o contexto político no qual estavam vivendo. Realizei uma leitura possível de “O Julinho”.

Os rastros deixados pelos julianos permitiram concluir que os mesmos se indagavam constantemente sobre a conjuntura política do país e do mundo. Discutem questões da política nacional e internacional.

Em seus posicionamentos políticos, os estudantes deixaram pistas de que eram defensores da legalidade, defendiam a Constituição Federal, a legislação vigente. Não apresentavam defesa de um partido político ou de algum político específico. Nas narrativas, foi possível perceber que defendiam concepções políticas que acreditavam, e realizavam proposições para as ações políticas do país. Eram essencialmente defensores de ideias, não de instituições ou de estruturas.

A religiosidade não está de fora das análises políticas, aliás os estudantes dão indícios que prezam os valores cristãos, atribuindo suas ideias a um posicionamento social-cristão e buscando se distanciar de qualquer outra classificação como comunista, burguês, reacionário. Não queriam ter suas ideias relacionadas nem à direita e nem à esquerda. Ainda foi possível concluir que valorizavam pensamentos progressistas, patriotas, nacionalistas.

Os escreventes discutiam, por exemplo, as Reformas de Base, a Reforma Agrária, não apenas com o olhar do momento, mas com reflexões que *puxavam* a história política do país. Os julianos demonstravam a intenção de

serem atuantes na sociedade, em um exercício de cidadania, acreditavam que a participação política era mais que um direito de todos, era um dever.

A relação que estabeleciam com o poder público muitas vezes pode ser considerada uma linha direta. Discutiam com o governador através das páginas de “O Julinho”, ou em reuniões com o mesmo. Realizavam abaixo-assinados para pressionar o Congresso Nacional que entregavam diretamente aos políticos. A atuação se dava no campo do concreto, não apenas na representatividade das páginas do periódico.

Após o golpe civil militar, os textos de “O Julinho” que abordam questões políticas governamentais passam a ser quase que inexistentes. Estas edições publicam textos silenciados quanto ao momento político que o país estava vivendo. As narrativas discutem assuntos do colégio, do próprio grêmio, de outras temáticas, mas não irão adentrar nas práticas políticas do governo ditatorial. Este tempo de *silêncio* dos escreventes, muito provavelmente está relacionado ao contexto histórico do país que vivia tempos de opressão e de repressão.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcio de Freitas do. Jovens de periferia e a arte de construir a si mesmo: experiências de amizade, dança e morte. 2015. 240f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ARCARY, Valério. Maio de 68: a última onda revolucionária que atingiu o centro do capitalismo. *Acta Sci. Human Soc. Sci.*, Maringá, v. 30, n. 2, p. 203-209, 2008. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/3205/3205>. Acesso em: 14 de dez. 2015.

BARROS, José D, Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BASTOS, M. H. C. Escritas estudantis em periódicos escolares. *História da Educação*, v. 17, p. 7-10, 2013

BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: *entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988

\_\_\_\_\_, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol.5, nº11, Jan./Abr. 1991.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Marco Referência da Juventude do Brasil. Caderno de Estudos da CNBB – nº 76. São Paulo: Paulus, 1998.

CUNHA, Maria Teresa Santos. No tom e no tema: escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar. (segunda metade do século XX). In.: BENCONSTA, Marcus Levy Albino (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2007.

DEBERT, GG. Ideologia e populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. As lideranças autênticas enquanto espaço da política. pp. 143-164. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b23ds/pdf/debert-9788599662724-09.pdf>. Acesso em: 15 de Dez. 2015.

ERMEL, Tatiana de Freitas. O jornalzinho escolar: orientações para as educadoras na revista do ensino/rs (1950-1960). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 7, 2013, Cuiabá – MT. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS-%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/O%20JORNALZINHO%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 15 de Dez. 2015.

FARGE, Arlete. O sabor do arquivo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 11. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FEIXA, Carles. De jóvenes, bandas y tribos: antropología de la juventud. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 1999.

FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación y historia cultural. Possibilidades, problemas, cuestiones. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 00, Set/Out/Nov/Dez 1995. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FRAGO.pdf>. Acesso em: 14 de dez. 2015.

FRAGO, Antonio Viñao. Por una historia de la cultura escrita: observaciones y reflexiones. Revista de Historia de la Cultura Escrita. Universidad de Alcalá de Henares, n. 3, p. 41-68, 1996. Disponível em: [http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7493/historia\\_vinao\\_SIGNO\\_1996.pdf?sequence=1](http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7493/historia_vinao_SIGNO_1996.pdf?sequence=1). Acesso em: 14 de Dez. 2015.

FREINET, C. O jornal escolar. Lisboa. Estampa, 1976.

GOMEZ, Antonio Castillo. História de la cultura escrita: ideias para el debate. Revista Brasileira de História da Educação, nº5, jan/jun, 2003. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/239/246>. Acesso em: 14 de dez. 2015.

GOMEZ, Antonio Castillo. Das mãos ao arquivo: a propósito das escrituras das pessoas comuns. Revista Percursos, Florianópolis, v.4, n.1, Julho de 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1468/1398>. Acesso em: 14 de Dez. de 2015.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. História da educação e história cultural. In: GREIVE, Cynthia Veiga; LIMA E FONSECA, Thais Nivia de (Orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LIMA, Otavio Rojas (ORG.); LEDUR, Paulo Flávio (ORG.). 100 anos de história. Porto Alegre: AGE, 2000.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Território plural: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula, *In*: PRIORE, Mary Del. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

NOVOA, Antonio. Por que a história da educação? *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (ORGS.). Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. I – séculos XVI-XVIII. Petrópolis, Rio de Janeiro: 2004.

PERONDI, Maurício. Narrativas de jovens: experiências de participação social e sentidos atribuídos às suas vidas. 2013. 259 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Programa de Pós Graduação em Educação. Porto Alegre. 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PJE – Pastoral da Juventude Estudantil. Nossa vida, nossos sonhos. Porto Alegre, 2005.

REIS, José Carlos. Escola dos Annales: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. *Tempo social. Ver. Social. USP*, São Paulo, v. 11, n.1, p. 189-195, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n1/v11n1a10>. Acesso em: 14 de dez. 2015.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia; VALE, Antônio Marques do. Brasil, 1930 - 1961: escola nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.22, p.131 – 149, jun. 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/art10\\_22.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/art10_22.pdf). Acesso em: 15 de Dez. 2015.

SCHWARCZ, Lilia Noritz; STARLING, Heloída Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.